

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**IMPACTOS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DE UBERLÂNDIA-MG**

MARIANA FERREIRA SEYFRIED

Orientador: Prof. Dr. Armando Gallo Yahn Filho.

Linha de Pesquisa: Política Externa e Instituições Internacionais

UBERLÂNDIA-MG

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**IMPACTOS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA
INTERNACIONALIZAÇÃO DE UBERLÂNDIA-MG**

MARIANA FERREIRA SEYFRIED

Dissertação apresentada no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Armando Gallo Yahn Filho.

UBERLÂNDIA-MG

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S519 Seyfried, Mariana Ferreira, 1988-
2020 Impactos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
na Internacionalização de Uberlândia - MG [recurso
eletrônico] / Mariana Ferreira Seyfried. - 2020.

Orientador: Armando Gallo Yahn Filho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.601>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Yahn Filho, Armando
Gallo ,1976-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais.
III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secpgr@ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 48, PPGRI				
Data:	14 de agosto de 2020	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:00 h
Matrícula do Discente:	11812RIT008				
Nome do Discente:	Mariana Ferreira Seyfried				
Título do Trabalho:	IMPACTOS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA INTERNACIONALIZAÇÃO DE UBERLÂNDIA				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Política Externa e Instituições Internacionais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	A INSERÇÃO INTERNACIONAL DE UBERLÂNDIA				

Reuniu-se por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores Doutores: Gilberto M. A. Rodrigues - UFABC; Haroldo Ramanzini Júnior - UFU; Armando Gallo Yahn Filho - UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Armando Gallo Yahn Filho, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Armando Gallo Yahn Filho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/08/2020, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Ramanzini Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/08/2020, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Marcos Antonio Rodrigues, Usuário Externo**, em 15/08/2020, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2189424** e o código CRC **B5AE47B3**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família que sempre acreditou em mim e me deu toda base para ser quem eu sou. Agradeço principalmente ao meu marido Lucas por todo apoio, paciência e motivação, sem o qual não conseguiria ter iniciado ou concluído o mestrado.

Agradeço muito ao Professor e Orientador Armando Gallo, por todo auxílio, correções, reuniões e projetos práticos que me possibilitaram caminhar pelo processo da dissertação com maior facilidade e clareza, e por me proporcionar a experiência de ministrar aulas através do estágio docência.

Agradeço à professora Marrielle Maia Alves Ferreira por ter me incentivado e ajudado a entrar no mestrado, e à professora Luciana Oranges Cezarino por ter me possibilitado participar do projeto de extensão junto à prefeitura que garantiu a parte empírica de meu projeto.

Agradeço à professora Isabela Gerbelli Garbin Ramanzini pelas correções e ideias durante a qualificação e aos professores Haroldo Ramanzini Júnior e Gilberto Marcos Antonio Rodrigues pelas considerações e aprovação durante a banca de avaliação.

Agradeço por fim a Universidade Federal de Uberlândia e ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais por me proporcionar a possibilidade de cursar tal curso de mestrado. E agradeço ainda aos amigos que fiz na UFU e que me acompanharam durante o mestrado e deram leveza ao caminho percorrido.

RESUMO

Atualmente, a atuação do Estado nacional frente à globalização e interdependência global se tornou menos eficiente na abordagem de todos os interesses e as necessidades da sociedade. Portanto, foi necessário que os atores subnacionais (governamentais e não governamentais) passassem a atuar no âmbito internacional. Os atores subnacionais, por terem um entendimento melhor das necessidades locais, são mais capazes de solucionar problemas da região e suas atuações internacionais os permitem captar recursos e investimentos, assim como trazer soluções para problemas locais. Essa atuação está relacionada a um processo de internacionalização da cidade. Um dos temas atuais que abrange o globo como um todo é a Agenda 2030 da ONU, que tem em seu núcleo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa Agenda visa uma vida digna para toda a humanidade, e com o comprometimento de todos os países membros da ONU com tais objetivos, os governos subnacionais também são responsáveis. Assim sendo, o presente trabalho visa levantar os impactos da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no processo de internacionalização da cidade de Uberlândia-MG. Este estudo de caso será analisado com base nos conceitos de governança multinível e cidade internacional.

Palavras-chave: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, Uberlândia-MG, Governança Multinível, cidades internacionais.

ABSTRACT

Nowadays, the performance of the national State in face of globalization and global interdependence has become less efficient in addressing all the interests and needs of the society. Therefore, it was necessary that the subnational actors (governmental and not governmental) started to act in the international scope in a political and active way. Once subnational actors have a better understanding of local needs, they are more capable to solve problems in their region, and their international performance allows them to get resources and investments, as well as to bring solutions to the local problems. This action is related to the internationalization of the city. One of the current themes that cover the globe as a whole is the United Nations Sustainable Goals (Agenda 2030). This Agenda aims a dignified life for all humanity, and with the commitment of all countries of the United Nations to these objectives, subnational governments are also responsible. Therefore, this work aims to raise the impacts of the implementation of Sustainable Development Goals in the internationalization of Uberlândia-MG, in Brazil. The case study will be analyzed based on the concepts of multi-level governance and international cities.

Keywords: UN Sustainable Development Goals, Uberlândia-MG, Multilevel Governance, International cities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Esferas de Incidência.....	24
Figura 2. ODS como rede de metas (Indicadores descritos pelo número dos ODS).....	31
Figura 3. Influência entre fatores dos ODS	33
Figura 4. Índice de Pobreza por Região e porcentagem de Usuários de Internet.....	46
Figura 5. Evolução do IDHM de Uberlândia-MG.....	90
Figura 6. Mandala ODS de Uberlândia-MG - Evolução entre os anos 2017 e 2019	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Relação entre os ODS	30
Tabela 2. Pressões Ecológicas	69
Tabela 3. Influência ODS sobre os Pontos de Cidade Internacional	87
Tabela 4. Indicadores e ODS por Dimensão	91
Tabela 5. Indicadores por dimensão da Mandala - Melhoras e Pioras	94
Tabela 6. Programas e Ações da SEDEIT por dimensão da secretaria	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE CIDADES E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	4
1.1. Interdependência Complexa, Globalização e Governança Multinível	4
1.2. Internacionalização de cidades.....	8
1.3. Paradiplomacia	11
1.4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	16
2. A RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E INTERNACIONALIZAÇÃO DE CIDADES.....	34
2.1. Objetivo 1 – Erradicação da Pobreza	34
2.2. Objetivo 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável	38
2.3. Objetivo 3 – Saúde e Bem-Estar	40
2.4. Objetivo 4 – Educação de Qualidade.....	43
2.5. Objetivo 5 – Igualdade de Gênero	47
2.6. Objetivo 6 – Água Potável e Saneamento	50
2.7. Objetivo 7 – Energia Acessível e Limpa	53
2.8. Objetivo 8 – Trabalho decente e Crescimento Econômico	55
2.9. Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	59
2.10. Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	62
2.11. Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	64
2.12. Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	67
2.13. Objetivo 13 – Contra a Mudança Global do Clima.....	71
2.14. Objetivo 14 – Vida na Água.....	73
2.15. Objetivo 15 – Vida Terrestre	75
2.16. Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	78
2.17. Objetivo 17 – Parcerias de Meios de Implementação	81
2.18. Considerações	86

3. IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UBERLÂNDIA-MG E SEU IMPACTO NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIDADE	88
 3.1. Panorama Uberlândia-MG	88
 3.2. Projetos relativos aos ODS e seus impactos na internacionalização da cidade ..	96
3.2.1. Lei de Atração de Investimento	98
3.2.2. Lei Geral da Micro e Pequena Empresa	100
3.2.3. Programas e Ações de Internacionalização	104
3.2.4. UberHub e UberHub Code Club.....	107
3.2.5. Projeto de Incentivo à Inovação Tecnológica.....	109
3.2.6. Eventos: Cities, Startup Weekend e Super	112
3.2.7. Programa Municipal de Compras Públicas Sustentáveis.....	114
3.2.8. Novo Agro	117
3.2.9. COMTUR E AMITAM	119
CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXO.....	139

INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) que, a partir de 17 objetivos e um total de 169 metas, pretende melhorar a vida de todas as pessoas do globo. Tais objetivos percorrem temas sociais, econômicos e ambientais, visando de forma holística garantir um desenvolvimento mundial sustentável.

A Agenda criada em 2015 foi aceita e assinada por todos os países membros da ONU, os quais deverão adequar as metas e objetivos à sua realidade a fim de melhorar seus índices. Para o alcance efetivo dos ODS, no entanto, é necessário a participação de todos os níveis territoriais, desde o federal até o municipal, envolvendo atores governamentais e não governamentais. Desta forma, depende de uma governança multinível segundo a qual o processo de tomada de decisão passa a estar disperso entre os diversos atores da sociedade.

Por sua vez, as cidades buscam cada vez mais se internacionalizarem, uma vez que o Estado-nação nem sempre consegue atuar em todas as necessidades locais e, ao mesmo tempo, a concorrência entre as cidades se tornou acirrada, seja para atrair investimentos externos ou na busca de soluções e melhorias para a população local. Logo, existe o movimento das cidades brasileiras para se internacionalizarem e, em paralelo, buscarem a implementação dos ODS.

Frente a isso, o presente estudo visa verificar como o processo de implementação dos ODS na cidade de Uberlândia-MG impacta na sua própria internacionalização. Tal pesquisa se faz necessária e relevante para melhor compreender a atuação subnacional na Agenda 2030, assim como levantar e identificar os impactos gerados por tais objetivos no processo de internacionalização da cidade. Em vista disso, pretende-se levar em consideração os fatores que caracterizam uma cidade internacional, tais como identificados por Panayotis Soldatos (1996). Ademais, objetiva-se identificar qual é o papel de atores subnacionais (governamentais e não governamentais) na construção de uma cidade sustentável.

Assume-se como principal hipótese o fato de que o processo de implementação dos ODS na cidade tem impactos e contribui para a internacionalização da mesma. Este trabalho está pautado no método de abordagem indutivo e em estudo de caso, com o objetivo principal de analisar como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são relevantes para o processo de internacionalização do município de Uberlândia-MG.

A pesquisa consistirá, primeiramente, em um levantamento bibliográfico dos fundamentos teóricos que dão embasamento aos temas em questão, tais como Interdependência Complexa, Globalização e Governança Multinível, bem como o estudo sobre a criação da plataforma dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no âmbito das Nações Unidas e a estratégia da implementação das metas e, por fim, a apresentação do processo de internacionalização das cidades.

Subsequentemente, será feito um levantamento dos impactos diretos gerados por cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nos fatores de internacionalização de cidade de Panayotis Soldatos. E, por fim, será verificado o nível de implementação dos ODS no município de Uberlândia-MG, a partir de entrevistas com funcionários públicos e identificação de projetos e programas da prefeitura que se enquadram nos ODS, verificando como tal processo impacta na internacionalização da cidade.

Com o propósito de melhor estabelecer o presente projeto de pesquisa, será detalhado a seguir o conteúdo inicial de cada capítulo. Além dos elementos pré-textuais e introdução, este trabalho contará com três capítulos e conclusão. O primeiro capítulo servirá para apresentar os conceitos teóricos e explicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Será, em um primeiro momento, apresentado o debate teórico no campo das Relações Internacionais sobre os atores subnacionais, identificando os principais conceitos que norteiam o estudo, como interdependência complexa, governança multinível e processo de internacionalização das cidades. Depois será exposto o processo de construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o processo de implementação e localização das metas.

O segundo capítulo visa entender as relações existentes entre os 17 objetivos dos ODS e os 13 fatores que caracterizam uma cidade internacional. Será demonstrado como cada ODS influencia nos fatores de internacionalização de cidades levantados por Panayotis Soldatos. Soldatos é utilizado nesse trabalho por ser o único autor a definir critérios claros para caracterizar uma cidade internacional, o que se difere de cidade global definida por vários outros atores. Ou seja, Soldatos nos permite compreender que uma cidade pode se internacionalizar sem ser, necessariamente, uma cidade global. Também é importante destacar a diferença que Soldatos faz entre o longo processo de internacionalização de cidade e a mera paradiplomacia. E, por fim, o terceiro capítulo irá expor o estudo de caso da cidade de Uberlândia-MG, considerando o processo de implementação dos ODS na cidade e seu

respectivo impacto na internacionalização da mesma, delimitando a relação dos projetos e programas da prefeitura com os ODS e os fatores de internacionalização.

1. BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE CIDADES E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

O objetivo deste capítulo é entender a relação entre o processo de globalização, a interdependência complexa e a transnacionalidade de temas atuais, tal como a crescente atuação dos agentes subnacionais, o processo de internacionalização de cidades e a necessidade da Agenda 2030 frente a esses novos atores e temas.

Para tal entendimento será apresentado os conceitos relevantes para o presente estudo como interdependência complexa, globalização, governança multinível e internacionalização de cidades, a fim de compreender como tais temas se desenvolvem e modificam o cenário internacional. Será, também, demonstrado os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e sua construção.

1.1. Interdependência Complexa, Globalização e Governança Multinível

Com o incremento de um sistema internacional globalizado, os Estados e as economias passam a se tornar cada vez mais interdependentes, permitindo o surgimento de novos temas e transformando temas nacionais em transnacionais. A partir desse contexto, é relevante a discussão sobre os termos de Interdependência Complexa, Globalização e Governança Multinível.

A teoria da interdependência complexa de Keohane e Nye (2012) surge na década de 1970 a partir de um cenário internacional mais complexo do que era afirmado pelos realistas. Tal interdependência tende a se intensificar conforme o avanço tecnológico e maior interligação dos Estados. Keohane e Nye (2012) definem a interdependência complexa a partir de três características:

1. Múltiplos canais conectam sociedades, incluindo: ligações informais entre elites governamentais assim como, arranjos formais de escritórios estrangeiros; ligações informais entre elites não governamentais (face a face e por telecomunicações); e organizações transnacionais (como bancos ou corporações multinacionais). Esses canais podem ser resumidos como relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais.
2. A agenda da relação interestatal consiste de múltiplos temas que não são arranjados em uma hierarquia consistente ou clara. Essa falta de hierarquia entre os temas significa, entre outras coisas, que segurança militar não domina consistentemente a agenda.

3. Força militar não é utilizada por governos contra outro governo dentro de sua região, ou por questões nas quais a interdependência complexa prevalece. Pode, no entanto, ser importante nessas relações governamentais com governos fora de sua região, ou em outras questões. (KEOHANE e NYE, 2012, p. 21).

A partir do que foi colocado acima, podemos afirmar que na teoria da interdependência complexa é dada maior relevância aos atores transnacionais, menor importância ao papel da força militar, e caracteriza-se como objetivo principal dos Estados a busca pelo bem-estar, tornando o cenário internacional mais cooperativo. Os autores ainda afirmam que no novo cenário internacional, há um incremento de novos atores e novos temas que tornam os governos sensíveis aos diferentes interesses que compõem a sociedade, transformando tomada de decisões de um determinado país perceptível em outra localidade e indefinindo os limites de temas domésticos e externos.

Com isso, Keohane e Nye (2012) consideram que o papel do líder de Estado é dificultado, uma vez que deverá considerar os efeitos da interdependência complexa, interesses múltiplos e diferentes temas. No entanto, segundo os autores, as instituições internacionais possuem papel importante na criação de agendas políticas que possibilitam a aproximação e diálogo entre agentes Estatais e atores subnacionais.

Faz-se necessário ressaltar o efeito da globalização no cenário internacional para que pudesse surgir a teoria da interdependência complexa. Visto que a partir do entrelaçamento econômico das nações, múltiplos canais para relação entre os atores surgiram e temas não só militares passaram a fazer parte das pautas de política externa e domésticas dos Estados.

A esse respeito Keating (2000, p. 49) define a globalização como uma “reestruturação da política territorial dentro dos Estados, com a aparição de novos atores e novos temas”. Segundo o autor, as trocas políticas, culturais e econômicas, assim como o avanço tecnológico de comunicações e transporte, transformaram nebulosos os limites entre os temas domésticos e externos e passaram a modificar a divisão das responsabilidades entre os Estados e os governos subnacionais.

A partir da globalização e, consequentemente, da interdependência complexa, temas antes nacionais passaram a ser de interesse transnacional sendo necessária uma governança global, o que acabou por motivar o debate sobre a governança e seus múltiplos níveis no novo contexto de relações entre Estados e atores subnacionais (GONÇALVES, 2005; LOPES, 2015; HURRELL, 1999).

Com isso, podemos agora discorrer sobre o termo “governança multinível”, que seria a nova forma de governança necessária para lidar com os mais variados temas e interesses que ora pertencem ao território nacional, ora ao cenário internacional.

Segundo Marks (1993 *apud* BACHE e FLINDERS, 2004, p. 3), governança multinível é “um sistema de contínua negociação entre governos e atores ligados em diversos níveis territoriais”. Nesse sentido, Bache e Flinders (2004) argumentam que enquanto multinível se refere ao “aumento da interdependência de governos operando em diferentes níveis territoriais”, governança “assinala o crescimento da interdependência entre atores governamentais e não-governamentais em vários níveis territoriais” (BACHE e FLINDERS, 2004, p. 3).

A ideia de governança multinível está centrada, principalmente, no fato de que há uma grande variação de externalidades na provisão dos bens públicos. E tais externalidades não são internalizadas por uma única escala de governo, requerendo uma negociação entre diversas escalas para se chegar a uma decisão final. Muitas vezes, esta negociação também envolve setores da sociedade, como empresas, organizações não governamentais, entidades de classe etc. (MARKS e HOOGHE, 2004, p. 16).

Diante dessa nova realidade de interdependência e inúmeros temas, o Estado passa a diluir sua autoridade, permitindo a atuação de atores subnacionais de forma mais integrada nas tomadas de decisão. Essa dispersão, segundo Hooghe e Marks (2001) da tomada de decisão é mais eficiente e normativamente superior à centralização do Estado, pois, a partir da governança multinível é possível internalizar as variáveis externas de forma a representar melhor os interesses e necessidades locais.

A discussão sobre governança multinível surge para tentar entender o processo de tomada de decisão da Comunidade Europeia. Marks (1993 *apud* BACHE e FLINDERS, 2004) afirma que atores supranacionais e grupos de interesse foram significativos no processo de decisão da comunidade e, adicionalmente, declara que os atores subnacionais influenciam cada vez mais.

Marks e Hooghe (2004), discorrem sobre como grande parte dos países em desenvolvimento tem passado por alguma forma de descentralização de autoridade, enquanto metade da União Europeia descentralizou a autoridade para nível regional de governo. Os autores destacam que a dispersão de autoridade acontece tanto para instituições supranacionais como para governos locais e regionais, e as redes público/privada têm se diversificado do nível local para o internacional.

Segundo Rosenau (2004; 2006), essa nova realidade em que estamos vivendo é um cenário de “fragmengração”, uma espécie de junção entre fragmentação e integração da governança, no qual a autoridade é realocada para organizações supra e transnacionais, para movimentos sociais e ONGs, e para atores subnacionais. Segundo o autor, esse cenário se refere à colisão entre globalização, centralização e integração de um lado e localização, descentralização e fragmentação do outro (ROSENAU (2004; 2006).

Em contrapartida, Rosenau (2004) critica o termo “governança multinível” por sugerir certa hierarquia governamental e uma estrutura de níveis de autoridade na verticalidade. Para ele as demandas estão sendo atendidas também de forma horizontal através de esferas de autoridade que poderão estar dispersas e não necessariamente em uma estrutura hierárquica. Essas esferas de autoridade podem ser geradas por sistemas de regras formal ou informal podendo ser encontradas informalmente em organizações não governamentais, corporações, associações de negócios ou qualquer tipo de coletividade que não seja parte do governo (ROSENAU, 2004).

No entanto, a governança multinível é relevante para a atualidade, uma vez que a quantidade de temas e assuntos que permeiam e influenciam a vida humana são maiores e mais complexos do que os governos nacionais são capacitados a atuar de forma eficaz. Quanto a isso, Rosenau (2004, p. 33) afirma que “as pessoas em todo o mundo estão inquietas e descontentes com a qualidade de seus governos, cínicas e muitas vezes alienadas da eficácia e integridade dos procedimentos pelos quais o governo enquadra e implementa suas políticas”.

A governança multinível ou as esferas de autoridade são importantes, segundo Rosenau (2004), pois quanto mais esferas de autoridade forem criadas e maior for a quantidade de atores nessas redes de tomada de decisão, menor a chance de uma coalizão dominar certo tema e maior será a preocupação dos atores sobre os limites de sua influência. Com isso, Rosenau (2004) afirma que o globo passa a apreciar cada vez mais a interdependência entre as pessoas a medida em que o tempo e a distância vão diminuindo com os avanços tecnológicos.

Por conseguinte, temas transnacionais, como os ODS somente obterão sucesso através de uma governança multinível com a participação de atores dos mais variados níveis territoriais. A governança multinível é uma estrutura conceitual interessante para o estudo das políticas e tomadas de decisão para o desenvolvimento sustentável, assim como o tema

depende de uma ação transfronteiriça e conjunta de todos os atores integrantes de uma sociedade (VAN DEN BRANDE *et al.*, 2012).

Além disso, o nível local, como já colocado, tem um papel essencial na implementação de agendas transnacionais como os ODS. E ao falarmos de temas transnacionais, interdependência complexa e globalização, é importante entendermos o conceito de internacionalização das cidades.

1.2. Internacionalização de cidades

Devido à nova complexidade de temas e à grande interdependência econômica, política e social do sistema global, como apresentado no tópico anterior, surge então a descentralização da autoridade e consequentemente a necessidade de cidades e estados federados se inserirem no âmbito internacional.

Podemos falar que no início da década de 1980 várias formas de descentralização de autoridade surgiram no mundo do nível central e local, como a queda da União Soviética e a descentralização da Espanha, conforme afirma Campbell e Fuhr (2004), o que acabou por incentivar mudanças no cenário internacional. Os autores afirmam que ações políticas, econômicas e financeiras lideradas pelo Estado passaram a não ser mais viável, o que despertou o interesse na reforma do setor público e na criação de organizações civis, que garantiam a participação da população e demanda por democratização em todos os níveis de governo.

Na década de 1990 vários países passaram a se utilizar da estratégia de descentralização a fim de melhor alocar e gerenciar os recursos para gerar maior qualidade nos serviços prestados à população, de modo que o processo de descentralização e globalização parecem caminhar juntos e influenciam um ao outro. (CAMPBELL e FUHR, 2004).

Interessante notar que, segundo Campbell e Fuhr (2004), em 2025 o mundo terá mais de 10.000 cidades com mais de 100.000 habitantes, dentre as quais 800 terão ao menos meio milhão de pessoas, e essas cidades serão afetadas pela descentralização do setor público. Essa descentralização tem possibilitado, conforme inúmeros exemplos, que os atores subnacionais alcancem o que os Estados centrais pregavam como melhores serviços e maior participação.

As cidades, por serem os territórios onde os cidadãos terão, ou não, os serviços públicos prestados, e por terem a influência e poder de ação local, passam a ter, portanto, um papel de maior relevância e atuação dentro do Estado nacional. Devido ainda ao presente

quadro de interdependência complexa e por estarem em um cenário de grande concorrência por recursos nacionais as cidades passam, então, a buscar sua inserção no sistema internacional. Conforme afirma Rodrigues (2004, p. 50):

Com a abertura das fronteiras econômicas, os governos subnacionais se viram expostos a novos fluxos de capitais e de investimento e começaram a disputar diretamente esses recursos, o que antes era monopolizado pelo governo federal. Uma das consequências da globalização foi a desterritorialização da produção, a possibilidade de produzir em qualquer lugar, e então as empresas transnacionais voltaram-se para os chamados mercados emergentes, que passam a integrar as teias globais, gerando acirrada competitividade intra e intergovernos subnacionais.

Nesse sentido, Keating (2000) afirma que a participação de atores subnacionais no cenário internacional se deve à busca, no âmbito externo, de soluções para as suas necessidades locais, investimentos estrangeiros e novos negócios para o seu desenvolvimento econômico. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), as cidades atuando internacionalmente se beneficiam com melhoria nas políticas públicas, captação de recursos internacionais e atração de investimentos; possibilidade de parcerias, diálogo sobre experiências; maior visibilidade da cidade a nível mundial; aprendizagem com as inovações da gestão municipal; e fortalecimento institucional (CNM, 2018).

Van den Brande *et al.* (2012) afirmam que atividade subnacional no âmbito internacional é um fenômeno conhecido desde o início dos anos 1990, quando vários governos subnacionais exerciam suas relações internacionais próprias. Exerciam política externa nas mais variadas áreas (econômicas, ambientais e educacionais), mas também tentavam se envolver no processo de decisão de organizações internacionais como a ONU ou a OMC.

É importante ressaltar a essencialidade dos governos locais na articulação e coordenação dos agentes internos (setor privado, setor acadêmico etc.) que possibilita a identificação de problemas e ações estratégicas para o desenvolvimento econômico integrado ao desenvolvimento local (PROYECTO ALLAS, 2015). Os governos locais são, portanto, importantes meios para o diálogo entre a sociedade civil e os níveis nacional e global.

Fica claro que a busca pela atuação internacional dos governos subnacionais tem sido benéfica para a população local e regional, visto que relações econômicas trazem benefícios econômicos e até revitalização de algumas áreas, assim como os programas de cooperação

internacional geram benefícios sociais e culturais, e fortalecem o governo subnacional a administrar de forma efetiva (JAIN, 2005).

Ainda segundo Jain (2005), os governos subnacionais atuam internacionalmente por cinco razões significativas: 1) relações internacionais trazem capacidade financeira e autonomia política; 2) relação com outros países ou cidades no exterior permite conhecer experiências política e administrativa específicas para as condições locais; 3) as conexões socioculturais podem melhorar as comunidades locais; 4) a experiência que o governo ganha ao trabalhar com pessoas de outras culturas; 5) os governos subnacionais conseguem assegurar vantagens para a sua localidade ao formular de forma proativa o curso da sua atuação internacional ao invés de viver as consequências da ação nacional no exterior.

Ao buscar a atuação internacional, surge então o processo de internacionalização de cidades. Desde os anos 1970 existe o termo “cidades internacionais modernas” que, segundo Soldatos (2003), nos ajuda a compreender melhor as novas dimensões da realidade contemporânea. Segundo o autor, esta nova realidade inclui: cidades com ação internacional direta e autônoma; cidades com representação distinta no estrangeiro; multiplicação de atores urbanos que ampliam sua ação no âmbito internacional; a paradiplomacia urbana mista (setores governamentais e não governamentais), suportados por uma planificação estratégica da ampliação internacional; a predominância das relações econômicas internacionais (SOLDATOS, 2003).

Nesse sentido, Soldatos (1996, p. 216) caracteriza uma cidade internacional como sendo aquela que:

1. Tem posição geográfica de abertura para o mundo;
2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
4. Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
5. Tem multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;
6. É diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações;
7. Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);
8. Tem uma mídia de repercussão e difusão internacionais;

9. Acolhe, regularmente, encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos, etc.);
10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais;
11. Exerce uma paradiplomacia urbana (pública ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização;
12. Mantém entendimentos (acordos, protocolos, etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades;
13. Tem uma população com composição étnica diversificada.

Como Panayotis Soldatos é o único autor a criar critérios claros para identificar uma cidade internacional sua definição foi tomada como base para essa dissertação. De acordo com a definição de Soldatos, uma cidade pode ser internacional sem ser uma cidade global, cuja definição é feita por outros autores. Também é importante destacar a diferença que Soldatos faz entre o longo processo de intercionalização de cidade e a mera paradiplomacia. E apesar de a paradiplomacia, conforme os 13 pontos de Panayotis Soldatos, ser apenas um elemento do processo de internacionalização de cidades, faz-se necessário falarmos sobre o tema de forma um pouco mais detalhada, visto ser elemento importante na atuação internacional de uma cidade, além de ser muito discutido no âmbito acadêmico.

1.3. Paradiplomacia

A paradiplomacia nada mais é, conforme Soldatos (1990), que a atividade internacional de modo direto de atores subnacionais. À medida que existe a atuação subnacional no sistema internacional, o exercício da diplomacia se transforma em atribuição não mais exclusiva do Estado (KEATING, 2000). O fenômeno pode ser também identificado como microdiplomacia, protodiplomacia e diplomacia das unidades constituintes (RODRIGUES, 2004).

No entanto, o termo “paradiplomacia” vem se popularizando mais no cenário acadêmico do que nos governos que são responsáveis por sua execução (SALOMÓN, 2011). O termo é importante para a definição de uma nova atividade que passou a ser executada por atores que não são o governo nacional,

A paradiplomacia, vista como o fenômeno social da inserção internacional de entidades subnacionais (tanto no nível dos governos municipais, quanto

dos governos regionais, instâncias imediatamente superiores) ainda que historicamente recente e mais relevante no período pós-Guerra Fria, representa certamente uma profunda mudança no campo de estudos da política externa e das relações internacionais. Diversas abordagens contemporâneas propõem descrições distintas para o fenômeno paradiplomático, que vão desde “uma pálida imitação da verdadeira e única diplomacia” operada pelos Estados soberanos, a um fenômeno de fraca intensidade, ou ainda a uma política externa de segunda ordem (RIBEIRO, 2009, p. 33).

Nesse quesito, Mônica Salomón (2011) defende que a diplomacia é uma forma de política externa que nada mais é do que uma política pública, sendo esta executada por um ator subnacional se refere, portanto, a uma política externa subnacional. Termo este que, segundo Salomón (2011) é melhor do que paradiplomacia, pois retira a noção de subordinação à política externa nacional e acrescenta a noção de planejamento estratégico colocado em prática. Ainda segundo a autora, o governo subnacional (municipal, estadual, etc.) é o agente da política externa da cidade ou da região, apesar de os interesses e influências dos atores nela inclusa serem considerados.

Nessa perspectiva Gilberto Rodrigues propõe o uso do termo “política externa federativa” para o caso brasileiro.

Compreende-se, assim, que nessa peculiar identidade, no âmbito e na especificidade da federação brasileira, revela-se um fenômeno passível de ser denominado *política externa federativa*, que definimos como *a estratégia própria de um estado ou município, desenvolvida no âmbito de sua autonomia, visando à sua inserção internacional, de forma individual ou coletiva* (RODRIGUES, 2004, p. 38, grifo do autor).

Brian Hocking (2013), apesar de entender que o Estado não esteja perdendo sua força, afirma que a política externa realmente não pode ser atrelada somente ao governo central, uma vez que os governos subnacionais têm problemas que acabam não sendo trabalhados ou observados pela autoridade nacional. Portanto, segundo Hocking (2013), é necessário dar certa autonomia para os atores subnacionais resolverem tais problemas. Esta autonomia não pode ser entendida como perda de soberania do Estado. Conforme Duchacek (1990), os atores subnacionais somente terão maior participação na política externa e poderão atuar por conta própria.

Com isso em mente,

O fato de os governos subnacionais terem responsabilidades cada vez mais importantes no campo do desenvolvimento a partir dos processos de

descentralização tem levado muitos governos subnacionais a desenvolverem suas próprias políticas econômicas, que incluem a atração de investimentos e a promoção comercial de suas empresas no exterior. Também os tem levado a desenvolver uma agenda de cooperação política e técnica em áreas de sua responsabilidade — como meio ambiente, gestão urbana ou educação —, juntamente com outros atores internacionais, e a buscar recursos de agências internacionais de desenvolvimento ou de projetos sociais. Aliás, dado que a internacionalização de competências internas representa o principal mecanismo de geração da agenda diplomática, na maioria dos casos os governos subnacionais percebem a paradiplomacia como uma maneira de satisfazer a suas próprias necessidades imediatas, e não como uma maneira de influenciar a política global (SALOMÓN, 2011, p. 277).

Nessa perspectiva, Michelmann (1990) defende que a atuação internacional subnacional pode ser motivada por diferentes questões como econômicas, atração de investimentos, promoção de comércio e turismo, captação de recursos em organizações internacionais, questões separatistas, cultura, educação e preocupações ambientais. O autor afirma que a paradiplomacia ainda pode ser utilizada para fins políticos, uma vez que traz um retorno midiático ao responsável por atrair negócios ou desenvolvimento pela cooperação internacional (MICHELMANN, 1990).

Segundo Ribeiro (2009, p. 44), a paradiplomacia clássica geralmente envolve as seguintes características e ações:

- Políticas de atração de investimentos e centros de decisão econômica, estas sendo geralmente produto de organismos governamentais ou mistos, cujas técnicas ressaltam o marketing e comportam geralmente quatro vertentes: a construção de imagem atrativa para o território; implantação de serviços para os investidores e uma política;
- Desenvolvimento de marketing pelos países, regiões e cidades para a atratividade do território;
- Ações voltadas para sustentar as exportações e encontrar mercados para os produtos das empresas locais;
- Busca de inovação e eficácia pelas regiões e cidades;
- Oferecimento de subvenções governamentais e incentivos financeiros às empresas para a sua instalação;
- Implementação de campanhas de informação para conquistar público ou decisores de países estrangeiros
- Realização de pedidos de empréstimos internacionais para consolidar o desenvolvimento econômico

- Políticas de fronteira para estender infraestruturas de comunicação e de estradas.

É válido ainda destacar que cada vez mais as cidades compreendem que criar e promover uma imagem de cidade internacional é extremamente importante na estratégia do desenvolvimento de uma política externa subnacional,

O “city marketing”, ou criação de uma “marca cidade” (ou estado), é uma dimensão cada vez mais importante da estratégia de internacionalização dos governos locais e um instrumento indispensável para a política externa subnacional. Os governos subnacionais estão cada vez mais conscientes de que o estabelecimento de qualquer vínculo esteja relacionado ao comércio ou à cooperação, será mais fácil se a cidade ou região for bem conhecida e atraente aos sócios em potencial. (SALOMÓN, 2011, p. 288)

Ademais, o fenômeno tem diferenças entre países, e entre cidades ou regiões do mesmo Estado, dependendo de estrutura, institucionalização, recursos, objetivos etc. Ribeiro (2009) coloca que regimes federais ou Estados com estruturas descentralizadas, em que as unidades subnacionais possuem maiores responsabilidades políticas, favorecem o fenômeno paradiplomático. Segundo a autora, as cidades de Nova York, Londres, Milão e São Paulo são alguns destaques do desenvolvimento intenso da paradiplomacia municipal (RIBEIRO, 2009).

No Brasil, com a Constituição de 1988 houve uma descentralização de autoridade do governo central para os governos subnacionais atribuindo a estes certas responsabilidades e um grau de autonomia. Isso foi de extrema importância, segundo Salomón (2011), para a promoção de atividades internacionais dos governos subnacionais, pois, ao considerar os municípios e estados como unidades federadas, a Constituição deu legitimidade a esses governos para buscarem recursos no exterior e acordos de cooperação. Nesse sentido, Rodrigues (2004), partindo da premissa de autonomia jurídica e política dos estados e municípios brasileiros, e argumentando que tais atores agem no espaço federativo, afirma que tal manifestação condiz com a política externa federativa.

O governo federal, via Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty, passou a denominar como diplomacia federativa as relações internacionais dos entes federados brasileiros, e criou uma estrutura própria para atender e monitorar esses crescentes movimentos subnacionais, inicialmente por meio da Assessoria de Relações Federativas (que em 2003 foi transformada em Assessoria de Relações Federativas e Parlamentares) e dos escritórios regionais instalados nas capitais de vários Estados. Entendemos que a diplomacia federativa atende a uma concepção de diplomacia federal,

por isso a diferenciamos da política externa federativa, que é a óptica dos governos subnacionais. (RODRIGUES, 2004, p. 23)

A atuação paradiplomática no Brasil, apesar de possuir reconhecimento legal, vem aumentando desde os anos 1980, e tais ações estão relacionadas à crise de desigualdade socioeconômica brasileira e à conformidade com o novo sistema internacional que favorece o fenômeno subnacional (RIBEIRO, 2009). Ou seja, com grandes diferenças de renda e qualidade de vida entre estados, regiões e municípios, além do grande incentivo dado pelas empresas, organizações e regimes internacionais, os governos subnacionais passam a buscar recursos e auxílio no exterior.

No Brasil, o fenômeno se verificou em algumas cidades, mas houve e tem havido acentuada assimetria em termos de atuação. Apenas cidades médias ou grandes, sobretudo as globais – megacidades ou megalópoles – regra geral capitais de Estados – têm tido condições de atuar de forma independente ou despertaram politicamente para as relações internacionais e passaram a exercer alguma forma de ação internacional estruturada e sistemática. (RODRIGUES, 2004, p. 175)

Ainda sobre o país,

Há três casos brasileiros de municípios de destaque na ação internacional: Curitiba, Porto Alegre e São Paulo, que exibem respectivamente sua inserção internacional por meio de divulgação de best practices (Curitiba, com planejamento urbano e Porto Alegre com orçamento participativo), decorrentes de políticas de boa governança, por projeção dada por um megaevento global (Porto Alegre, tendo sediado o Fórum Social Mundial), e por ação estratégica institucional voltada às relações internacionais (caso da cidade de São Paulo) (RIBEIRO, 2009, p. 70).

A autora ainda destaca a relevância de associações e entidades representativas como Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitos, redes internacionais como a Mercociudades, ou ainda fóruns como o Fórum de Secretários e Dirigentes municipais de Relações Internacionais, para a articulação interna e internacional dos municípios (RIBEIRO, 2009). Ademais, os governos subnacionais brasileiros passaram a ganhar maior representatividade em fóruns internacionais a partir do envolvimento de cidades e estados em debates sobre desenvolvimentismo e ambientalismo (GALVÃO, 2019).

Interessante notar que os governos subnacionais, desde a criação do Relatório Brundtland, vêm se preocupando em participar do debate e processo de formulação de políticas sobre desenvolvimento sustentável (VAN DEN BRANDE *et al.*, 2012). Devido o

caráter transnacional do tema e a relevância do papel dos governos subnacionais na implementação da agenda, tais governos subnacionais são motivados a intensificar suas atividades internacionais referente ao desenvolvimento sustentável (VAN DEN BRANDE *et al.*, 2012).

Por fim, é importante destacar a relevância do regime internacional na atuação subnacional, seja pela padronização de produção ou institucionalização de princípios de mercado na cidade a fim de ganhar melhor imagem no exterior. Seja pela adoção de agendas internacionais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que, embora muitas vezes sejam utilizados para o *marketing* da cidade, devem ser adotados para melhorar os índices humanos locais. Tais objetivos serão mais bem detalhados na seção seguinte.

1.4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Para melhor entendermos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU é interessante verificarmos um pouco da história da organização responsável, bem como do processo de formulação de tais metas, de modo a ressaltar a importância das mesmas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945, após a devastação causada pela Segunda Guerra Mundial, e tinha como principal objetivo evitar que uma Terceira Guerra Mundial ocorresse. A ONU conta hoje com 193 países membros, uma grande estrutura administrativa e física, e mantém como principais propósitos a partir de sua Carta:

1. Manter a paz e a segurança internacionais;
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações;
3. Realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns (NAÇÕES UNIDAS, 2018a).

A ONU se expandiu de tamanha forma que seus princípios e objetivos se multiplicaram e sua estrutura foi dividida em organismos e conselhos para temas específicos, sendo dividida em 5 órgãos principais: Secretariado, Corte Internacional de Justiça, Conselho Econômico e Social, Conselho de Segurança e Assembleia Geral (NAÇÕES UNIDAS, 2019). Analisando tanto seus propósitos quanto seus principais órgãos, é possível verificar a

pluralidade de temas sobre os quais a Organização passou a atuar, visando a construção de um sistema internacional harmônico.

Em contrapartida, no início dos anos 1970 a comunidade internacional passou a compreender que os padrões de crescimento econômico e desenvolvimento global não poderiam mais ser sustentados, pois estavam causando degradação ambiental em larga escala, injustiças sociais, e alteração climática (VAN DEN BRANDE *et al.*, 2012). Portanto, passou a se iniciar a preocupação com os efeitos da ação humana no bem-estar ambiental e, consequentemente, no futuro que se estava criando para as novas gerações.

No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu somente a partir do Relatório Brundtland (1987), elaborado pela Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente das Nações Unidas. O documento intitulado “Nosso Futuro em Comum” defendia que o desenvolvimento deveria ser algo planejado, procurando atender “as necessidades da geração atual sem prejudicar a capacidade das gerações futuras em alcançarem suas necessidades” (CAIADO *et al.*, 2018, p. 1277).

O termo “sustentável” por muitas vezes é interpretado de forma diferente entre os autores, mas o conceito definido pelo Relatório Brundtland sobre desenvolvimento sustentável, correspondente à visão de três pilares, é o mais aceito (VAN DEN BRANDE *et al.*, 2012). A visão aceita é abordada como uma meta-política que serve de guia para os governantes implementarem em suas localidades.

O Relatório Brundtland, segundo os autores, enfatiza que o tema ambiental está no cerne do desenvolvimento econômico e social, e foi extremamente importante para iniciar o debate internacional sobre o desenvolvimento sustentável, assim como por ter disseminado o tema e a preocupação entre cívis, governantes e acadêmicos.

Sobre o modo de implementação, Bachus e Spillemaeckers (2012) afirmam que ela depende do modelo de governança escolhido pelo governante, podendo ser: 1) governança holística; 2) princípios políticos; 3) interpretação ecológica de desenvolvimento sustentável; e 4) integração ambiental. Os autores afirmam que os dois primeiros modelos consideram o desenvolvimento sustentável como um metaconceito, enquanto os dois últimos entendem que para o desenvolvimento sustentável ocorrer é necessário primeiramente preservar o meio ambiente por ser condicionadores do desenvolvimento econômico e social (BACHUS e SPILLEMAECKERS, 2012).

Ainda sobre os modelos de governança, o modelo holístico é baseado no Relatório Brundtland e enfatiza os pilares do desenvolvimento sustentável, dando igual atenção às

dimensões social, econômica e ambiental a partir de um plano integrado (BACHUS e SPILLEMAECKERS, 2012). O modelo de princípios políticos se baseia bastante em princípios básico de desenvolvimento sustentável como justiça social, enquanto a abordagem ecológica visa mais políticas ambientais e o modelo de integração ambiental introduz objetivos ambientais em todos os departamentos políticos. (BACHUS e SPILLEMAECKERS, 2012)

Entende-se, portanto, como principal modelo a ser seguido a partir do Relatório Brundtland, e mais tarde pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o modelo de governança holística.

De resto, ainda devido à interdependência política, econômica e social, já era compreendido na década de 1980 que seria necessário a cooperação mundial para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Tal cooperação deveria ser acompanhada de mudanças de padrões mundiais de consumo, produção e desenvolvimento econômico. E foi a partir desse entendimento que se concluiu pela necessidade da criação de um Programa sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UN DOCUMENTS, 2018).

Logo, em 1992, na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Encontro do Rio ou da Terra, foi iniciado o processo de formulação política para o alcance do desenvolvimento sustentável de forma global (VAN DEN BRANDE *et al.*, 2012). Segundo estes autores, a declaração do Rio formulou princípios políticos para guiar governos e deu ênfase a cinco importantes princípios para o desenvolvimento sustentável que seriam: 1) integração política (horizontal e vertical); 2) igualdade; 3) solidariedade intergeracional; 4) internalização de custos sociais e ambientais; e 5) participação na elaboração de políticas (VAN DEN BRANDE *et al.*, 2012).

Foi criada durante aquela Conferência a Agenda 21, na qual ficou esclarecido como implementar tais princípios e foram estabelecidos os indicadores que demonstravam o caminho para um mundo mais sustentável (HÁK *et al.*, 2015). A Agenda 21 também fornecia recomendações de mecanismos de implementação como instrumentos financeiros e cooperação internacional, e o Encontro ficou reconhecido como o momento da criação e maior disseminação do desenvolvimento sustentável entre governos e civis (VAN DEN BRANDE *et al.*, 2012).

A partir de então, destacamos dois modelos de indicadores criados mais tarde. O primeiro modelo de indicadores para o desenvolvimento sustentável surgiu no ano 2000, ficando conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Nesse modelo,

189 nações assumiram o compromisso de alcançarem os oito objetivos definidos pela ONU até 2015 (ESTRATÉGIA ODS, 2018; NAÇÕES UNIDAS, 2018b). Esses Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM BRASIL, 2017) eram os seguintes:

1. Acabar com a Fome e a Miséria;
2. Garantir Educação Básica de Qualidade para Todos;
3. Promover a Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher;
4. Reduzir a Mortalidade Infantil;
5. Melhorar a Saúde das Gestantes;
6. Combater a AIDS, a Malária e outras doenças;
7. Promover a Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente;
8. Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento.

Segundo a ONU, os ODM surtiram grande efeito e progressos admiráveis: pobreza extrema sofreu significativo decréscimo, o número de pessoas subnutridas em regiões em desenvolvimento caiu pela metade, a taxa de alfabetização global cresceu substancialmente, e a taxa global de mortalidade infantil caiu de forma considerável (UNITED NATIONS, 2015).

No entanto, essa efetividade é discutível, pois foi verificado que muitos índices não evoluíram e outros somente melhoraram onde já havia certo nível de qualidade, como nos países mais desenvolvidos. Nesse quesito, Melamed e Scott (2011) afirmam que apesar de os ODM terem inserido um modelo de desenvolvimento, o globo ainda tinha muitos obstáculos a serem superados e seriam, portanto, necessárias novas metas e objetivos.

Os ODM foram acordados em 2000 para estabelecer um quadro para o desenvolvimento, mas não alcançaram progressos significativos nos países menos desenvolvidos, especialmente na África e nos pequenos Estados-ilha, ou seja, nos países e comunidades mais vulneráveis. Eram oito os objetivos de desenvolvimento do milênio, e dentre estes oito objetivos apenas um deles fazia referência aos temas ambientais, de forma muito genérica, sendo a meta “garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente”, não fazendo referência, portanto, aos desafios globais das mudanças climáticas, da perda da biodiversidade e da degradação dos recursos naturais do planeta. (MOREIRA, 2019, p. 235).

Além disso,

(...) os ODM acabaram focados excessivamente na redução da pobreza – uma dimensão relevante, mas considerada muita restrita para o desenvolvimento humano, social e ambiental. Acentuou, na verdade, uma baixíssima profundidade em relação ao que fora salientado e referenciado

como causas elementares do subdesenvolvimento e da perseverança da pobreza, além das formas para sanar tais problemas. A ausência de compromissos mais fortes e profundos, além da própria limitação temática dos ODM, reverberou em outros problemas de coordenação política e ação pública internacional para o desenvolvimento (MENEZES, 2019, p. 200).

Ademais, é levantado por Le Blanc (2015) que os ODM e agendas anteriores para o desenvolvimento falharam em compreender a dimensão da produção e consumo sustentável, o que é elemento chave para o desenvolvimento sustentável e havia sido identificada desde a primeira Conferência da Terra. O autor ainda afirma que a falta de integração entre os setores foi uma das principais armadilhas para as agendas de desenvolvimento sustentável, uma vez que, a falta de conhecimento e sinergia trouxeram inconsistências na implementação, com políticas de desenvolvimento focados em setores específicos (LE BLANC, 2015).

Em seguida, no ano de 2002, foi então organizada uma nova Conferência em Johanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável, com o intuito de fortalecer a implementação da Agenda 21, e que resultou em um comprehensivo Plano de Implementação e uma declaração política sobre a necessidade de governança multinível (do global ao local) para o alcance do desenvolvimento sustentável (VAN DEN BRANDE *et al.*, 2012). A agenda foi formulada no nível internacional, mas precisa ser colocada em prática nos níveis mais baixos da governança, dependendo de debate público, tomada de decisão política, formulação e implementação de políticas, e interações complexas entre atores governamentais e não governamentais.

Posteriormente, em 2012, na Cúpula das Nações Unidas Rio+20, diante dos problemas globais ainda existentes, propôs-se a criação de um novo modelo a ser seguido pelos países o qual seria os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CAIADO *et al.*, 2018). Com isso, o documento final da Conferência Rio+20, intitulado “O Futuro que Queremos”, acabou por lançar “as bases do processo abrangente e inclusivo de consultas e negociações que resultou na aprovação da Agenda 2030, três anos mais tarde” (ONUBR, 2018, p. 6).

Interessante notar que:

A experiência das Nações Unidas na formatação de planos internacionais de desenvolvimento desde a sua origem, além dos desdobramentos normativos e políticos da chamada ‘Década das Conferências’, permitiu a definição de uma ‘memória intelectual’ e uma trajetória política que conduziram à Agenda 2030. Questionamentos sobre o que deveria ser substituído na agenda ODM foram levantados, tendo como referência os mecanismos de monitoramento e avaliação do seu processo de implementação. Questionamentos sobre os principais equívocos, mas

também sobre avanços alcançados com os ODM se colocaram e contribuíram para fomentar as discussões sobre as bases a sustentar a nova agenda de desenvolvimento. (MENEZES, 2019a, p. 13).

De acordo com o então Secretário-Geral da ONU, esse documento final se refere a um plano de dez anos para alterar os padrões globais de produção e consumo, destacar questões de gênero, o direito à água e comida e o combate urgente à pobreza (NAÇÕES UNIDAS, 2012). O documento também discorria sobre a criação de um grupo de trabalho aberto que desenvolveria um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em setembro de 2015 é criada, então, a Agenda 2030, cujo núcleo é composto pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A oficialização desta Agenda ocorreu através do documento intitulado “Transformando Nossa Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a qual foi adotada, por unanimidade, pelos 193 Estados-membros das Nações Unidas (BRASIL, 2018).

Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. (NAÇÕES UNIDAS, 2018c, p. 1).

As pessoas do mundo como um todo já estavam ganhando conscientização sobre o impacto social e ambiental na sustentabilidade do Planeta Terra quando a Agenda 2030 surgiu, o que marcou uma forte quebra e promissora descontinuidade das políticas anteriores (FERRI e SEDEHI, 2018).

Diferentemente das abordagens anteriores – por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento do milênio das Nações Unidas – que foram tímidas e fragmentadas, sustentabilidade se tornou a meta declarada da política mundial com a formulação da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os dezessete ODS acordados abrangem desde inclusão e melhora social até ação de salvaguarda e reparo ambiental. É cedo para tentar avaliar se e quanto os ODS poderão ser efetivamente alcançados em 2030. Após apenas três anos desde seu lançamento podemos perceber que temas relacionados à sustentabilidade ganharam esferas maiores na discussão política, de forma que negócios moldam sua imagem aos clientes, de maneira frequente e defendendo publicamente. A reforma associada da economia e sociedade é multifacetada. Geralmente, cada setor afetado pelo discurso sustentável identifica um ou mais ODS como vital para sua estratégia futura (FERRI e SEDEHI, 2018, p. 1).

A Agenda 2030 possui dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentre os quais os seis primeiros dão continuidade aos temas levantados pelos ODM, enquanto os restantes tratam sobre novos temas. Tais objetivos ainda estão associados a 169 metas e 303 indicadores (NAÇÕES UNIDAS, 2018c). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. (NAÇÕES UNIDAS, 2018c, p. 18 e 19)

Importante ressaltar que a Agenda 2030 tem como princípios:

- 1) **Não deixar ninguém para trás:** os ODS e suas metas devem ser alcançados por todos os países, mas também devem ser fortalecidos os esforços para os ODS chegarem primeiro àquelas pessoas que estão ficando para trás, tais como mulheres, indígenas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, pessoas idosas, jovens, LGBTI, entre outros, isso implica a análise de políticas, legislações e estratégias nacionais, setoriais e locais, para a inclusão e impacto nesses grupos populacionais.
- 2) **Universalidade:** a Agenda 2030 considera o envolvimento de todos os países, levando em conta suas realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento, assim como suas políticas e prioridades nacionais. Os esforços para converter as metas em ações nacionais devem ser guiada pelas aspirações globais da Agenda 2030, mas considerando a própria estratégia de desenvolvimento do país e suas prioridades.
- 3) **Integralidade e indivisibilidade dos ODS:** a implementação da Agenda 2030 deve levar em consideração a interconexão entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, suas metas e as três dimensões do desenvolvimento sustentável de forma integrada (social, econômica e ambiental). Isso implica analisar como são desenhadas e aplicadas as políticas de desenvolvimento para refletir essa integração e interconexão (sem selecionar cada objetivo de forma isolada) à luz das sinergias programáticas, orçamentárias e setoriais para maximizar recursos e esforços.
- 4) **Enfoque inclusivo e participativo:** os ODS requerem a participação de todos os atores e todas as pessoas representantes das populações mais vulneráveis da sociedade na adaptação dos ODS ao contexto nacional, regional e local; na implementação, no monitoramento e na prestação de contas da Agenda 2030.
- 5) **Apropriação nacional:** os ODS terão que se adaptar ao contexto de cada país para definir metas nacionais em função das circunstâncias e prioridades. A Agenda 2030 reconhece explicitamente a importância dos países se apropriarem das estratégias de desenvolvimento, abordando vetores estruturais ao mesmo tempo que se mantém uma margem de manobra para estabelecer políticas e prioridades nacionais.
- 6) **Enfoque baseado nos Direitos Humanos:** os ODS aspiram a tirar as pessoas do medo e da escassez, o que somente é possível se os governos respeitarem, salvaguardarem e promoverem todo o arcabouço de Direitos Humanos sob os princípios da universalidade, igualdade e sem discriminação. (ONUBR, 2018, p. 3)

Ademais, ao considerar a atuação nos âmbitos social, econômico e ambiental, os 17 objetivos são organizados a partir das seguintes esferas fundamentais, definidas como os “5

Ps” da sustentabilidade: 1) pessoas; 2) planeta; 3) prosperidade; 4) paz; 5) parcerias (MENEZES, 2019a). Essas esferas de incidência são mais bem explicadas na Figura 1.

Destaca-se que os ODS foram criados com a participação dos grupos civis e não governamentais, e é de extrema importância a participação de todos os níveis de governança para o alcance dos objetivos. Van den Brande *et al.* (2012) reafirmam a relevância e necessidade da participação e ação dos mais variados atores, de agentes do governo ao setor privado e sociedade civil, o que está intrinsecamente relacionado ao princípio de formulação política. Nesse sentido, os autores ainda sublinham que o desenvolvimento sustentável é uma área política que se encaixa perfeitamente no conceito de governança multinível.

Figura 1. Esferas de Incidência



Fonte: ONUBR, 2018, p. 4.

Por conseguinte, para alcançar o pleno desenvolvimento humano mundial, os ODS contam com o comprometimento dos Estados e a colaboração dos atores não governamentais e subnacionais. Assim, conforme a *Network of Regional Governments for Sustainable Development*, a agenda reconhece que sua efetivação tão somente será possível com a capacitação dos governos regionais em sua potencialidade de contribuição e “enfatiza a necessidade de inclusão dos governos regionais como parceiros fundamentais para os esforços nacionais na implantação e revisão dos ODS” (NRG4SD, 2018).

Os governos subnacionais “são diretamente responsáveis pelas ações necessárias para o alcance dos ODS, como a provisão de serviços básicos, como saúde, educação, água e saneamento” (NRG4SD, 2018). Retornando à governança multinível, os governos subnacionais em muitos países são os responsáveis pela implementação, ou até formulação, de políticas para o desenvolvimento sustentável e ainda os problemas relacionados aos ODS se tornam tangíveis no nível subnacional (VAN DEN BRANDE *et al.*, 2012). Ou seja, é no âmbito subnacional que será verificado se o objetivo de saúde ou educação, por exemplo, estão dentro do padrão esperado ou não, pois é a população de uma cidade ou estado que sentirá diretamente os efeitos de tais indicadores.

No entanto, em vários casos, políticas de desenvolvimento nos níveis nacionais, regionais e globais não consideram suficientemente como tais políticas afetam os níveis subnacionais onde pessoas vivem e experienciam desafios globais. Uma revisão efetiva e acompanhamento da implementação mundial dos ODS deve ser levado em consideração, não somente as contribuições de cada país, mas também as necessidades específicas de diferentes cidades e regiões, para evitar deixar alguém para trás. (...) Governos subnacionais, se empoderado com capacidades e recursos adequados, ficam bem posicionados para aproveitarem as capacidades, recursos e potencial local para apoiar o crescimento sustentável, inclusivo e contínuo para contribuir para a prosperidade nacional. Políticas nacionais e subnacionais coerentes e integradas serão fundamentais para o apoio a esses processos; para criar “cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, para reduzir o aumento de disparidade entre regiões e áreas urbanas, e levar em consideração a importante interação entre as áreas rural, urbana e ecossistema natural (LOCAL AUTHORITIES MAJOR GROUP, 2018, p. 1, tradução minha).

Interessante notar que, apesar de os governos subnacionais serem de certa forma subestimados pelo discurso político internacional, vários desses atores já demonstraram interesse ou iniciaram políticas de desenvolvimento sustentável e vêm crescentemente buscando seu espaço nos fóruns internacionais (VAN DEN BRANDE, 2012). Tanto é que em 1987, no Relatório Brundtland, já era destacada a relevância dos grupos civis, das

organizações não governamentais e da comunidade científica na construção e difusão da agenda do desenvolvimento sustentável (UN DOCUMENTS, 2018). E na formulação dos ODS foram utilizadas opiniões da sociedade civil, de líderes e acadêmicos, e adicionalmente foi criado o Grupo *ad hoc* de Trabalho sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (GTA-ODS), conforme anteriormente citado, com representantes de mais de setenta países, entre os quais o Brasil com participação efetiva (PNUD, 2015).

O Brasil se viu bastante envolvido com os ODS, segundo o Itamaraty (BRASIL, 2019a), uma vez que o debate sobre o desenvolvimento sustentável se iniciou no Rio de Janeiro em 1992 e, depois, a agenda pós-2015 também se deu na Conferência Rio+20. O coordenador do Sistema das Nações Unidas no Brasil, Jorge Chediek, afirma que logo que foi concretizada tal agenda, foi criada uma Força Tarefa de corpo técnico para se identificar indicadores e dados, assim como lacunas, para acompanhamento dos ODS no Brasil (PNUD, 2015).

Isso vai ao encontro dos princípios da Agenda 2030, que afirma ser necessário adaptar os ODS à realidade local e, portanto, é preciso a criação de um plano estratégico nacional sobre o desenvolvimento sustentável. Tal plano deve ser coordenado através de pensamentos e ações interativas para poder alcançar os objetivos econômicos, sociais e ambientais de forma balanceada e integrada (BACHUS e SPILLEMAECKERS, 2012). Os autores adicionam que o processo de criação do plano envolve análise, formulação de políticas e planos de ação, meios de implementação, monitoramento e revisão, e deve ser uma ação contínua para melhoria do caminho a ser percorrido. No âmbito nacional:

As características e especificidades da nação brasileira são tantas que, muitas vezes, não se veem representadas de maneira satisfatória em acordos globais. Em alguns casos, o Brasil já alcançou as metas estabelecidas; em outros, essas referem-se a problemas que não são observados internamente, ou não contemplam questões de grande relevância para o país. Ademais, na Federação brasileira, os compromissos com os ODS e com a implementação das políticas públicas requeridas para o seu alcance precisam ser assumidos e implementados nas suas três esferas: União, estados e municípios. É necessário, portanto, adaptar as metas de tal forma que os entes federados se sintam contemplados nas prioridades nacionais (IPEA, 2018, p.13).

É interessante adicionar que a Agenda 2030 foi criada para que se tenha uma atuação integrada para melhoria dos três pilares: econômico, social e ambiental. Porém, é esperado que surjam contradições entre esses pilares e cabe ao líder político considerar o pilar

econômico mais como um meio para se alcançar os objetivos ambientais e sociais do que o crescimento econômico como principal objetivo (AUDET e GENDRON, 2012). De fato,

(...) a tradução do compromisso multilateral em práticas e políticas que atinjam o ‘público-final’ e atenda objetivamente às necessidades reconhecidas de cada localidade, município, território ou grupos sociais é o maior desafio atual de governos, organizações internacionais e da sociedade civil (MENEZES, 2019a, p. 17).

É necessário, portanto, a localização e adaptação dos ODS para cada Estado-nação. “O relatório do GTA-ODS reconhecia que cada governo deve estabelecer suas próprias metas nacionais, orientados pelo nível global de ambição, mas tendo em conta suas circunstâncias nacionais” (PNUD, 2015, p. 17 e 18). Não havendo uma única abordagem certa, cada governo nacional deve criar sua própria estratégia a partir de sua circunstância política, histórica, cultural e ecológica (BACHUS e SPILLEMAECKERS, 2012).

Nesse sentido, o governo nacional do Brasil criou, em 2016, a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) “como órgão de governança para internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no Brasil” (BRASIL, 2019b, p. 1), porém a extinguiu em abril de 2019. No entanto, não abandonou o tema, considerando de grande relevância a implementação da Agenda 2030 a partir de “um conjunto coordenado e coerente de políticas e ações, optou-se por um modelo de governança articulado em torno da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV-PR)” (BRASIL, 2019b, p. 1). Assim sendo, reafirmando “seu compromisso com a Agenda 2030 e esclarece que o tema integra um dos projetos prioritários do planejamento estratégico da Secretaria de Governo da Presidência da República” (BRASIL, 2019b, p. 1):

O Decreto nº 9.980, de 20 de agosto de 2019, estabeleceu como competência da Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS) da SEGOV-PR a implementação da Agenda 2030 no Brasil, nos seguintes termos (Art. 15):

VI - assistir o Ministro de Estado nos temas relativos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

VII - articular, no âmbito do Governo federal, em conjunto com a Secretaria Especial de Assuntos Federativos, com os entes federativos, as ações de internalização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas; e

VIII - solicitar e consolidar as informações sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável prestadas pelos órgãos governamentais. (BRASIL, 2019b, p. 1)

Importante notar que, antes de sua extinção, a CNODS delegou ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) “a responsabilidade de coordenar o processo de elaboração de uma proposta de adequação das metas globais dos ODS” (IPEA, 2018, p. 14). Ao verificar as metas, o IPEA considerou 167 como adequadas para o Brasil e 2 como inadequadas à realidade brasileira. Foram mantidas 39 metas na versão original e 128 tiveram o texto alterado para melhor adequação às particularidades brasileiras, além de terem sido adicionadas 8 metas propostas pelos grupos interministeriais.

Ademais, a ONU publicou em 2018 o documento “Articulando os programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: orientações para organizações políticas e a cidadania”, no qual indica como incorporar os ODS em programas governamentais a partir dos seguintes passos:

- 1) Conhecer a Agenda 2030 e os ODS: analisar as esferas de incidência, seus princípios orientadores, os 17 ODS e suas 169 metas e como se vinculam com suas linhas programáticas.
- 2) Diagnóstico da situação do país: estudar os desafios que o Brasil enfrenta, em que se inclua uma análise estrutural e específica dos obstáculos e desafios à luz dos ODS.
- 3) Visão de desenvolvimento: visualizar como se alcançará a transformação do país em médio prazo com visão de futuro, mediante a aceleração dos ODS e o desenvolvimento resiliente, inclusivo e integral.
- 4) Objetivos: estabelecer objetivos programáticos em função dos ODS, que integre as dimensões econômica, social e ambiental, de forma realista, planejada e centrada nas pessoas.
- 5) Planejamento estratégico: criar um planejamento integral que inclua planos e políticas para acelerar o cumprimento dos ODS segundo suas prioridades estratégicas, acompanhado do planejamento e preparação, com enfoque em parcerias.
- 6) Mecanismo de prestação de contas: implementar mecanismos claros, inclusivos e transparentes para fiscalizar permanentemente o cumprimento dos ODS e que sejam apresentados publicamente para análise dos alcances e limites de cumprimento da Agenda. (ONUBR, 2018, p 7 e 8).

É válido ainda argumentar que o desenvolvimento sustentável do planeta depende da cooperação e boa governança global, o que por muitas vezes é conhecido como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável (TWI2050, 2018). Cada um dos 17 objetivos contribuem para essas quatro dimensões através de prosperidade, inclusão social, sustentabilidade ambiental e boa governança. A iniciativa de pesquisa *The World in 2050* (que em português se traduz

como “O Mundo em 2050”) afirma que a boa governança é uma precondição para combinar e alinhar visões locais, nacionais e globais sobre o bem estar comum.

É relevante novamente destacar que os 17 objetivos são interdependentes, uma vez que a melhora ou piora de um indicador influenciará na melhora ou piora de outros indicadores ou dimensões. De início podemos citar que as dimensões da Agenda 2030 dependem de vários objetivos a serem alcançados. A fim de detalhar, a prosperidade depende do alcance das necessidades básicas: fim da pobreza e da fome, saúde, educação e água para todos; a inclusão social depende do alcance de igualdade de gênero, redução das desigualdades e liberdade; a sustentabilidade ambiental depende de um sistema climático estável, biodiversidade conservada e garantia de água limpa; e a boa governança depende da interação de atores governamentais e não governamentais, governos confiáveis e justos etc. (TWI2050, 2018).

Nesse sentido, Le Blanc (2015) afirma que os ODS são muito mais integrados entre si do que os ODM eram, o que pode facilitar a integração política entre os setores de um governo na implementação.

Nesse sentido, deve-se entender e pensar como ações que atendam a demandas e impactem problemas circunscritos a um dos 17 objetivos podem ter potencial de produzir efeitos positivos em outras áreas que compõem os ODS. Essa é uma questão que afeta significativamente as decisões sobre investimentos e políticas públicas, especialmente em condições de restrições técnicas, políticas e orçamentárias (MENEZES, 2019a, p. 15).

Sabemos que indicadores de um objetivo podem influenciar no sucesso de outro objetivo, como, por exemplo, a pobreza e a relação com a desigualdade de gênero. A agricultura pode afetar diretamente aos sete ODS – primeiramente aos objetivos de pobreza e fome, os quais também dependem do desempenho daquela. Por sua vez, a agricultura também é influenciada por avanços tecnológicos, mercado, instituições, mudanças climáticas e políticas públicas. (NU *et al.*, 2018).

Nessa lógica, Le Blanc (2015) demonstra a interconexão entre os ODS e suas metas e analisa como as metas se referem a mais de um objetivo e formam, portanto, uma rede de integração, estando em seu núcleo os ODS da desigualdade, consumo e produção sustentável, pobreza, fome e educação (ver Figura 2). O autor então exemplifica:

A meta 12.4 sob o objetivo 12 dos ODSS, “Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”, declara: “Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao

longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente”. Essa meta se refere explicitamente a saúde, e é lançada como sendo ligada ao ODS 3, o qual lê: “Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”. (LE BLANC, 2015, p. 2)

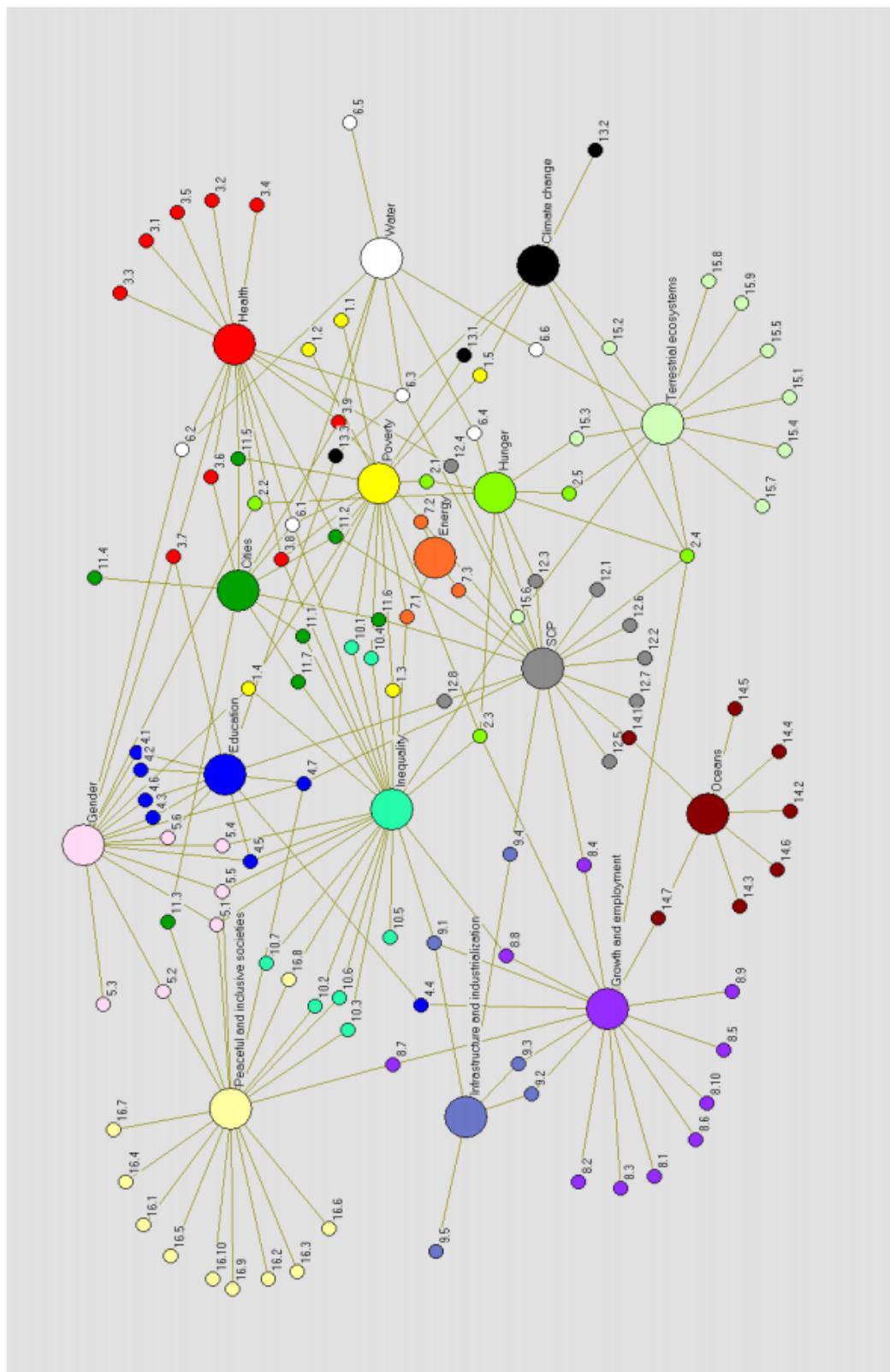
Na tabela abaixo (Tabela 1) podemos verificar quantas correlações entre os ODS a partir de seus indicadores foram encontradas por Le Blanc, o qual demonstra os ODS que mais possuem relação com os outros, e portanto influencia e é influenciado. O que indica que quanto maior a quantidade de objetivos com os quais um ODS se relaciona maior é a sua centralidade no alcance do desenvolvimento sustentável como um todo.

Tabela 1. Relação entre os ODS

Ranking	ODS	Número de outros objetivos que o ODS está relacionado
1	12 - Consumo e Produção Responsáveis	14
2	10 - Redução das Desigualdades	12
3	1 - Erradicação da Pobreza	10
4	8 - Trabalho decente e Crescimento Econômico	10
5	2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	8
6	3 - Saúde e Bem-Estar	8
7	5 - Igualdade de Gênero	8
8	4 - Educação de Qualidade	7
9	6 - Água Potável e Saneamento	7
10	11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	6
11	13 - Contra a Mudança Global do Clima	6
12	15 - Vida Terrestre	6
13	16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	6
14	7 - Energia Acessível e Limpa	3
15	9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	3
16	14 - Vida na Água	2

Fonte: LE BLANC, 2015, p. 6.

Figura 2. ODS como rede de metas
(Indicadores descritos pelo número dos ODS)



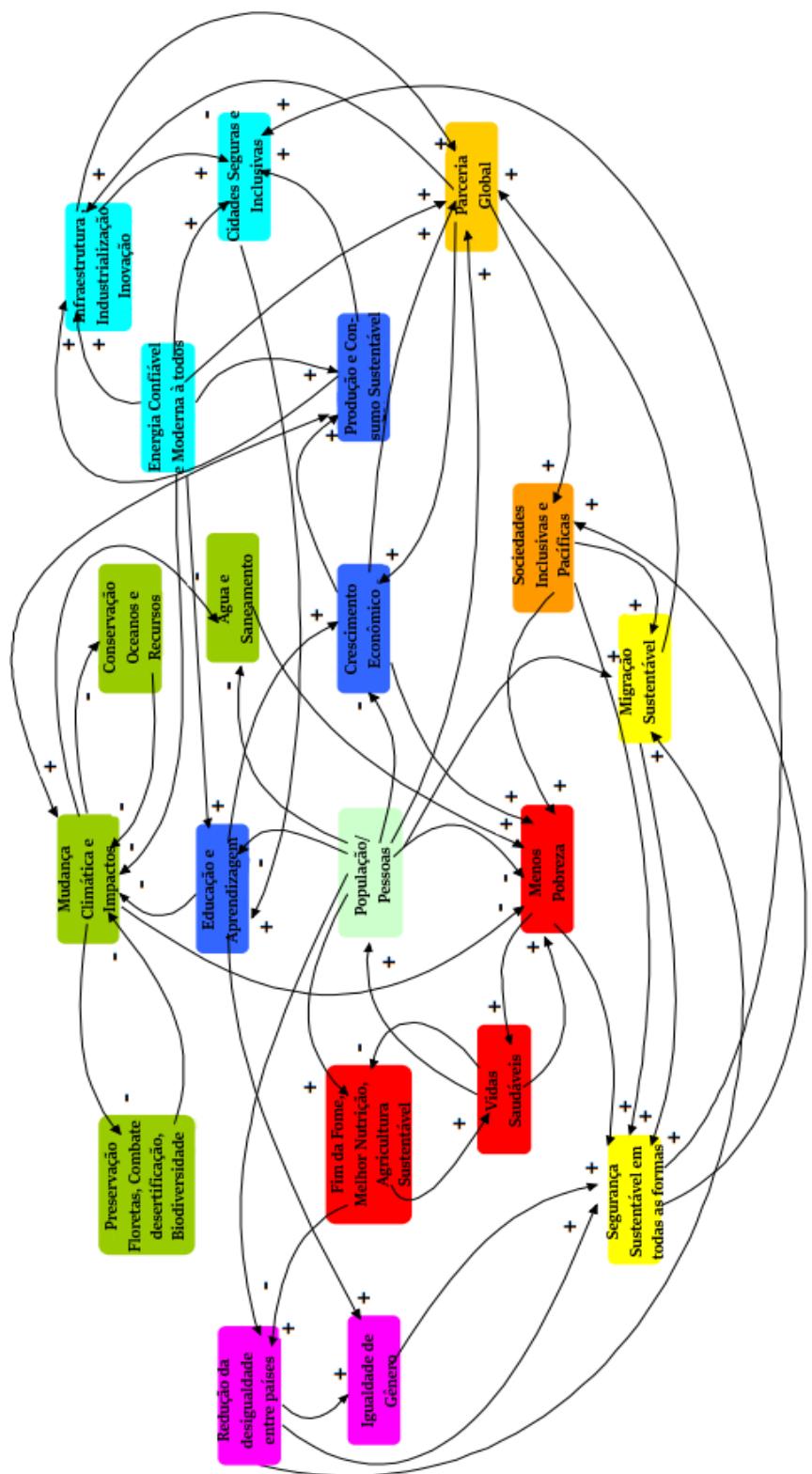
Fonte: LE BLANC, 2015, p. 4.

Outra forma de verificarmos a relação de influência entre os ODS é conforme descrito por Ferri e Sedehi (2018, p. 4) na Figura 3, na qual os autores descrevem elementos de ODS e como eles influenciam positivamente (reforçam) ou negativamente (balanceiam) sobre outro elemento do desenvolvimento sustentável. Como exemplo, é citado que energia acessível e confiável tem uma influência positiva na construção de infraestruturas resilientes, industrialização e inovação.

A partir disso também averiguamos a grande interconectividade entre os ODS e, portanto, como é indispensável considerarmos a interconexão sistêmica dos ODS e sua indivisibilidade, devendo ser implementados e trabalhados de forma integrada. O próprio movimento de criação da Agenda 2030 “tem como base a percepção de um mundo interdependente e que coloca uma série de desafios ao alcance do desenvolvimento sustentável que devem ser superados de forma integrada” (MOREIRA, 2019, p. 236).

A Agenda 2030 é relevante para o futuro da humanidade e deve ser trabalhada de forma transnacional e em todos os níveis da sociedade. É nossa responsabilidade uma vez que existem diversas evidências científicas demonstrando ser a espécie humana a grande causadora das alterações climáticas da Terra, tendo ultrapassado vários limites planetários que regulam a estabilidade terrestre, sendo, portanto, obrigação nossa alcançarmos os ODS até 2030 e, depois, continuarmos buscando tais objetivos para todos os cidadãos a fim de alcançarmos um planeta sustentável e resiliente, que dependerá de drásticas transformações nas atividades, modo de vida e valores da humanidade (TWI2050, 2018).

Figura 3. Influência entre fatores dos ODS



Fonte: FERRI e SEDEHI, 2018, p. 4.

2. A RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL(ODS) E INTERNACIONALIZAÇÃO DE CIDADES

O presente capítulo visa entender a relação entre o processo de internacionalização de cidades e o processo de implementação dos ODS. Para tanto, será demonstrado com maior detalhe cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU e suas implicações nos 13 fatores determinados por Soldatos (1996) como caraterizadores de uma cidade internacional. Ao verificarmos o que cada ODS representa, podemos ter uma visão mais clara de como os objetivos influenciam no processo de internacionalização de uma cidade.

Importante ressaltar que os ODS são extremamente relevantes para a atuação de uma cidade no plano internacional, uma vez que são essenciais para projetos de financiamentos e cooperação internacionais, sendo necessário que os municípios integrem tais objetivos em suas ações para gerar visibilidade e novas oportunidades de investimentos e cooperação (CNM, 2018, p. 5).

É pertinente considerar ainda que as dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável, conforme Biggeri e Ferrannini (2014), estão intrinsecamente conectadas e interdependentes e poderão influenciar ao mesmo tempo mais de um fator de internacionalização.

2.1. Objetivo 1 – Erradicação da Pobreza

O primeiro objetivo da Agenda 2030 trata sobre a erradicação da pobreza, e visa “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1), sendo suas metas:

1.1. Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia

1.2. Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

1.3. Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

1.4. Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e

outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

1.5. Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza. (NAÇÕES UNIDAS, 2017 p. 1)

Ao analisarmos o objetivo frente aos pontos de internacionalização, podemos afirmar que uma cidade sem pobreza significa que sua população representa potencial mercado consumidor para o fluxo de comércio e serviços, o que acaba por atrair potenciais investidores internacionais e novas empresas para a cidade. Ou seja, influenciam nas características 2, 3 e 10 de inserção internacional, quais sejam:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

(...)

10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais; (SOLDATOS, 1996, p. 216).

Ao mesmo tempo, irá influenciar ajudar que uma cidade tenha “uma população com composição étnica diversificada” (SOLDATOS, 1996, p. 216). Afinal, será uma consequência do simples fato de uma cidade sem pobreza atrair populações de outros locais em busca de trabalho e qualidade de vida.

O primeiro objetivo dos ODS visa acabar não só com a pobreza relacionada à renda, mas sim a pobreza mais ampla que condiz ao acesso aos serviços públicos, à opção de escolha, aos direitos humanos (EMBRAPA, 2018).

A pobreza fragiliza indivíduos, famílias e comunidades. Essa situação só pode ser superada pela ação do poder público, por meio de políticas públicas multisectoriais como a universalização do acesso aos serviços de saúde, o acesso à educação integral, o estímulo à criação de organizações de economia solidária, grupos comunitários de produção, fundos solidários e o desenvolvimento de tecnologias sociais. Entretanto, a efetividade dessas políticas pressupõe o acesso à vida social. Assim entendemos que, para a erradicação da pobreza extrema ou para a sua redução, é essencial a inclusão social de um expressivo contingente populacional, reconhecendo seu direito à autonomia econômica e cultural (EMBRAPA, 2018, p.20).

Jeffrey Sachs (2005), em seu livro *The end of poverty*, relaciona a pobreza em si como causa da estagnação econômica, de modo que o país em situação de extrema pobreza não consegue sair sozinho de tal situação, tanto pela falta de capital humano ou natural quanto por não poder poupar capital para o futuro. Ou seja, um país ou local que não possua capital humano ou natural dificilmente conseguirá sair da situação de pobreza extrema sem ajuda externa. Ao mesmo tempo tal pressuposto ressalta a importância da população e do meio ambiente para o sucesso econômico de uma localidade.

Logo, uma cidade deve ser capaz de preservar e desenvolver seu capital humano e natural a fim de atrair novos negócios e perpetuar a situação econômica fora da pobreza. Interessante citar que o *Global Power City Index* (GPCI), que seria um sistema que classifica as cidades globais de acordo com seu magnetismo para capital, negócios e pessoas, se utiliza de dados nos âmbitos econômicos, pesquisa e desenvolvimento, interação cultural, acessibilidade, qualidade de vida e meio ambiente para classificar as cidades (ICHIKAWA *et al.*, 2017).

Nesse sentido, um dos meios para o fomento de tais fatores para tornar uma cidade atrativa se dá por investimento e políticas públicas. Para alguns teóricos econômicos tais investimentos além de possuir efeito nos investimentos privados aumentam o consumo da população (FOURNIER, 2016). Além disso, investimento em infraestrutura, como estradas que possibilitem a conexão física entre lugares e pessoas, ajuda na redução da pobreza, uma vez que permite o acesso não só ao mercado, mas também aos serviços básicos de saúde e educação (WORLD BANK, 2014 *apud* OCDE e OMC, 2017).

A OCDE e OMC (2017) destacam como o desenvolvimento em infraestrutura pode beneficiar os pobres de forma direta a partir de distribuição de renda e, indiretamente, através do crescimento econômico rural. De forma a exemplificar a relevância das estradas na incidência da pobreza, Ali e Pernia (2003 *apud* OCDE e OMC 2017) verificaram que 3,2

pessoas foram retiradas da pobreza na China a cada 10.000 yuans investidos em estradas rurais.

Com isso, é possível afirmar que o investimento público, além de melhorar infraestrutura para os negócios, melhora as condições socioeconômicas da população, o que seria mais um atrativo para novas empresas que encontrariam nessa população mercado para seus produtos e serviços, além de mão de obra. Ademais,

(...) os ODS, ao estimularem o direcionamento do fluxo de investimento público e privado global aos desafios da sustentabilidade, potencializam o mercado para empresas que possuem ideias inovadoras, negócios com soluções de impacto socioambiental e inclusivo em cadeias de valor diretamente relacionadas às temáticas de gênero, juventude, terceira idade, entre outros (SEBRAE MINAS, 2018, p. 18).

Importante ainda salientar que enquanto a conexão física é relevante para o acesso ao mercado e até mesmo para diminuir os custos de transações, a conexão digital é também elemento extremamente pertinente à incidência da pobreza. A respeito disso, a OCDE e OMC (2017) afirmam que para reduzir a pobreza, os custos da conectividade física e digital necessitam ser abordados para permitir que o pobre participe da economia, uma vez que com a conexão digital a população tem acesso à informação, educação, mercado de trabalho e negócios.

Ou seja, uma vez que o governo invista em políticas públicas que visem a eliminação da pobreza, gerará oportunidades para o setor privado e para a população em geral. Além disso, é interessante afirmar que as pessoas e empresas se realocam não só por benefícios financeiros, mas também por questões ambientais e de segurança (ICHIKAWA *et al.*, 2017). Fica cada vez mais claro que as cidades têm que fazer o seu marketing promovendo as suas vantagens para atrair novos residentes e empresas.

Por fim, vale frisar que a pobreza envolve os âmbitos social, econômico e ambiental, o que nos revela a grande integração dos ODS e a centralidade do fim da pobreza no alcance da Agenda. Assim como, nesse primeiro objetivo, já podemos identificar a pertinência do marketing de cidades, defendido por Mónica Salomón (2011), para atração de investimentos e como parte importante da internacionalização da cidade.

2.2. Objetivo 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

O segundo objetivo trabalha a questão da “Fome Zero”, a partir do qual a ONU (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1) visa “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, tendo como metas:

- 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano
- 2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas
- 2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola
- 2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo
- 2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente
- 2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos
- 2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha
- 2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p.1).

Ao verificarmos as implicações da fome em uma sociedade, é possível afirmar que ao retirá-la da equação a população poderá se preocupar em consumir produtos e serviços não essenciais, contanto que a pobreza também não seja um problema. Por sua vez, uma população bem nutrida corresponde a um maior número de pessoas aptas a trabalhar e consumir.

Portanto, a meta de dobrar a produtividade e renda dos produtores terá como consequência um maior poder aquisitivo. Logo, a população passa a constituir potencial mercado consumidor e de mão de obra, o que passa a atrair fluxos de comércio, fatores de produção e investimentos, influenciando, assim, nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

- 2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
- 3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
- (...)
- 10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais; (SOLDATOS,1996, p. 216).

Importante destacar que a erradicação da fome terá como consequência a atração de pessoas de outras localidades, portanto, trazendo “uma população com composição étnica diversificada” (SOLDATOS,1996, p. 216).

O segundo objetivo ODS vai estar bem alinhado com as consequências trazidas pelo Objetivo 1, uma vez que também é parte das necessidades básicas do ser humano. Nesse sentido, Burity *et al.* (2010, p. 15) citam a definição da ONU sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.

Após o controle desses dois primeiros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a população conseguirá se desenvolver econômica e socialmente, e passar a buscar novas atribuições para melhoria de vida, além de estar apta para o mercado de trabalho.

Sabe-se, por exemplo, que pobreza e má nutrição estão frequentemente conectadas em um círculo vicioso. Em sociedades pobres falta renda para adquirir alimentos e pessoas má nutritidas têm suas capacidades cognitivas comprometidas, acarretando em menor produtividade no trabalho. A baixa produtividade é uma barreira para sair da pobreza e assim o ciclo se fecha. (LIMA ,2019, p. 46)

Ressalta-se, ainda, que para os defensores da Segurança Alimentar a fome é decorrente da falta de renda para adquirir os alimentos, seja por falta de emprego ou pela alta dos preços (LIMA, 2019). Com isso, a agricultura familiar surge para suprir tanto a falta de renda quanto a de alimento. Logo, “a agricultura familiar representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, especialmente quando combinada com políticas específicas destinadas a promover a proteção social e o bem-estar das comunidades” (EMBRAPA, 2018, p. 21).

Portanto, com a agricultura familiar haverá um incremento de renda em famílias de pequenos agricultores, o que gerará maior potencial de consumo, além de prover alimento de subsistência. O que também permitirá tanto que membros da família possam buscar novas formas de trabalho como o consumo de produtos e serviços.

Logo, fica claro que a pobreza e a fome andam juntas tanto para a sua perpetuação quanto para a saída de tal posição. Uma vez que a má nutrição impede uma maior produtividade e, com isso, perpetua a pobreza, o contrário irá auxiliar na recuperação econômica de sua localidade, atrairindo novas empresas e investimentos.

2.3. Objetivo 3 – Saúde e Bem-Estar

Com esse objetivo as Nações Unidas (2017, p.1) pretendem “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”, a partir das seguintes metas:

- 3.1. Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos;
- 3.2. Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade

neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos;

3.3. Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;

3.4. Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar;

3.5. Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;

3.6. Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas;

3.7. Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais;

3.8. Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos;

3.9. Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo;

3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado;

3.b. Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos;

3.c. Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;

3.d. Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

Podemos afirmar que uma cidade com um sistema de saúde bem desenvolvido é um grande atrativo para novas empresas e instituições se instalarem no município, pois possibilitará aos seus funcionários garantia à saúde e bem-estar, e não irá expô-los a um ambiente com doenças contagiosas.

Além disso, o planejamento familiar possibilitará famílias economicamente mais estáveis e preparadas. Ademais, uma população com menor índice de doenças e um sistema de saúde capacitado significa um mercado consumidor e de mão de obra mais consolidado e estável, o que acaba por influenciar, nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
- (...)
10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais; (SOLDATOS, 1996, p. 216).

Com um setor de saúde sólido, a cidade irá também atrair pessoas de outras localidades em busca de qualidade de vida e bem-estar, reforçando “uma população com composição étnica diversificada” (SOLDATOS, 1996, p. 216).

É importante perceber a saúde como um conjunto de relações entre as diversas esferas humanas e condicionantes sociais e ambientais (MENEZES, *et al.*, 2019). A saúde está intrinsecamente relacionada à renda, alimentação e situação ambiental.

No que diz respeito à saúde, o aprofundamento das interconexões entre saúde e seus determinantes sociais em âmbito global afeta a maneira com os riscos à saúde se apresentam (por exemplo, com o aumento da circulação de pessoas e produtos orgânicos, catástrofes ambientais e sociais transfronteiriças etc.), assim como a forma em que as respostas a eles se articulam (criação de barreiras sanitárias, práticas de cooperação técnica e criação de protocolos clínicos internacionais etc.). (MENEZES, *et al.*, 2019, p. 65)

Assim como os objetivos anteriores, é necessário que haja investimento e políticas públicas para sua eficiência, a fim de melhorar as condições de vida da população local e, consequentemente, melhorar a atratividade da cidade. Nesse sentido, Fournier (2016) argumenta que o investimento público tem mais efeito dependendo do setor, sendo o investimento na saúde um dos setores que mais impactam no crescimento econômico. O autor afirma que isso seja possível talvez por haver uma melhoria na saúde e no bem-estar do trabalhador, o que acaba por aumentar a produtividade.

Novamente, vemos aqui a necessidade da melhoria interna da cidade, no que diz respeito à implementação dos ODS, para torná-la mais atrativa e com grande visibilidade no exterior.

2.4. Objetivo 4 – Educação de Qualidade

O quarto objetivo dos ODS se refere à educação, no qual a ONU busca “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1), tendo como metas:

- 4.1. Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;
- 4.2. Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário;
- 4.3. Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;
- 4.4. Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;
- 4.5. Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;
- 4.6. Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;
- 4.7. Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;
- 4.a. Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos;
- 4.b. Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação

profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento;

4.c. Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

O fato de a cidade possuir uma educação de qualidade e abrangente significa mais pessoas capacitadas para o mercado de trabalho (mão de obra qualificada), o que será um fator de atração de grandes instituições, especialmente empresas de grande inovação tecnológica. Nesse sentido, haverá maior possibilidade de empreendimento em áreas que terão maior capacidade de exportar fatores de produção derivados de maior conhecimento científico. Assim sendo, este quarto objetivo dos ODS impacta nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
4. Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
- (...)
10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

E quanto maior for a formação educacional da população maior será a busca por informação, através de comunicação social com exterior, viagens, mídia local, realização de congressos e exposições. Portanto, o quarto objetivo dos ODS terá impactos nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

5. Multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;
6. É diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações;
- (...)
8. Tem uma mídia de repercussão e difusão internacionais;

9. Acolhe, regularmente, encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos, etc.). (SOLDATOS, 1996, p. 216)

E podemos ainda afirmar que a cidade, por possuir qualidade e universalidade no ensino, irá atrair pessoas de outras localidades, o que aumentará “uma população com composição étnica diversificada” (SOLDATOS, 1996, p. 216).

Sobre o acesso à educação, trata-se de um direito humano fundamental que se encontra “descrito no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o caminho para a construção da paz e da segurança. Nessa visão, a educação é um meio para a formação integral do indivíduo em termos profissionais, sociais e humanísticos” (VARGAS, 2019, p. 87 e 88). Conforme a teoria do capital humano, o baixo investimento em educação era o que distanciava os países economicamente atrasados dos países com economia avançadas.

Após a II Guerra Mundial, os então chamados países subdesenvolvidos adotaram políticas educacionais orientadas pela lógica de que a instrução formal deveria ser uma ferramenta auxiliar para a modernização econômica e para que esses países cumprissem as etapas necessárias para atingir o desenvolvimento econômico dos Estados europeus e dos EUA (VARGAS, 2019, p. 87).

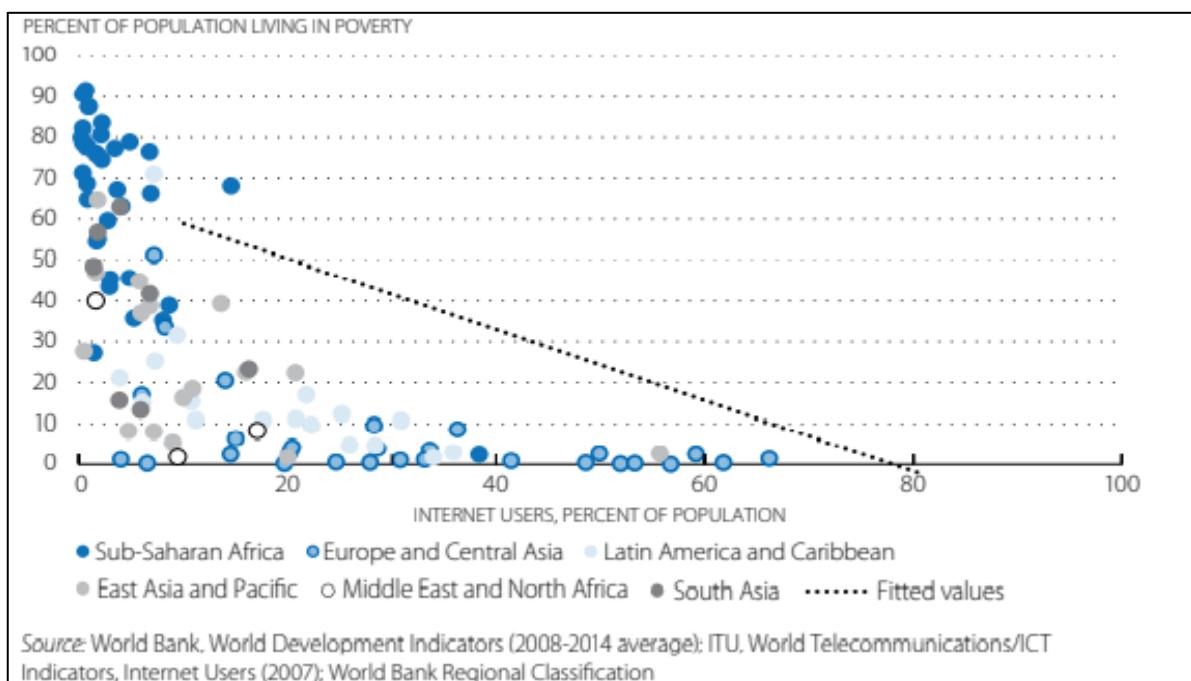
Fournier (2016), ao levantar as relações entre investimento público e crescimento econômico, ainda afirma sobre o efeito positivo, a longo termo, no PIB e na produtividade ao se investir em educação e P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), sendo o efeito maior do que previamente previsto. O autor ainda coloca que a educação também tem efeito indireto na economia, uma vez que afeta outros fatores, tal como promover a melhoria das instituições.

Ao pensarmos na educação como acesso à informação, Sachs (2005) adiciona as barreiras culturais, nas quais normas culturais ou religiosas acabam por impedir o avanço no desenvolvimento econômico do país, não permitindo a participação ativa da mulher ou de minorias étnicas e religiosas na sociedade, assim como questões de alta taxa de natalidade.

Outro fator relevante para a educação é a conexão digital. Nesse sentido, a OCDE e OMC (2017) ilustram a relação entre o número de usuários de internet e o índice de pobreza por região (ver Figura 4), pela qual é possível verificar que quanto maior é o índice de pobreza menor é a porcentagem de usuários de internet. Apesar de sabermos que os fatores da pobreza são muito mais complexos, é possível identificarmos como a comunicação é um desses fatores. Além disso, verificamos novamente a interconexão entre os ODS, pois o

objetivo ligado à Educação irá influenciar na busca de conexão digital com o exterior e de novas informações, o que por sua vez tem grande relação com o índice de pobreza.

Figura 4. Índice de Pobreza por Região e porcentagem de Usuários de Internet.



Fonte: OCDE e OMC, 2017, p. 46.

Ainda nesse quesito, a falta de comunicação com o exterior e o acesso à internet com custo acessível impedem a participação direta da população de renda mais baixa no comércio, seja como vendedor ou como consumidor, além de afetar o acesso à informação e a capacitação financeira e comercial (OCDE e OMC, 2017). A OCDE e OMC (2017) descrevem um projeto do Banco de Desenvolvimento da Ásia que demonstra como o acesso à internet de alta velocidade diminuiu os custos de conectividade internacional em 60%, melhorou os recursos em educação e saúde, aumentou as oportunidades de comércio e facilitou serviços como pagamento de contas e comunicação.

Ademais, uma população educada e com novas tecnologias possibilita uma maior cooperação entre cidadão e governo para alcançar objetivos comuns e promover novas ferramentas para diagnosticar problemas, montar planos de implementação e estratégias de avaliação de resultados (OCDE, 2016). Isso pode ser utilizado em favor do desenvolvimento sustentável, conforme colocado abaixo:

A ciência e a tecnologia são imprescindíveis para o desenvolvimento com bases sustentáveis. O conhecimento pode gerar mudanças nos padrões atuais de desenvolvimento e contribuir para a erradicação da pobreza. A ciência e sua constante evolução tornou-se um recurso fundamental para a geração de riqueza, para a diminuição das desigualdades sociais e para a melhoria da qualidade de vida em todas as suas dimensões. (EMBRAPA, 2018, p. 15)

Novamente se faz presente a interconexão entre os ODS. E, no que tange ao objetivo da educação, se faz bastante presente a busca pelo desenvolvimento do capital humano de uma localidade, transformando sua população em mão de obra cada vez mais qualificada e capaz não só de trabalhar em empresas que ali se alocarem, como também em empreendedores capazes de exportar fatores de produção.

2.5. Objetivo 5 – Igualdade de Gênero

Esse quinto objetivo busca “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p.1) através das seguintes metas:

5.1. Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3. Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4. Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.6. Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.a. Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b. Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c. Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

Ao verificarmos esse objetivo podemos afirmar que, com o empoderamento feminino e o acesso à informação, haverá menor incidência de gravidez indesejada e, portanto, um maior planejamento familiar, além de menor risco de mortes por abortos clandestinos. Ao mesmo tempo, a inserção das mulheres nas atividades econômicas significa uma maior porcentagem da população no mercado de trabalho e, com isso, um potencial aumento do mercado consumidor. O que permite a atração de instituições e fluxo de comércio, influenciando assim nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
- (...)
10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Considerando a meta 5.b, referente ao uso da tecnologia para o empoderamento feminino, isso possibilitará a busca de canais de comunicação e difusão de informação. Ao se empoderar a mulher com o uso da tecnologia, ela estará protegida contra violência ou assédio em transações comerciais, o que permitirá ter maior liberdade na hora de fazer negócios e poder exportar fatores de produção. Logo, é possível afirmar que haverá a promoção dos seguintes fatores de internacionalização da cidade:

4. exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
5. multiplicidade de comunicações sociais com o exterior; 6. é diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

A igualdade de gênero busca garantia de oportunidades para todos, incentivando o empoderamento feminino. De forma a detalhar o presente ODS, Giannini (2019, p. 96) afirma:

A igualdade de gênero se refere às possibilidades de que homens, mulheres, meninos e meninas têm de controlar suas próprias vidas, gozando de direitos iguais, bem como acesso a serviços, educação, saúde, mercado laboral, entre outros. Ao longo dos séculos, mulheres tiveram um status diferenciado, considerado inferior, seja na vida política, como econômica e social do Estado. Este status se baseava nos papéis que a sociedade lhe conferia e, até hoje, estes influenciam a forma como podem se desenvolver, que tipos de profissões podem ter, bem como, a forma como experimentam o dia-a-dia, desde a utilização de transporte público, até o cuidado com a família.

Portanto, ao possibilitar igualdade de gênero e o empoderamento feminino, o ODS busca aumentar as possibilidades de futuro para as mulheres e meninas que poderão buscar maior conhecimento e assumir carreiras antes dominadas pelo sexo masculino. Inclusive, elas terão maior poder de decisão na hora de iniciar uma família.

Nesse sentido, referente ao planejamento familiar, Sachs (2005) coloca a armadilha demográfica como um dos motivos para o declínio econômico. Segundo o autor, famílias pobres tendem a escolher ter mais filhos, mesmo não podendo suprir todas as crianças de saúde, alimento e educação, o que acaba por aprofundar o empobrecimento da população. Assim como o rápido crescimento demográfico coloca grande pressão na produção agrícola e na utilização dos recursos naturais, o que consequentemente exacerba a pobreza. Essa armadilha pode ser evitada ao permitir educação e acesso ao mercado de trabalho para as mulheres.

Já em relação à conexão com o exterior, segundo a OCDE e OMC (2017), a internet traz a possibilidade de troca de ideias e maior voz para meninas e mulheres no campo político e doméstico. Traz a oportunidade de aprender novas habilidades e educação formal, assim como a chance de conseguir emprego e acesso a informações especializadas sobre saúde e oportunidades de negócios, por exemplo.

A OCDE e OMC (2017) ainda discorrem sobre como a conectividade digital retira restrições tradicionais para mulheres em relação ao comércio ou negócios. Devido à desequilibrada divisão dos afazeres domésticos, o tempo se torna mais restrito e a conexão digital permite que mulheres consigam participar de trocas comerciais e negócios de forma virtual, assim como diminui o risco de assédio durante uma transação comercial (OCDE e OMC, 2017).

E, por último, referindo-se ao mercado de trabalho, Giannini (GIANNINI, 2019, p. 105) afirma que

(...) a participação de mulheres no trabalho remunerado aumentou em 35%, chegando a 41% em 2015. Ao mesmo tempo, a proporção de mulheres em empregos vulneráveis declinou em 13%. Porém permanece uma brecha importante. Cerca de 50% das mulheres em idade de trabalhar estão no mercado de trabalho; já entre os homens, esta porcentagem sobe para 77%. (...) É importante destacar os avanços e desafios no âmbito da igualdade de gênero que outros objetivos proporcionaram. Por exemplo, no que diz respeito à erradicação da pobreza, um bilhão de pessoas ainda vivem em situação de pobreza extrema. Embora não se saiba ao certo a proporção de homens e mulheres nesta situação, estudos sugerem que mulheres têm maior probabilidade de viver em situação de pobreza em 41 de 75 países com dados disponíveis. Observou-se também que mulheres divorciadas, viúvas e mães solteiras estariam em maior risco de pobreza.

Logo, verifica-se que ainda existe uma grande oportunidade de aumentar a produtividade e renda de uma sociedade, se forem cobertas as lacunas na porcentagem de mulheres desempregadas e no grande risco potencial que essas possuem de se encontrarem em situação de pobreza.

Ao permitir que o gênero feminino faça parte do mercado de trabalho, obtenha educação e participe de trocas comerciais, a sociedade estará um passo adiante na redução da pobreza, possuirá uma maior fração de capital humano e criará condições para um melhor desempenho econômico.

2.6. Objetivo 6 – Água Potável e Saneamento

Esse sexto objetivo visa “assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e o saneamento para todos” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1), através das seguintes metas:

6.1. Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos

6.2. Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

6.3. Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

6.4. Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

6.5. Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado

6.6. Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos

6.a. Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso

6.b. Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

Ao verificarmos a relação desse objetivo e dessas metas com os fatores de internacionalização de uma cidade, algumas empresas serão atraídas por locais com esse ODS bem implementado por garantir um local com boas condições para seus funcionários, por obter níveis e padrões próximos à realidade da matriz (o que lhe evitará maiores custos) e por possuir um sistema de reciclagem hídrica já colocada. Da mesma forma, ao possuir saneamento básico e água potável, menor será o índice de doenças e, portanto, haverá mercado consumidor e oferta de mão de obra mais estáveis.

Consequentemente, água potável e saneamento auxiliam na atração de fatores de produção, comércio e na atração de novas empresas, ou seja, influencia nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

(...)

10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Podemos também afirmar que esse ODS auxilia na exportação de fatores de produção – um dos fatores de Soldatos (1996) quanto à internacionalização de cidades –, uma vez que

países importadores poderão exigir certo padrão ambiental da empresa local, envolvendo qualidade e utilização sustentável da água.

O fato de se ter água potável e saneamento básico também é um princípio fundamental à sobrevivência humana, pois impacta diretamente na saúde da população e, geralmente, sua falta ocorre em regiões mais pobres. Nesse sentido, o tema sobre água e saneamento, “a denominada ‘agenda da água’ tornou-se particularmente importante no debate sobre o desenvolvimento sustentável por estar intimamente ligada a elementos sociais, econômicos e ambientais” (GALVÃO, MONTEIRO, 2019, p. 117).

Os autores afirmam a importância da água na preservação ambiental como elemento principal, envolvendo a ordem econômica em referência a investimentos financeiros e eficiência, por exemplo, na universalização do acesso à água, ou custos gerados por doenças pela má gestão hídrica. Ademais, inserem a água no âmbito de igualdade, inclusão social, segurança e resiliência.

Importante destacar que a preocupação de empresas com os fatores socioambientais já era discutido na década de 1990 e, segundo Elkington (2001 *apud* ROMANO *et al.*, 2011, p. 79),

(...) as empresas que buscam um alinhamento das dimensões da sustentabilidade apresentam possibilidade de resultados futuros melhores por acreditarem que nesse futuro o mercado consumidor terá um grau mais elevado de consciência socioambiental, assim como maior exigência por informações a respeito do impacto econômico, social e ambiental de suas opções de compra.

São cada vez mais notáveis os benefícios econômicos trazidos pela sustentabilidade nas empresas, seja com retorno financeiro ou como avaliação de mercado (HALATI e HE, 2018). Os autores ainda afirmam que ao adotar estratégias de marketing ambiental as empresas adquirem maior vantagem competitiva e de desempenho.

Sobre a questão da eficiência do uso da água, Galvão e Monteiro (2019) afirmam que ela é relevante para manter o bem-estar social e econômico de uma sociedade, uma vez que setores econômicos – como, por exemplo, a agricultura – dependem do recurso para a sua produção, ao mesmo tempo em que água e saneamento são sinônimos de saúde. Portanto, crises hídricas pela má gestão ou estiagem promovem perdas econômicas e mal-estar social.

Os autores ainda destacam a centralidade da água no processo de desenvolvimento sustentável, uma vez que a água se relaciona com a pobreza (ODS 1), fome e agricultura sustentável (ODS 2), saúde (ODS 3), energia limpa e acessível (ODS 7), crescimento

econômico (ODS 8), indústria (ODS 9), cidades sustentáveis (ODS 11), produção e consumo sustentável (ODS 12), mudanças climáticas e proteção ambiental (ODS 13, 14 e 15).

Portanto, importante aqui frisar que água e saneamento básico são elementos relevantes para melhoria de qualidade de vida da população, maior garantia de saúde e fazem parte do marketing da cidade para se torná-la mais atrativa aos investidores e consumidores estrangeiros, como também pode fazer parte do marketing das próprias empresas.

2.7. Objetivo 7 – Energia Acessível e Limpa

Esse sétimo objetivo busca “assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1), através das seguintes metas:

- 7.1. Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia;
- 7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global;
- 7.3. Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética;
- 7.a. Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa;
- 7.b. Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

Nesse sentido, ao possuir energia acessível e limpa, a cidade é capacitada a fornecer um ambiente mais propício aos negócios, uma vez que toda empresa necessita de energia para seu funcionamento. O alcance desse objetivo atrai novas instituições e fluxo de comércio, uma vez que as instituições estrangeiras buscam localidades para investir que possuam padrões próximos ou melhores ao seu local de origem, com energia de acesso universal, confiável e com preço acessível, conforme a meta 7.1. Portanto, este objetivo 7 e suas metas influenciarão nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

(...)

10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Levando em consideração que a energia ainda é fator crucial para o uso da internet, e sendo esta um dos meios para a exportação de produtos e serviços, e para a busca de conhecimento, então o objetivo 7 e suas metas contribuem para chegarmos a uma cidade que “exporte fatores de produção” e cujas “instituições econômicas, sociais, culturais e científicas tenham presença no exterior” (SOLDATOS, 1996, p. 216).

Sobre o objetivo energia, no campo das Relações Internacionais existe o debate sobre a segurança energética. São consideráveis as implicações de sua escassez para o Estado, bem como os impactos socioeconômicos nos níveis nacional, regional e local (PAIVA, 2019). Nesse sentido, o acesso à energia não somente condiz com a soberania de um Estado, mas também é relevante na salvaguarda e promoção de vidas humanas, meio ambiente, qualidade de vida, progresso econômico, tecnológico e paz (PAIVA, 2019). Importante considerar que

(...) a energia é uma questão-chave quando considerado o papel relevante e estratégico que possui para a sociedade e a economia internacional, garantindo suprimento para a produção e consumo de bens e serviços essenciais, e oferecendo condições para o incremento da qualidade de vida e do bem-estar dos povos. Entretanto, não se pode deixar de observar as externalidades negativas que a produção e o consumo de energia geram ao planeta, podendo assim ser duplamente qualificada, dada o fato de possuir tanto aspectos positivos como negativos, pois se trata tanto de um recurso fundamental para progresso da humanidade como um vetor de degradação das condições de vida no planeta. (PAIVA, 2019, p. 149)

Portanto, é imprescindível que além de se ter acesso à energia, tenha-se também uma energia limpa e se busque cada vez mais alternativas sustentáveis para o melhor desenvolvimento da humanidade e o meio ambiente.

Além disso, o acesso à energia também é uma necessidade básica, uma vez que uma família sem eletricidade e, consequentemente, sem uma cozinha “limpa” reduza sua renda potencial e exponha seus integrantes a doenças respiratórias. Sendo importante frisar que o acesso a meios “limpos” de cozimento evita a morte prematura de cerca de 3,8 milhões de pessoas por ano, sendo a maioria mulheres e crianças (IEA *et al.*, 2019).

A falta de tecnologias limpas para o cozinhar é um dos maiores contribuidores para a degradação da saúde, degradação ambiental e mudança do clima nos países de baixa e média renda. E ainda é fator importante na carga de trabalho feminino e uma barreira de entrada no mercado para as mulheres e desigualdade de gênero (IEA *et al.*, 2019).

Da mesma forma, uma criança que não consiga estudar em casa por falta de luz, tenha sua pobreza perpetuada. Portanto, o acesso à energia, conforme o ODS 7, é essencial para diminuir as desigualdades e estimular o desenvolvimento (SEFORALL, 2020).

A energia é infraestrutura básica e imprescindível para o funcionamento das empresas e, portanto, é um critério mínimo para se garantir a atração de negócios e investimentos. Ao mesmo tempo em que energia é sinônimo de qualidade de vida, saúde, educação e negócios, faz-se necessário ter alternativas para manter a universalidade e acessibilidade a ela, ao mesmo tempo em que se preserve o meio ambiente.

2.8. Objetivo 8 – Trabalho decente e Crescimento Econômico

O Objetivo 8 busca “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1), a partir das seguintes metas:

8.1. Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos;

8.2. Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança;

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;

- 8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;
- 8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;
- 8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários;
- 8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais;
- 8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos;
- 8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos;
- 8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT). (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

Ao verificarmos as relações geradas por esse objetivo, podemos afirmar que instituições, organizações e países buscam cada vez mais produtos de locais onde as empresas os produzam de forma sustentável e humana. Logo, ao garantir padrão de trabalho de acordo com as principais organizações internacionais, esse objetivo acaba por atrair fluxo de comércio, investimentos externos e empresas. Adicionalmente, com o desenvolvimento de trabalho decente e crescimento econômico, a população possuirá melhor renda e será capaz de maior consumo. Nesse sentido, podemos relacionar esse objetivo e suas metas aos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

- 2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
- 3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
- (...)

10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Ao alcançar a meta 8.6, que visa melhorar a porcentagem de jovens empregados ou com formação educacional, a cidade terá maior número de mão de obra qualificada, o que poderá atrair novos negócios, bem como produzir fatores que possam ser exportados. Ao mesmo tempo, ao alcançar a meta 8.3 sobre políticas para promoção do empreendedorismo, novas empresas, produtos e serviços serão desenvolvidos. Tais metas, portanto, irão influenciar na exportação de fatores de produção – um dos fatores de Soldatos (1996) quanto à internacionalização de cidades.

Já o desenvolvimento da meta 8.9, referente ao turismo sustentável, irá afetar na melhoria ou criação de um setor de serviços voltado para o exterior. Nesse sentido, esta meta se relaciona com o seguinte fator de internacionalização da cidade: “possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.)” (SOLDATOS, 1996, p. 216). Ao mesmo tempo, esta meta irá influenciar na exportação de cultura local.

Voltando ao que Fournier (2016) afirma sobre haver a relação positiva entre investimento público e crescimento econômico, isso se dá por ser o investimento propriamente dito um fator produtivo. O autor ainda destaca que se existir complementaridade entre capital público e privado (por exemplo, rodovias que ligam empresas), o investimento público servirá de estímulo para o privado, mas o ganho social será maior que o ganho das empresas.

Porém, ainda segundo o autor, para que o investimento público gere crescimento de longo prazo é necessário que o governo foque em investimentos que gerem externalidades positivas e garanta o gerenciamento das finanças públicas de forma efetiva. Portanto, novamente, uma vez que o governo invista na localidade, haverá efeitos benéficos na economia local, o que poderá promover melhores condições de trabalho.

Referente ao comércio, a OCDE e OMC (2017) levantam o grande papel do comércio internacional no alcance da Agenda 2030, não só na melhora econômica e redução da pobreza, como também nas áreas de energia, meio ambiente, saúde e educação (OECD e OMC, 2017). Com o comércio internacional países são capazes de obter, a partir de uma transação econômica, produtos e serviços que não seriam encontrados em suas localidades, por exemplo. E tal compra pode, por vezes, servir de modelo para se desenvolver produto similar em sua região.

A OCDE e OMC ainda ressaltam a importância do papel do comércio de serviços para a melhor inserção dos países menos desenvolvidos no mercado internacional. Tal comércio é responsável atualmente por mais de 2/3 do PIB mundial e possui grande empregabilidade na maioria dos países. Com isso, os países que seriam impossibilitados de criar produtos de alto valor agregado, ou não possuem recursos ou território suficiente para produção em grandes quantidades, podem procurar entrar no mercado internacional através do fornecimento de serviços. Tal atividade gerará rendimento econômico e empregos locais.

No que diz respeito ao turismo, a OCDE e OMC (2017) reafirmam a sua importância para diversos setores de uma cidade, como agricultura, artesanato, transporte e outros serviços, além de gerar o consumo secundário pelas pessoas que trabalham na área. A organização ainda relaciona sete mecanismos que beneficiam os pobres através do turismo sustentável sendo eles:

1. Emprego em empresas turísticas para os pobres
2. Fornecimento de bens e serviços para empresas turísticas pelo pobre ou pela empresa que emprega o pobre
3. Vendas diretas de bens e serviços para visitantes pelo pobre
4. Estabelecimento e funcionamento de empresas turísticas pelo pobre, ou seja, micro, pequenas e médias ou empresas da comunidade
5. Impostos e taxas na renda ou lucro turístico com rendimentos que beneficiam o pobre
6. Suporte/ doação voluntária por empresas turísticas ou turistas
7. Investimento em infraestrutura estimulada por turismo e também beneficiando o pobre na localidade, diretamente ou através do suporte a outros setores. (OECD e OMC, 2017, p. 335)

Portanto, o turismo é grande fonte de oportunidade de negócios, empregabilidade, geração de renda e exportação da cultura local. Ao buscar o modelo sustentável, ele se torna uma atividade de preservação ambiental e cultural.

Outro elemento a ser citado é o comércio digital, o qual tem muito a oferecer aos países em desenvolvimento, uma vez que diminui os custos de transação e possibilita que novas empresas e empreendedores possam participar e entrar no mercado (OECD e OMC, 2017). O comércio através da internet, segundo a OCDE e OMC (2017), tem o potencial de agir em prol do crescimento econômico ao expandir e diversificar as exportações e facilitar a entrada de micro e pequenas empresas no mercado internacional.

Enfim, referente às condições humanas de emprego, é possível ainda falar sobre sanções que países ou governos subnacionais podem impor a uma cidade que não cumpre padrão de trabalho ou direitos humanos. Nesse sentido, podemos citar a Lei Burma, do Estado de Massachusetts, nos EUA, que proibiu suas agências a assinarem qualquer contrato com corporações que tivessem negócios em Myanmar devido a repressões políticas no local (GUAY, 2000).

Logo, percebe-se a grande relevância de comércio e turismo para a geração de desenvolvimento econômico de um país. E, com o crescente aumento das noções de sustentabilidade e direitos humanos, assim como a grande disseminação de informação atual, empresas e países cada vez mais se preocupam com os padrões de trabalho observados por seus fornecedores. Principalmente o turismo e os padrões de trabalho são fundamentais para a imagem que uma localidade terá no cenário internacional.

2.9. Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura

Esse objetivo visa “construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p.1), a partir do alcance das seguintes metas:

9.1. Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos;

9.2. Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos;

9.3. Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados;

9.4. Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades;

9.5. Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento

por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento;

9.a. Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;

9.b. Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities;

9.c. Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

Em relação à internacionalização de cidades, ao considerarmos o alcance de infraestrutura sustentável, de qualidade, confiável e transfronteiriças, tal como afirma a meta 9.1, teremos a atração de investimentos e de novas instituições por essa meta propiciar um ambiente com capacidades para suprir as necessidades básicas de transporte, tecnologia e comunicação para o seu funcionamento e evitar custos extras para adaptação ao local. Portanto, haverá influência nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

(...)

10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Ademais, ao propiciar um ambiente de incentivo à indústria e de fomento à pesquisa, conforme a meta 9.5, e ao promover o desenvolvimento tecnológico, conforme a meta 9.b, esse objetivo 9 permite a criação de empresas locais e a cidade passa a ser capaz de exportar fatores de produção, fortalecendo a seguinte característica de cidade internacional: “exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior” (SOLDATOS, 1996, p. 216).

Ainda, ao alcançar a meta 9.c, referente ao acesso universal à tecnologia de informação, a cidade irá desenvolver os canais de comunicação. E, ao alcançar a meta 9.1, a infraestrutura regional e transfronteiriça proporcionará uma abertura ao exterior. Com isso, serão promovidas as características de internacionalização: cidade com “multiplicidade de comunicações sociais com o exterior” e “diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações” (SOLDATOS, 1996, p. 216).

Em relação a esse objetivo, Sachs (2005) afirma que a falta de inovação é um dos motivos para o declínio econômico de um país. Segundo o autor, pessoas inovadoras em países pobres terão dificuldade em arrecadar fundos, desenvolver e posteriormente colocar no mercado um produto criado. Nesse sentido, devido ao tamanho do mercado interno, países ricos tem maior tendência a serem mais inovadores do que países pobres por terem grandes mercados. A inovação incorre em novas tecnologias, maior produtividade e reforço para aumento do mercado e mais inovação. Governos pobres não conseguem incentivar a inovação ou financiar laboratórios científicos básicos em universidades, e os cientistas desses países acabam consequentemente emigrando.

Além disso, a inovação tecnológica das telecomunicações e a internet possibilitam uma variedade de serviços e aplicações para atender necessidades econômicas, sociais e de entretenimento (OCDE e OMC, 2017). As organizações ainda afirmam que o aumento do acesso e utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC), possibilita também novas oportunidades de desenvolvimento, trazendo benefícios a pessoas, governos, organizações e setor privado. As TIC abrem novos canais de comunicação, acesso à informação e serviços, aumentam a produtividade, disseminam inovação, e facilitam as trocas comerciais. Portanto, a inovação, em geral, além de ser fator essencial para o desenvolvimento econômico e comércio de um país ou localidade, ainda é extremamente relevante para disseminação de ideias e informação, possibilitando uma comunidade mais bem informada e com maior facilidade de acesso a serviços, comércio e mercado de trabalho.

Nesse sentido, Sachs (2005) afirma que quando as condições básicas como infraestrutura (estradas, energia e portos), saúde e educação estão disponíveis para formar o capital humano, o mercado é ferramenta poderosa para o desenvolvimento econômico de uma sociedade.

No quesito infraestrutura, Demetriades e Mamuneas (2000) afirmam que facilidades como aeroportos, estradas, telecomunicação e saneamento são essenciais para o funcionamento do setor produtivo, e somente em meados dos anos 1990 que os economistas

começaram a prestar atenção nesse elemento, a partir de estudos sobre o declínio produtivo norteamericano devido à falta de investimento público na infraestrutura.

Os autores fizeram estudos comparativos entre países da OCDE e chegaram à conclusão de que investimento público em infraestrutura tem grandes efeitos positivos na economia em longo prazo, e destacam que a infraestrutura pública diminui os custos de produção. Nesse sentido, o aumento do investimento público em infraestrutura também afeta positivamente a demanda por trabalho e capital privado.

Logo, podemos concluir que inovação e infraestrutura são elementos essenciais para o desenvolvimento do capital humano e economia local. E são imprescindíveis para o sucesso de novas empresas e indústrias. A infraestrutura é ainda mais importante por ser fator de atração de investimentos externos e participar ativamente da imagem de uma cidade.

2.10. Objetivo 10 – Redução das Desigualdades

O décimo objetivo procura “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p.1), através das seguintes metas:

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional;

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;

10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade;

10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações;

10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas;

10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas;

10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC;

10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais;

10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

A partir do alcance desse objetivo podemos afirmar que a sociedade terá maior renda e maior qualidade de vida, o que pressupõe maior capacidade de compra e, portanto, maior fluxo de comércio. Adicionalmente, ao fortalecer a implementação de políticas de proteção social e regulações de mercado e financeiras, a cidade passa a ser confiável e atrai investimentos externos, influenciando nos seguintes fatores de internacionalização de uma cidade:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços)

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

(...)

10. abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216).

Com a facilitação e implementação da migração planejada, indicada na meta 10.7, a cidade poderá ter uma “população étnica diversificada” (SOLDATOS, 1996, p. 216).

A desigualdade diminui os direitos econômicos e sociais da população, como direito à saúde, emprego, educação e qualidade de vida, assim como diminui o acesso a direitos civis e políticos (CESR, 2016). A desigualdade ainda é uma das responsáveis por aumentar a insegurança e conflitos em uma sociedade. A organização *The Center for Economic and Social Rights* (CESR) afirma que para alcançar o ODS 10 é necessário ações dos governos nas áreas de proteção social, saúde, educação e tarifária, assim como políticas de mercado igualitárias e regulações financeiras.

Importante ressaltar ainda que, conforme CESR (2016), há um aumento nas evidências que afirmam que alto grau de desigualdade cria impedimentos no crescimento econômico de uma sociedade e aumenta a chance de crises financeiras e econômicas. Relevante ainda colocar o argumento de Amartya Sen (2000 *apud* BANDOS e MAGLIO, 2011, p. 59), segundo o qual

(...) o desenvolvimento é impraticável em ambiente de “exclusão”: somente há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem para ampliar as capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência destas quatro, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas para reinserção social.

Devido ao grande envolvimento dos âmbitos sociais e econômicos, é verificável que a desigualdade implica em embates para o desenvolvimento econômico e social de uma sociedade, sendo necessários políticas públicas e auxílio externo no aprimoramento das condições locais.

Sem a desigualdade – ou, pelo menos, com a população capaz de ter acesso a serviços públicos, educação e direitos políticos – a sociedade possui capital humano capacitado e condições de atração de novos negócios.

2.11. Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Esse objetivo busca “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p.1), a partir das seguintes metas:

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países;

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo;

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento;

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;

11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

Ao garantir uma cidade sustentável, em que haja menos riscos de desastres ecológicos, oferece-se maior segurança às instituições interessadas em migrar. A cidade transmite segurança e garantia econômica de que a empresa não terá seu patrimônio destruído ou danificado por catástrofes naturais, e sua demanda e servidores estarão estáveis, visto que a população não será prejudicada por tais desastres, os quais impossibilitá-lo-a de trabalhar e/ou pagar por um produto ou serviço.

Outra meta importante na atração de instituições e empresas, relacionada a esse objetivo, é o fato de buscar padrões sustentáveis de planejamento urbano e de produção, o que facilita a realocação de empresas cujos países de origem exijam tais padrões, pois evitarão custos e tempo para inserir procedimentos e padrões no local.

Além disso, o fato de a cidade ter um planejamento urbano sustentável, permitindo que a população viva em condições saudáveis, possilita mão de obra disponível e capacidade de compra estável. Logo, podemos afirmar que esse objetivo influencia nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
 3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
- (...)
10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

A cidade é fator essencial na construção de um mundo sustentável, como já afirmado no capítulo anterior. Com isso em mente, TWI2050 (2018) afirma que as cidades hoje são povoadas por 55% da humanidade e 70% da atividade econômica global, de modo que o que acontece na cidade determina o bem estar da raça humana e o futuro do desenvolvimento sustentável. A instituição ainda declara que a maioria da população vive em cidades pequenas ou médias e, portanto, a ação pelo desenvolvimento sustentável depende da transformação simultânea de municípios de todos os tamanhos.

Sendo a coletividade de uma cidade capaz de prover as condições necessárias para que a vida do indivíduo seja próspera (BIGGERI e FERRANNINI, 2014) é, portanto, importante que as condições sociais, econômicas e ambientais sejam trabalhadas a fim de alcançar o desenvolvimento nas três dimensões.

A cidade ensejada pelos ODS se baseia em quatro princípios: 1) resiliência, que se refere à cidade superar alterações naturais ou não, garantindo segurança às suas instituições e população, e mantendo suas estruturas e identidade cultural; 2) segurança, que se refere à ausência de medo, ameaças e riscos dentro de uma comunidade; 3) sustentabilidade, que se relaciona à preservação do meio ambiente e das sociedades econômica e socialmente saudáveis; 4) inclusão, que garante a participação efetiva de todos os grupos da sociedade (GALVÃO, 2019).

Nesse sentido, a urbanização da cidade, a partir de infraestrutura, mobilidade e conectividade pensadas, contribui para diminuir as mudanças climáticas e promover a sustentabilidade (ONUBR, 2018a). A Organização ainda afirma que um bom desenvolvimento urbano possibilita menor poluição do ar, e os sistemas de transporte acessíveis e sustentáveis permitem acesso da população a serviços, bens, equipamentos e oportunidades.

Ademais, as cidades vêm sendo cada vez mais entendidas não como o problema, mas sim como os atores que tornarão as mudanças sustentáveis uma realidade, podendo prover serviços, energia e terra às populações, reciclagem e planejamento de transporte de forma eficiente, mais verde e menos poluente (KLOPP e PETRETTA, 2017). As autoras ainda afirmam que cidades com diversidade cultural e redes de interação são reconhecidas como incubadoras de inovação, o que pode ajudar a solucionar desafios sustentáveis.

Com isso, podemos concluir que a cidade, por seu papel relevante no alcance do desenvolvimento sustentável, necessita trabalhar com grande empenho para a implementação dos ODS. Além disso, a sustentabilidade é fator essencial na boa imagem a ser transmitida para o cenário externo, a fim de atrair novos negócios e investimentos. E é relevante ainda notar que esse ODS 11, por tratar de cidades, está muito vinculado aos temas: paradiplomacia e relações internacionais dos atores subnacionais.

2.12. Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis

Esse objetivo procura “assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p.1), com as seguintes metas:

12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento;

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais;

12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita;

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente;

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso;

12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios;

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais;

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza;

12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo;

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais;

12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

Esse objetivo se relaciona bastante com a cidade sustentável e, portanto, irá influenciar bastante na atração de investimentos e instituições, uma vez que os padrões de produção alinhados com tais instituições facilitam o processo de realocação. Ou seja, esse objetivo impacta nos seguintes fatores de internacionalização de uma cidade:

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

(...)

10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

O fato de o padrão produtivo sustentável da cidade estar alinhado com demandas externas permitirá o aumento da exportação de fatores de produção, sendo este um dos 13 fatores de internacionalização da cidade, conforme Soldatos (1996).

Como já afirmado antes, a preocupação com o desenvolvimento sustentável vem ganhando repercussão mundial cada vez maior, sendo o consumo e a produção grandes responsáveis pelos impactos ambientais.

Considerando a expectativa de sermos 9,6 bilhões de pessoas em 2050, seriam necessários o equivalente a quase três planetas para sustentar os estilos de vida atuais. O bem-estar da humanidade, a preservação do meio

ambiente, bem como o funcionamento da economia, dependem intrinsecamente da gestão mais responsável dos recursos naturais, considerando que estes são finitos (ONUBR, 2018a, p. 73).

Logo, é necessário alterar nossos padrões de consumo e produção para podermos garantir condições básicas de vida para as gerações futuras do planeta. E como a população e a mídia vêm cada vez mais disseminando a preocupação com o tema, as empresas também vêm sendo pressionadas a tomarem posicionamentos mais sustentáveis.

Nesse sentido, Albu (2017) coloca como as empresas são pressionadas externamente a terem ações mais ecológicas, conforme demonstrado na Tabela 2. Legislações mais estritas pressionam que empresas desenvolvam produtos e serviços verdes, porém necessitam para isso desenhar novos produtos e serviços.

Albu (2017) ainda afirma que a implementação de uma ecologia industrial leva a um desenvolvimento regional, local e nacional, possibilita a criação de empregos, e melhora a eficiência econômica da empresa. Nesse sentido, tal política gera uma repercussão educativa, em que os funcionários passam a ser mais conscientes dos aspectos ambientais e os disseminam em sua comunidade.

Tabela 2. Pressões Ecológicas

Pressões	Oportunidades de Negócios	Mudanças Necessárias
Legislação ambiental mais estrita	Desenvolver produtos e serviços “verdes”	Design novos produtos e serviços
Competição mais intensificada	Desenvolvimento de novos mercados para produtos e serviços ecológicos	Diversificação de produtos e serviços
Crescimento de custos	Redução da quantidade de resíduos	Intensificação do controle ambiental, adoção de novas tecnologias
Melhores requisitos e padrões requeridos pelos beneficiários	Usar tecnologias “limpas” (eco-tecnologias)	Adoção de novas tecnologias

Fonte: ALBU, 2017, p. 3.

O Sebrae Minas (2018), em Cartilha sobre a importância dos ODS para os pequenos negócios, fala sobre o fato de não ser só a indústria que gera impacto ambiental e, sim, toda a

cadeia produtiva de um produto ou serviço. Com isso, a instituição levanta os benefícios trazidos pela implementação dos ODS para as empresas, sendo vista a crescente preocupação do consumidor com tendências mundiais. Benefícios como:

- Aumento das vendas e da lucratividade;
- Desenvolvimento de novos mercados;
- Fortalecimento e agregação de valor à marca;
- Melhoria da eficiência operacional e da produtividade;
- Estímulo à inovação de produtos e serviços;
- Aumento da atratividade da empresa para novos talentos;
- Aumento da competitividade e longevidade das empresas. (SEBRAE MINAS, 2018, p.23)

Ademais, Gray e Dilyard (1999) afirmam que existe um entendimento geral de que multinacionais de países ecologicamente sensíveis necessitam manter uma imagem ecologicamente correta no seu país de origem e no mercado. Portanto, irão criar filiais ecologicamente sensíveis. Com isso, a cidade oferecendo padrões aceitáveis de consumo e sustentabilidade será mais atrativa para empresas se instalarem.

Interessante notar que a crise global de 2008-2009 demonstrou que empresas com políticas de negócio mais sustentáveis estão menos vulneráveis a turbulências econômicas (BORBÉLY, 2017). Segundo o autor, por temas como poluição ambiental e escassez de recursos serem muito discutidos, empresas vêm fazendo investimentos éticos que pensam na sociedade e no meio ambiente, e desconsiderando organizações que não beneficiam em longo prazo a população ou a natureza. Tais investimentos são feitos nas corporações que, em determinado setor, têm o melhor desempenho, considerando os valores sociais e ecológicos e a governança corporativa.

E ainda segundo a *Business & Sustainable Development Comission*, os ODS representam 12 trilhões de dólares anuais em oportunidades de mercado para soluções sustentáveis e deve gerar 380 milhões novos empregos até 2030 (PEDERSEN, 2018).

Portanto, a cidade disseminando conhecimento e ferramentas para padrão de consumo e produção sustentáveis representará grande aliado na criação de novos produtos “verdes” e atrairá empresas preocupadas com o tema ou, ao menos, com o nicho de mercado.

2.13. Objetivo 13 – Contra a Mudança Global do Clima

O objetivo 13 busca “tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1), com as seguintes metas como:

- 13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;
- 13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais;
- 13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima;
- 13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparéncia na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível;
- 13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

As mudanças climáticas podem gerar graves efeitos econômicos, tais como enchentes, que impossibilitam o trânsito de trabalhadores ou transporte de produtos, destruindo bens físicos ou impossibilitando um ou mais dias de trabalho de uma empresa. Portanto, quanto maior for a preocupação da cidade com as mudanças climáticas, maior será o incentivo para que novas instituições se transfiram para a localidade, influenciando, assim, nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

3.abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

(...)

10. abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Atualmente, muitas cidades do mundo em desenvolvimento estão vulneráveis a desastres e sobre carregadas de poluição, como a poluição do ar e da água, que em muitos casos estão muitas vezes além do limite especificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (TWI2050, 2018). Tal poluição não só tem implicância na morte prematura de milhões de pessoas a cada ano, como também é responsável pelas alterações climáticas e consequentes desastres naturais.

A mudança climática causa ondas de calor, secas, aumento de transmissão de doenças vetoriais, chuvas extremas, ciclones e enchentes (TWI2050, 2018). Tal vulnerabilidade a desastres intensifica as desigualdades nas cidades e impacta com maior força na população mais pobre e frágil. Segundo a OCDE e OMC (2017), 26 milhões de pessoas por ano retornam para situação de pobreza devido a fenômenos climáticos extremos. O custo econômico dos desastres, desde 1980, nos países em desenvolvimento soma um total de 1,2 trilhões de dólares, o que corresponde a um terço de toda ajuda oficial de desenvolvimento.

Interessante notar que governadores canadenses e americanos se interessaram em elaborar um plano de ação para a mudança climática, depois de terem sofrido com fenômenos naturais extremos, como furacões, e o aumento do nível do mar causar risco de erosão e enchente na região costeira (CHALOUX e PAQUIN, 2012). As autoras ainda declararam que tais governadores notaram o impacto que a mudança climática traz para atividades relacionadas a recursos naturais, como pesca e agricultura, e até o setor turístico, trazendo, com isso, impactos às economias local e nacional.

A cidade de Curitiba, com o auxílio do setor privado, conseguiu ter um sistema de transporte público sustentável ao renovar a frota de ônibus e integrar a rede rodoviária com transporte público e gerenciamento de terra. Isso possibilitou a diminuição do consumo de combustível em 25% e permitiu à cidade possuir uma das menores taxas de poluição do ar no Brasil (SANTORO e LEITMANN, 2004). Com esse tipo de trabalho a cidade demonstra preocupação com as mudanças climáticas e diminui custos com saúde, por exemplo.

Com isso, podemos afirmar que a mudança climática não só causa desastres ecológicos, mas também cria repercussões na economia, na saúde da população e na renda de empresas. É sabido que desastres naturais incorrem em perdas materiais em casos de enchentes, rompimento de cabos que causa paralização de empresas por dias, e pode gerar mortes desnecessárias.

Portanto, uma cidade preocupada com as mudanças climáticas demonstra uma imagem de cidade com menor índice de desastres e, consequentemente, menos prejuízos financeiros, materiais e humanos.

2.14. Objetivo 14 – Vida na Água

Esse objetivo visa a “conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1) a partir das metas:

14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes;

14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos;

14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis;

14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobre pesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas;

14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível;

14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobre pesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio;

14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo;

14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento

dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos;

14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados;

14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar), que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

Os objetivos 14 e 15 estão muito relacionados aos objetivos de cidade sustentável e mudanças climáticas. Dito isso, a proteção da vida na água permite uma vida econômica sustentável nas cidades e viabiliza um padrão de sustentabilidade que passa a atrair novas instituições e novos investimentos provenientes de países que possuam tais termos como exigência de padrões ecológicos.

Ademais, o uso da pesca de forma sustentável, conforme meta 14.b, permitirá que a população tenha uma fonte de renda, e com isso se transforme em potencial mercado consumidor. Portanto, podemos afirmar que isso influenciará nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

(...)

10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Além da capacitação da população em atuar no mercado, o desenvolvimento de conhecimento científico na área marinha permitirá que a cidade utilize de forma mais sustentável seus recursos e alcance padrões exigidos por mercados externos, podendo eventualmente exportar e/ou transferir conhecimento e fatores de produção. Nesse sentido, nota-se uma relação com a seguinte característica de uma cidade internacional: “exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior” (SOLDATOS, 1996, p. 216).

Sobre o tema ambiental, a proteção da biodiversidade e espécies é algo recorrente no campo das Relações Internacionais por se tratar de um problema transnacional que acaba por afetar direta, ou indiretamente, o globo como um todo (MOREIRA, 2019). Segundo a autora, as principais causas da perda da biodiversidade são: exploração econômica, desmatamento, atividades agropecuárias, poluição, desertificação e efeitos da mudança climática.

Em contrapartida, cada vez mais as empresas procuram incrementar seu lado sustentável por gerar uma imagem positiva no mercado e com isso se destacar na competitividade.

A crescente globalização da economia mundial impõe às organizações uma necessidade de tornarem-se competitivas de forma sustentável, o que as têm levado a implementar programas de mudanças para aprimorar a qualidade de sua gestão visando a melhoria contínua de seu desempenho (BANDOS e MAGLIO, 2011, p. 56).

Portanto, é imprescindível para uma empresa manter sua imagem sustentável para garantir e aumentar sua faixa de mercado. Logo, a empresa procurará se alocar em locais onde tais padrões de sustentabilidade já estejam aplicados, a fim de promover sua imagem.

No quesito da pesca sustentável, é importante dizer que:

A pesca artesanal ainda exerce um papel fundamental na manutenção da economia local, segurança alimentar e da cultura de milhares de comunidades tradicionais, sendo um vetor para o padrão socioeconômico e redução da pobreza (EMBRAPA, 2018, p. 29).

Com isso, conclui-se que é importante desenvolver e trabalhar a pesca sustentável no âmbito do desenvolvimento sustentável para garantir sustento à essas famílias e permitir o uso futuro desta atividade. Ainda é importante ressaltar a preocupação com a conservação dos recursos marítimos para a continuidade do provento dessas famílias de pescadores.

Esse objetivo acaba por trabalhar os três aspectos relevantes do desenvolvimento sustentável, sendo eles: econômico, social e ambiental. Portanto, demonstra-se sua relevância no cumprimento da Agenda 2030 e sua influência no processo de internacionalização de cidades.

2.15. Objetivo 15 – Vida Terrestre

Este objetivo visa “proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1), a partir das seguintes metas:

- 15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;
- 15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;
- 15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo;
- 15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável;
- 15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;
- 15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos;
- 15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem;
- 15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias;
- 15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas;
- 15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas;
- 15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento;
- 15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

Como afirmado anteriormente, esse objetivo tem muita relação com os objetivos que lidam com cidades sustentáveis e mudanças climáticas. Com a preservação da vida terrestre, será em muito evitado o avanço das mudanças climáticas e, com isso, uma maior garantia de não haver perdas econômicas devido a catástrofes naturais. Nesse sentido, a preservação da vida terrestre poderá ser parte de exigências ambientais das empresas que pretendem se instalar em determinada localidade. Assim sendo, esse objetivo e suas metas impactam nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
- (...)
10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

A proteção da biodiversidade pode ser um atrativo às empresas multinacionais devido ao interesse pelo material genético existente na biodiversidade do país e da localidade (MOREIRA, 2019). Porém, é necessário que o local tenha instituições capazes de fiscalizar e proteger o uso sustentável de tais materiais genéticos, sem que incorra em prejuízos para o meio ambiente e a população local. Outro quesito importante é a preocupação das empresas com sua sustentabilidade, se instalando em local que ao menos dissemine essa ideia e sua população esteja interessada em produtos sustentáveis.

Nesse sentido, Halati e He (2018) levantam os variados estudos que correlacionam o empreendimento sustentável das empresas com o retorno financeiro e valor de mercado para elas. Nesse sentido, citam que quanto menor for as externalidades negativas trazidas pela empresa melhor será seu posicionamento no mercado. A título de exemplo, a redução de emissão de gases poluentes resulta positivamente no desempenho financeiro futuro.

Interessante ainda notar, conforme citação abaixo, a integração das ODS.

O uso sustentável da biodiversidade, ações para deter e reverter degradação das terras, bem como o combate à desertificação relacionam-se igualmente com o combate à fome (ODS 2), uma vez que as populações vulneráveis

muitas vezes dependem diretamente do extrativismo para estabelecer os seus meios de vida. O uso sustentável da biodiversidade também está relacionado com produção e consumo responsável (ODS 12), pois as cadeias de suprimento deverão reduzir o impacto na biodiversidade. Ademais, a evidência do nexo entre o ODS 15 e a disponibilidade de água (ODS 6) é cada vez mais evidente: trabalhar com a natureza melhora a gestão dos recursos hídricos, ajuda a alcançar a segurança dos recursos hídricos para todos, além de apoiar o desenvolvimento sustentável em geral (ONUBR, 2018a, p. 108 e 109).

Essa integração nos ajuda a explicar a relevância do objetivo 15 na imagem da cidade, a fim de atrair novos negócios e providenciar melhor condições de vida para sua população.

2.16. Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

O objetivo 16 busca “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1), através das seguintes metas:

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares;

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças;

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado;

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;

16.7 Garantir a tomada de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;

16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global;

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento;

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime;

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

Referente à internacionalização de cidades, podemos considerar que com instituições eficientes e confiáveis, as instituições estrangeiras e nacionais terão maior incentivo para se realocar e investir sabendo que terão os seus direitos garantidos, influenciando com isso nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

(...)

10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Nesse sentido, para o alcance da meta 16.10, referente ao acesso à informação, será necessário que a cidade desenvolva seus meios de comunicação e de informação. Portanto, irá promover a “multiplicidade de comunicações sociais com o exterior” e estará “diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações” (SOLDATOS, 1996, p. 216), fatores estes que caracterizam uma cidade internacional.

Com relação a esse objetivo no que se refere às instituições de um local, Williams e Martinez (2012) fizeram um estudo sobre a relação da eficiência do governo hospedeiro e a entrada de novas organizações. Segundo os autores, a capacidade do governo local de executar a lei e proteger os interesses da empresa pesa muito na decisão de investir no local. Se as instituições locais não tiverem leis adequadas, ou não demonstrarem capacidade de executá-las, gerará incerteza e potenciais custos para as empresas que se instalaram na localidade. De acordo com os autores, quanto maior for a eficiência governamental menor a probabilidade de a empresa ter seus bens expropriados, e consequentemente maior será o incentivo para investimentos por parte das mesmas.

Nesse sentido, com um governo eficiente mais fácil será para a empresa instalar suas operações, atuar no comércio internacional a partir do local, acessar crédito e conduzir outras atividades em solo estrangeiro. Williams e Martinez (2012) ainda afirmam que em um cenário de instituições legais fortes traz grande incentivo para que as condutas sejam dentro da legalidade e evite que parceiros tomem decisões ilegais ou oportunistas.

Segundo Sachs (2005), países pobres geralmente possuem falhas de governança. Segundo o autor, para o desenvolvimento econômico o governo deve estar orientado para o desenvolvimento, devendo identificar e financiar os projetos prioritários de infraestrutura e providenciar para toda a sociedade serviço social e infraestrutura necessária. Ao mesmo tempo, o governo deve atrair investimentos privados, evitar receber subornos e pagamentos paralelos, manter a segurança e a paz, e manter seus sistemas judiciais íntegros e eficazes. Ao falhar em qualquer dessas tarefas a economia irá falhar.

Sobre a questão tecnológica e avanços na comunicação e acesso à informação, a OCDE e OMC (2017) afirmam que tais avanços aumentam a comercialização de serviços e oportunidade de exportação, além de permitir iniciativas digitais do governo. Além de o avanço tecnológico reduzir custos para comercialização de produtos e serviços, também permite avanços no setor financeiro quando trabalhado em conjunto com adaptação regulatória e inovação. Esse progresso permite, segundo a OCDE e OMC (2017), maior inclusão financeira e é importante ferramenta para desenvolvimento social e econômico.

Importante ainda levantar que a tecnologia de informação ajuda na simetria de informação, transparência e digitalização, o que diminui o risco de corrupção (OCDE e OMC, 2017). A organização ainda afirma que a transparência permite que os acionistas entendam o mercado local e as condições para entrada.

Ao trabalhar a transparência no governo, conforme a OCDE (2016) coloca, o governo evitará elementos como a corrupção e falta de credibilidade, tornando a cidade um local seguro para investimento. A Organização ainda coloca que um governo aberto e transparente promove oportunidades para o crescimento econômico local, ao criar empregos, propiciar negócios e desenvolver serviços públicos efetivos. De forma mais detalhada:

A OCDE define governo aberto como uma cultura de governança baseada em políticas públicas e práticas inovadoras e sustentáveis inspiradas pelos princípios de transparência, credibilidade, e participação que promova a democracia e crescimento inclusivo. Criar uma única definição de governo aberto, o qual é plenamente reconhecido por todo o setor público assim como, transmitido para e aceito por todas as partes interessadas, é crucial para desenvolver uma estratégia nacional de governo aberto abrangente,

assim como reformas de governo aberto devem ser concebidas como uma estratégia que envolva todo a governança para garantir o maior impacto sustentável possível. De fato, não deve ser visto de forma isolada por ser uma área política crítica para o alcance de diversos resultados políticos em domínios diferentes, como integridade, luta contra corrupção, transparência do setor público, entrega de serviço público e aquisição pública, entre outros. A estratégia do verdadeiro governo aberto deve incluir princípios, resultados de logo prazo e médio prazo, e iniciativas concretas que podem ser executadas em colaboração com os cidadãos, organizações da sociedade civil e o setor privado. (OCDE, 2016, p. 20).

Ademais, baixos níveis de confiança em um governo local podem influenciar nas decisões de investimento, uma vez que cidadãos e negociantes se tornam cada vez mais avessos a riscos, impactando no processo de inovação, criação de empregos e crescimento (OCDE, 2016).

Outro fator relevante, levantado por Fournier (2016), é o fato de que políticas que aumentam a eficiência dos investimentos públicos geram maiores benefícios no crescimento econômico, assim como bens e serviços públicos de maior qualidade.

No quesito Paz, uma cidade somente terá alcançado a mesma uma vez que não existir nenhum tipo de violência. De acordo com a definição de Galtung (1996 *apud* FERREIRA, 2019), paz significa não existir a violência e insegurança, mas também possuir no local qualidade de vida, possibilidade de crescimento pessoal, liberdade, igualdade social e econômica, solidariedade, autonomia e participação. Ou seja, a cidade deve possuir instituições justas e buscar altos padrões sociais.

Vale ainda notar que, segundo Pedersen (2018), os ODS são bons para as empresas, pois definem um guia do que será esperado pelo mercado no futuro e prometem uma estrutura governamental confiável no longo prazo.

Conclui-se, portanto, que com o objetivo 16 será possibilitada estrutura condicionante para o desenvolvimento sustentável. Ao se comprometer com os ODS a cidade se compromete em providenciar segurança, qualidade de vida e bem-estar social e econômico para sua população. Nesse sentido, prevê instituições confiáveis e estrutura básica para o florescimento econômico de uma empresa, desenvolvendo seu capital humano e promovendo a atração de novas instituições.

2.17. Objetivo 17 – Parcerias de Meios de Implementação

Por fim, o objetivo 17 visa “fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1), a partir das seguintes metas:

Finanças

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas;

17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos;

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes;

17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento;

17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos;

Tecnologia

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global;

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado;

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação;

Capacitação

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento

sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular;

Comércio

17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha;

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020;

17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado;

Questões sistêmicas

Coerência de políticas e institucional

17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas;

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;

17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável;

As parcerias multissetoriais

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento;

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público -privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias;

Dados, monitoramento e prestação de contas

17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais;

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto

interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento. (NAÇÕES UNIDAS, 2017, p. 1)

A cooperação na promoção de investimentos, regimes financeiros, comércio, regulamentação das instituições locais, monitoramento e prestação de contas ajuda na atração de novas instituições por transmitir segurança nas informações do local e demonstrar confiabilidade e estabilidade local. Nesse sentido, a capacitação para a implementação dos objetivos sustentáveis e parcerias público-privado sobre sustentabilidade permitirá à cidade atrair empresas que possuem os ODS como padrão a ser seguido ou tenham interesse em implementá-los. Assim sendo, percebe-se uma relação direta com os seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
- (...)
10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Adicionalmente, o fortalecimento do comércio, da aquisição de novas tecnologias e da promoção da capacitação científica irá auxiliar no desenvolvimento local, capacitando a cidade a exportar fatores de produção, instituições culturais e científicas – uma das características de uma cidade internacional, segundo Soldatos (1996).

Em relação ao objetivo, é importante frisar seu aspecto de cooperação. Nesse sentido, movimentos de cooperação internacional para o desenvolvimento passaram a surgir com maior força a partir da segunda guerra mundial e, posteriormente, foram alterados com os ODM, uma vez que novas formas de cooperação passaram a ser exercida com maior frequência de forma não tradicional, diferenciando da noção de cooperação Norte-Sul (MINILLO e LIMA, 2019). E, a partir da Agenda 2030, os novos atores são ainda mais reconhecidos como parte importante do processo de cooperação.

Relevante ainda notar a necessidade da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável frente à transnacionalidade dos temas e aos regimes internacionais. Com isso,

(...) as parcerias internacionais entre os diferentes atores sociais e políticos são indispensáveis para a efetiva promoção do desenvolvimento sustentável, principalmente quando se reconhece que os pactos e acordos internacionais reverberam diretamente nas políticas e ações perpetradas nas escalas nacionais e locais, impactando, assim, no curso do desenvolvimento e na amplitude de problemas globais abordados na agenda. A ambição da Agenda 2030 sublinha a necessidade de uma abordagem sinérgica e integral de questões que são constatadas em todas as escalas geográficas, e cuja responsabilidade compete a atores tanto de caráter público quanto privado. Trata, portanto, de problemas que, dificilmente, serão solucionados, eficazmente, a partir de abordagens unilaterais. (MINILLO e LIMA, 2019, p. 282)

Apesar de o individualismo e o mercado descentralizado serem propagados como princípios básicos da economia, prosperidade e segurança mundiais dependem de decisões coletivas, a fim de lutar contra doenças, promover ciência e educação, desenvolver infraestrutura indispensável e agir para ajudar os países pobres a saírem da pobreza (SACHS, 2005). Segundo o autor, a ação conjunta através da provisão de saúde, educação, infraestrutura e assistência internacional, caso necessário, representa sucesso econômico.

Nesse sentido, com tecnologia de informação mais rápida e barata governos e governadores locais foram permitidos a compartilhar experiências com outros governantes locais, assim como foram encorajados a articular seus interesses (CAMPBELL e FUHR, 2004). Os autores colocam que os governos subnacionais buscam cada vez mais formas de partilhar ideias e aprender novos e melhores meios de governança.

Além disso, os ODS são uma forma de as empresas retirarem a pressão da sociedade pelo retorno socioeconômico para a região em que se instalaram. A Agenda 2030 demonstra a relevância da atuação transversal de todos os setores para o alcance dos ODS, e parte do setor privado entendeu os benefícios e lucros precedentes da agenda sustentável (FLORINI e PAULI, 2018).

São imprescindíveis ainda as parcerias público-privadas para o sucesso dos ODS, de tal forma que esses objetivos não serão materializados se não houver uma estratégia desconectada do setor privado (PEDERSEN, 2018). O autor ainda afirma que a Agenda 2030 necessita que o setor privado entrelace os ODS em suas estratégias de longo prazo e renove sua maneira de fazer negócios. A colaboração entre setor público e privado é elemento chave para o sucesso dos governos e das empresas no futuro.

2.18. Considerações

A partir das definições acima, é possível verificar como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável influenciam de forma direta nos fatores de internacionalização das cidades, definidos por Panayotis Soldatos (1996), tal como demonstrado na Tabela 3 de forma esquematizada. Contudo, verifica-se, por exemplo, que os fatores 1, 11 e 12 não são citados em nenhum dos objetivos como influenciados de forma direta. Apesar de serem importantes para o processo de internacionalização, esses fatores poderão ser trabalhados como efeitos indiretos. A título de exemplo, podemos dizer que os objetivos, ao atraírem novas instituições e empresas, irão influenciar no desenvolvimento de infraestrutura e, a partir disso, permitir que uma cidade tenha “posição geográfica de abertura para o mundo” (SOLDATOS, 1996, p. 216). Ou o objetivo 17, que prevê ferramentas para implementação e cooperação, necessitará desenvolver um setor paradiplomático na cidade, influenciando nos seguintes fatores que caracterizam uma cidade internacional:

11. Exerce uma paradiplomacia urbana (pública ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização;

12. Mantém entendimentos (acordos, protocolos, etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Verifica-se que as características que se referem a abrigar empresas e instituições foram as mais citadas como influenciadas, uma vez que empresas e instituições buscarão locais capazes de atender suas necessidades como mercado consumidor, mão de obra e infraestrutura local. Entende-se com isso que a melhoria econômica e a qualidade de vida da cidade estão intrinsecamente ligadas à quantidade/qualidade de trabalho e renda para a população desde que coordenada por uma boa governança.

Com isso, podemos compreender a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de forma ampliada, uma vez que tais metas auxiliam no processo de internacionalização da cidade e, em contrapartida, o processo de internacionalização possibilita captação de recursos e ideias para a melhoria da qualidade de vida local.

Tabela 3. Influência ODS sobre os Pontos de Cidade Internacional

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2018b)	Características de uma cidade internacional (SOLDATOS, 1993)
Objetivo 1. Erradicação da Pobreza	2, 3, 10 e 13
Objetivo 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável	2, 3, 10 e 13
Objetivo 3. Saúde e Bem-Estar	2, 3, 10 e 13
Objetivo 4. Educação de Qualidade	2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10 e 13
Objetivo 5. Igualdade de Gênero	2, 3, 4, 5, 6 e 10
Objetivo 6. Água Potável e Saneamento	2, 3, 4 e 10
Objetivo 7. Energia Acessível e Limpa	3, 4, e 10
Objetivo 8. Trabalho decente e Crescimento Econômico	2, 3, 4, 7 e 10
Objetivo 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura	2, 3, 4, 5, 6 e 10
Objetivo 10. Redução das Desigualdades	2, 3, 10 e 13
Objetivo 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	2, 3 e 10
Objetivo 12. Consumo e Produção Responsáveis	3, 4 e 10
Objetivo 13. Contra a Mudança Global do Clima	3 e 10
Objetivo 14. Vida na Água	2, 3, 4 e 10
Objetivo 15. Vida Terrestre	3 e 10
Objetivo 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes	2, 3, 5, 6 e 10
Objetivo 17. Parcerias de Meios de Implementação	2, 3, 4 e 10

Fonte: NAÇÕES UNIDAS, 2018c; SOLDATOS, 1996 (Elaborada pela autora).

3. IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM UBERLÂNDIA-MG E SEU IMPACTO NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIDADE

Sabendo-se da relação interdependente entre o processo de internacionalização de uma cidade e a implementação dos ODS, iremos agora estudar com maior detalhe esta relação no âmbito do município de Uberlândia-MG. Portanto, nesse capítulo, iremos verificar como os programas da prefeitura que vêm trabalhando a implementação dos ODS na cidade estão impactando no processo de internacionalização da mesma.

3.1. Panorama Uberlândia-MG

Importante, como primeiro passo, efetuarmos um breve panorama sobre a cidade de Uberlândia-MG. Conforme dados do IBGE (2017), Uberlândia-MG possui 604 mil habitantes sendo 146.78 hab/km² e apenas 35,6% da população se encontra ocupada, possuindo renda mensal média de 2,7 salários mínimos, e taxa de 98% de escolarização (de 6 a 14 anos de idade). O Instituto, ao comparar os dados com os demais municípios do Estado de Minas Gerais, afirma que Uberlândia-MG fica em 2º lugar em total de habitantes, 46º em densidade demográfica, 16º em população ocupada, 27º em salário médio, e 338º em taxa de escolarização de 6 a 14 anos.

Esses dados demonstram que, apesar de ser a segunda cidade em tamanho de população, ainda se encontra mal posicionada nos outros critérios, em relação aos outros 853 municípios de Minas Gerais. Ainda que a cidade tenha bastante margem de melhoria, existem pontos positivos sobre a cidade.

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG, 2019) afirma que Uberlândia-MG é a 30ª cidade mais populosa do país, o PIB da cidade superou o de 16 capitais em 2015, e suas empresas se distribuem em comércio (41%), serviços (40%), indústria (16%) e agropecuária (3%). O BDMG ainda afirma que a cidade, em relação aos municípios do estado, se localiza em 2º em relação ao PIB, com aproximadamente R\$ 32 bilhões; e, em relação ao resto do país, a cidade se localiza em 20º lugar. Ainda, segundo a plataforma de pesquisa Data Viva (2020), em 2018 o município exportou um total de USD 707 milhões e importou USD 143 milhões, sendo a soja o principal produto exportado.

Conforme o BDMG (2019), o município é colocado como o segundo maior mercado de consumo do estado e 26º do país, é o 2º colocado no ranking de Cidades Amigas da Internet, está em 1º lugar em saneamento básico no Estado de Minas, e em 3º no Brasil¹, e ainda é listado como um dos 100 municípios mais verdes do mundo². A organização ainda coloca que a cidade ocupa 1º lugar no Brasil no Ranking de Serviços das Cidades Inteligentes e, de acordo com o Ranking *Connected Smart Cities*, a cidade se posiciona em 4º do Estado e 29º do país, assim como é a 19ª cidade mais favorável ao empreendedorismo no país³.

Com esses dados, podemos verificar o potencial que a cidade tem de mercado, inovação e empreendedorismo. Elementos estes que são importantes para a atração de novos negócios, empresas e instituições. E relevantes para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da cidade.

Em seguida, ao verificarmos elementos que se relacionam ao desenvolvimento sustentável, a prefeitura afirma trabalhar a partir de princípios fundamentais, conforme o Plano Diretor.

Art. 5º Este Plano Diretor fundamenta-se nas seguintes premissas:

I – proteção da função social da cidade e garantia ao cidadão do pleno exercício dos direitos à terra, aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao lazer, à informação e demais direitos assegurados pela legislação vigente;

II – prevalência do interesse coletivo sobre o individual;

III – proteção do meio ambiente e dos recursos hídricos;

IV – gestão integrada e compartilhada do desenvolvimento do Município de Uberlândia-MG;

V – garantia da intersetorialidade entre as políticas sociais públicas. (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2017, p. 3).

Interessante notar que a ONU demonstra a importância do cidadão e de todos os atores da sociedade em conhecer os ODS, exigir que os governantes insiram os ODS em seus programas de governo e possam cobrar transparência nos resultados (ONUBR, 2018).

Ademais, Sachs *et al.* (2016) afirma que, ao comparar a classificação dos países no índice de ODS com o IDH de 2015, encontrou grande correlação entre os dois, apesar de algumas diferenças entre os países. E nesse quesito, a cidade de Uberlândia-MG possui

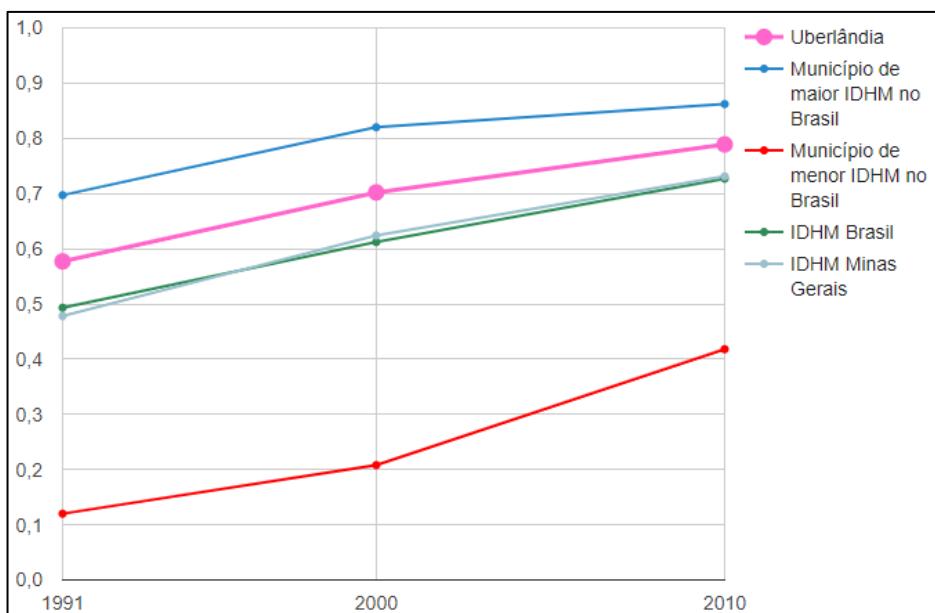
¹ Dados de 2016.

² Dados de 2015 a 2017.

³ Dado de 2017.

IDHM⁴ de 0,789, o que a coloca em uma faixa de Desenvolvimento Humano alto, sendo a dimensão longevidade a que mais contribui para tal número, ocupando a posição 71^a dentre os municípios do Brasil (ATLAS BRASIL, 2020). Para fim de comparação, o município brasileiro com maior IDHM é São Caetano do Sul com 0,862 e o menor é Melgaço com 0,481. Importante frisar que o IDHM da cidade se manteve acima da média brasileira e do Estado de Minas Gerais, conforme demonstra a Figura 5.

Figura 5. Evolução do IDHM de Uberlândia-MG



Fonte: ATLAS BRASIL, 2020, p. 1.

Mais especificamente na área dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) começou a publicar, em 2016, uma mandala com o posicionamento de cada cidade frente aos ODS. A confederação categoriza as cidades dentro de 6 grupos e a mandala é criada a partir de comparações entre as cidades do mesmo grupo, a partir de 28 indicadores divididos nas dimensões econômica, social, ambiental e institucional. Isso é feito para evitar muita discrepância frente à heterogeneidade dos municípios do Brasil (CNM, 2020).

Apesar de a mandala não considerar todos os 169 indicadores dos ODS ao trabalhar as quatro dimensões (econômica, social, ambiental e institucional), acaba por lidar com

⁴ “O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano” (PNUD, 2020, p. 1)

elementos pertinentes ao desenvolvimento sustentável. Na tabela abaixo (Tabela 4) são discriminados os indicadores utilizados pela mandala e a quais ODS se referem, sendo possível constatar que acaba por trabalhar com praticamente todos os objetivos.

Tabela 4. Indicadores e ODS por Dimensão

Dimensão	ODS trabalhado
Social	
Proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza	1, 2, 3, 6, 8, 10
Taxa de mortalidade infantil	1, 2, 3, 6
Baixo peso ao Nascer - Desnutrição	1, 2, 3, 10
Índice de aprendizado adequado até 5º ano Matemática	4, 8
Índice de aprendizado adequado até 5º ano Português	4, 8
Índice de aprendizado adequado até 9º ano Matemática	4, 8
Índice de aprendizado adequado até 9º ano Português	4, 8
Taxa de abandono escolar - anos iniciais	1, 4, 8
Taxa de abandono escolar - anos finais	1, 4, 8
Índice de mortes por abuso de álcool e outras drogas	3
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes	11, 16
Taxa de homicídio de mulheres	5, 16
Taxa de óbitos maternos	3, 5, 6, 16
Ambiental	
Participação em políticas de Conservação Ambiental	4, 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17
Índice de perdas na distribuição de água urbana	3, 6, 9, 11, 12
Índice de tratamento de esgoto - urbano	3, 6, 9, 11, 12, 14
Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares urbanos	3, 6, 11, 12, 14, 15
Institucional	
Gasto com Pessoal	16, 17
Índice de Equilíbrio Fiscal	12, 16, 17
Custeio da Máquina	16, 17
Participação em Consórcios Públicos Intermunicipais	16, 17
Índice de Transparência de Governos Municipais	12, 16, 17
Econômico	
PIB per capita municipal	8, 1
Remuneração média dos empregos	8, 1
Evolução dos estabelecimentos empresariais	8, 9
Empresas exportadoras do município	8, 9, 17
Índice de acesso à internet rápida	5, 9, 12
Evolução dos Empregos Formais	8, 1

Fonte: Adaptado de CNM, 2020.

A partir disso, a CNM (2020) insere Uberlândia-MG dentro do Grupo 2 de cidades, o qual possui 25 municípios, com IDHM de 0,78, população média de 607.403, receita total per capita de 2.475,15 e 1,48% de população na extrema pobreza. Ao verificar a mandala criada pela CNM, em 2019, para o município de Uberlândia-MG (Figura 6 e Tabela 5) com a evolução dos indicadores informados – sendo o ano de 2019 representado pelos círculos com os números dos indicadores e o círculo menor conectado representando o ano de 2017 –, é possível visualizar que existem áreas em que a cidade precisa melhorar e está abaixo do parâmetro⁵ ou mediano⁶ e áreas em que a cidade já está dentro do parâmetro⁷ esperado.

Ainda podemos verificar que o indicador “Gastos com Pessoal” está na região dentro do parâmetro, porém teve piora de 2017 para 2019, quase chegando ao parâmetro mediano. Já o indicador PIB per Capita está abaixo do parâmetro, mas teve melhora de 2017 para 2019.

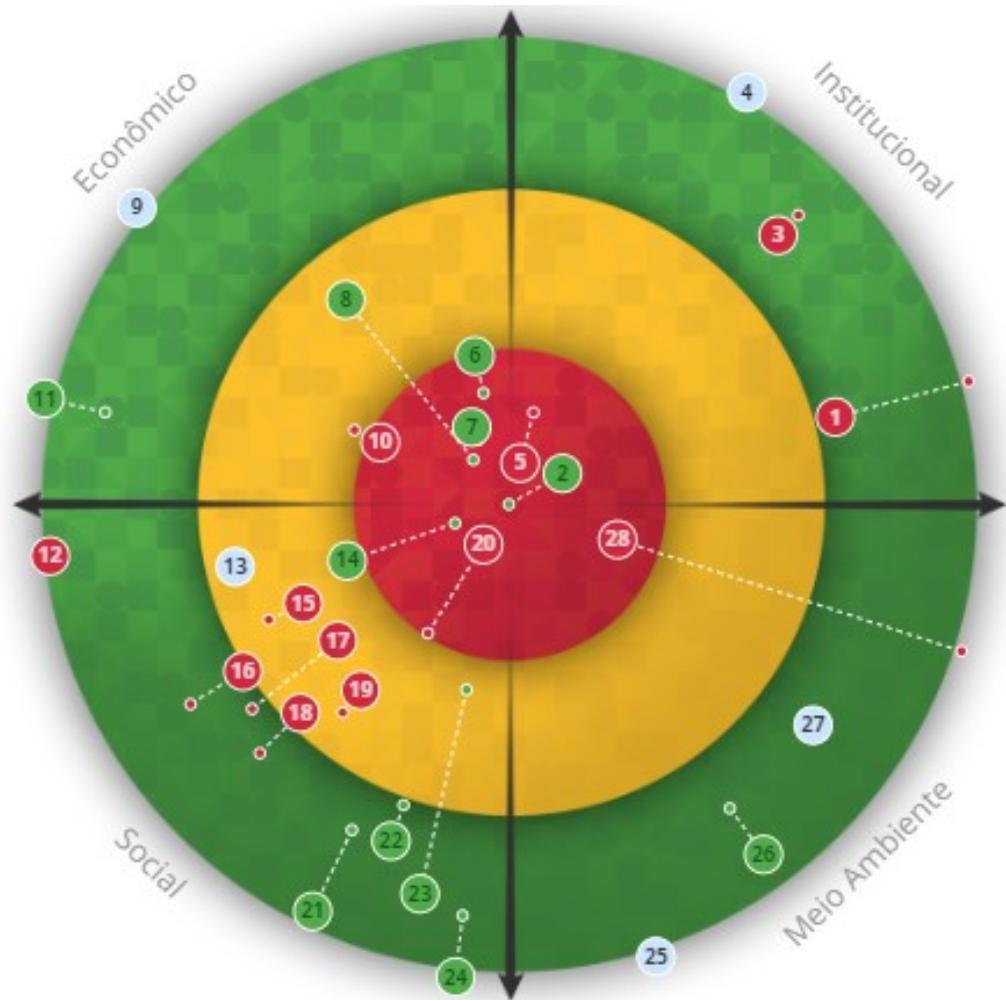
A CNM (2020) considerou que os indicadores “Taxa de homicídio de mulheres, Evolução dos Estabelecimentos Empresariais” e “Nascidos Vivos com Baixo Peso” foram os que obtiveram melhor evolução de 2017 a 2019 na cidade de Uberlândia-MG, enquanto os indicadores “Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Domiciliares Urbanos”, “Gastos com Pessoal” e “Índice de Aprendizado Adequado até 90 anos (Matemática)” foram os que obtiveram pior evolução no mesmo período.

⁵ Indicado pela região vermelha da mandala mais próxima do centro

⁶ Indicada pela região amarela da mandala

⁷ Indicada pela região verde mais afastada do centro da mandala

Figura 6. Mandala ODS de Uberlândia-MG - Evolução entre os anos 2017 e 2019



Fonte: CNM, 2020.

Tabela 5. Indicadores por dimensão da Mandala - Melhoras e Pioras

Indicador por Dimensão	Melhora/Piora
Institucional	
1 Gasto com Pessoal	-28,9%
2 Índice de Equilíbrio Fiscal	13,5%
3 Custo da Máquina	-6,1%
4 Participação em Consórcios Públicos Intermunicipais	0,0%
5 Índice de Transparência de Governos Municipais	-10,9%
Econômico	
6 PIB per capita municipal	7,9%
7 Remuneração média dos empregos	3,1%
8 Evolução dos estabelecimentos empresariais	42,3%
9 Empresas exportadoras do município	0,0%
10 Índice de acesso à internet rápida	-6,0%
11 Evolução dos Empregos Formais	12,8%
Social	
12 Proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza	-1,2%
13 Taxa de mortalidade infantil	-0,8%
14 Baixo peso ao Nascer - Desnutrição	24,3%
15 Índice de aprendizado adequado até 5º ano Matemática	-8,6%
16 Índice de aprendizado adequado até 5º ano Português	-13,0%
17 Índice de aprendizado adequado até 9º ano Matemática	-23,1%
18 Índice de aprendizado adequado até 9º ano Português	-12,7%
19 Taxa de abandono escolar - anos iniciais	-6,4%
20 Taxa de abandono escolar - anos finais	-22,0%
21 Índice de mortes por abuso de álcool e outras drogas	18,7%
22 Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes	7,8%
23 Taxa de homicídio de mulheres	44,1%
24 Taxa de óbitos maternos	13,4%
Ambiental	
25 Participação em políticas de Conservação Ambiental	0,0%
26 Índice de perdas na distribuição de água urbana	12,6%
27 Índice de tratamento de esgoto - urbano	0,1%
28 Taxa de cobertura de coleta de resíduos domiciliares urbanos	-75,8%

Fonte: Adaptado de CNM, 2020.

Já no quesito internacionalização, a cidade possui algumas das características definidas por Panayotis Soldatos, tais como: a posição geográfica, elementos de suporte ao estrangeiro e processos de exportação de fatores de produção. Além disso, segundo Yahn Filho (2019) a cidade possui o CODEN (Conselho de Desenvolvimento Econômico), que, em 2016, decidiu criar um projeto de internacionalização da cidade através de uma prospecção de longo prazo. O CODEN tinha a intenção de assumir a coordenação de um processo de internacionalização que ocorria na cidade e que não estava sendo levado com grande importância pela prefeitura. Nesse sentido, o CODEN acrescentou a sua Câmara Técnica de Atração de Investimentos a função de internacionalização da cidade. Essa Câmara, de acordo com as regras de funcionamento do CODEN, reuniu atores dos mais diversos setores da cidade, como o SEBRAE, universidades, empresas privadas, ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia), prefeitura, entre outros, para trabalhar de forma mais técnica e fora do ambiente estritamente governamental, buscando avançar com o processo de internacionalização de Uberlândia (YAHN FILHO, 2019).

Mas, apesar de a prefeitura tentar articular de forma mais estratégica o processo de internacionalização com o CODEN, órgão não governamental, e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo, as ações ainda são poucas comparadas ao potencial da cidade.

Entre algumas das características de cidade internacionalizada, Yahn Filho (2019) coloca que Uberlândia-MG se encontra ligada aos principais mercados nacionais, tanto pela infraestrutura de transportes quanto pelo fato de a cidade ser um Entreponto Aduaneiro da Zona Franca de Manaus. Nesse sentido, a cidade possui grande fluxo de investimento e comércio, além da grande participação das universidades, como a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na produção de conhecimento, ganhando força no exterior.

Em 2009, Maria Clotilde Ribeiro afirmou que a cidade teve as seguintes ações que auxiliaram em sua internacionalização:

- Relações comerciais com centros produtivos do exterior;
- Conquistou a abertura de filial da Câmara Americana de Comércio AMCHAM (9^a unidade e 2^a cidade do interior do Brasil);
- É a 10^a cidade do Brasil em eventos internacionais sediados;
- Realização de Missões para os EUA;
- Carta de Intenção / Acordo de Irmanamento com a cidade de Heze (China). (RIBEIRO, 2009, p. 86)

Recentemente, a cidade produziu um documento bilíngue (português e inglês) para promoção da cidade no exterior, que busca incentivar o investimento internacional na cidade com o projeto “Vem viver, inovar e investir” (G1, 2019a). Assinou acordo de cidade-irmã com Dublin, que traz boas oportunidades para os empresários locais (YAHN FILHO, 2019). E fechou projeto de cooperação com o Reino Unido, principalmente na área de tecnologia e internacionalização de negócios da cidade (G1, 2018a). Ademais, deve-se considerar as ações executadas pelo setor privado, por indivíduos, pelas Universidades, no sentido de buscar fortalecer essa internacionalização. Com isso, é possível verificar o potencial da cidade em se tornar uma totalmente cidade internacional, com todos os 13 fatores destacados por Soldatos (1996). Até agora, o que se pode perceber é um processo em construção.

De forma mais empírica, com o intuito de verificar o andamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na cidade, foi executado o projeto de extensão intitulado “Localização de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo da Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG” pela Faculdade de Gestão de Negócios (FAGEN) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), durante os anos 2018 e 2019. Iremos detalhar mais os resultados obtidos no tópico a seguir.

3.2. Projetos relativos aos ODS e seus impactos na internacionalização da cidade

O projeto de extensão “Localização de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo da Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG”, da Faculdade de Gestão de Negócios (FAGEN) da UFU foi executado junto à prefeitura de Uberlândia-MG para a verificação da implementação dos ODS na cidade, entre 2018 e 2019. O projeto foi liderado pela Professora Doutora Luciana Oranges Cesarino, docente da FAGEN/UFU, do qual eu tive a oportunidade de participar de forma efetiva.

A partir de entrevistas e coleta de dados na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo (SEDEIT), o projeto conseguiu identificar programas e ações da prefeitura em andamento, ou em fase de construção, que já vêm auxiliando no processo de implementação dos objetivos na cidade.

O projeto identificou os programas e ações na SEDEIT (ver Tabela 6), dentro das três dimensões da Secretaria: Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo. É importante ressaltar que muitos dos programas e ações identificados são executados em conjunto com outras secretarias municipais de Uberlândia-MG.

A partir da identificação dos programas e ações em andamento, ou em processo de formulação, o projeto foi capaz de identificar os ODS que estavam sendo implementados. Com isso, o projeto visava ajudar a prefeitura a entender melhor como já está atuando no desenvolvimento sustentável e o que deve fazer para melhorar na implementação dos ODS.

Com isso, iremos agora detalhar alguns dos programas e ações para melhor entendermos quais ODS o projeto identificou como implementados e, assim sendo, analisarmos como tais programas podem impactar no processo de internacionalização de Uberlândia-MG, com base na relação feita no capítulo anterior. Iniciaremos por alguns programas da SEDEIT que envolvem a dimensão de desenvolvimento econômico e, posteriormente, destacaremos alguns programas relativos à inovação e turismo.

Tabela 6. Programas e Ações da SEDEIT por dimensão da secretaria

Promoção de Investimentos	Inovação	Turismo
Lei de Atração de Investimentos	Uber Hub Code Club	Viva Cidade
Política de Fomento Internacionalização da Cidade	Cities	Nova Agro
Empresa Fácil	Polo Tecnológico	AMITAM
Alvará Provisório	Startup Weekend	Participação no COMTUR
Lei Geral da Micro e Pequena Empresa	Super	Governo Digital e Transparente
Municipalização do Distrito Industrial	Go Minas	Educação pelo Turismo / Famtour
Sala Mineira do Empreendedor	Aprenda a Fazer	Festival de Gastronomia e Cultura Caipira
Parcerias para os Novos Centros Empresariais	Programa de Compras Públicas	Uberlândia A'Gosto
Relacionamento de Cidades Internacionais	Plano Nacional de Comercialização e Internacionalização	Instituto de Desenvolvimento Integrado de MG (INDI)
Materiais Bilíngues	Instituto de Desenvolvimento Integrado de MG (INDI)	Parque Tecnológico (Uber Hub Tech Park)
Projeto de parceria com órgãos e entidades estrangeiras	Parque Tecnológico (Uber Hub Tech Park)	Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
Acordos de Cooperação Internacional (Paradiplomacia Pública)	Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	Programa Municipal de Eficiência Energética
Meeting de Internacionalização de Uberlândia	Programa Municipal de Eficiência Energética	Aplicação de Tecnologias Smart Cities
Sala Microempreendedora	Aplicação de Tecnologias Smart Cities	Projeto de Incentivo a Inovação da Cidade
Programa Municipal de Internacionalização de Negócios Locais	Projeto de Incentivo a Inovação da Cidade	Projeto de Incentivo à Inovação Tecnológica - Gestão Total
Programa Municipal de Fomento à Produção de Cerveja Artesanal	Ecossistema de Inovação - UberHub	Ecossistema de Inovação - UberHub

Fonte: CEZARINO *et al.*, 2019, p. 10.

3.2.1. Lei de Atração de Investimento

A primeira ação a ser estudada se trata da Lei de Atração de Investimento. E para detalharmos mais o que seria essa ação, ressaltamos o Decreto Municipal nº 17.704, de 31 de julho de 2018, segundo o qual:

Considerando o interesse em traçar uma estratégia que vise convergir a atuação dos diversos órgãos e entidades públicos municipais envolvidos na instalação de novos empreendimentos privados, bem como na expansão daqueles já existentes, no âmbito do Município de Uberlândia-MG, e a necessidade de criação de uma comissão para propor e deliberar de maneira colegiada soluções que elevem a competitividade da municipalidade para a atração e expansão de investimentos,

Art. 1º Fica instituído o programa Estratégia Municipal de Atração de Investimentos, com a finalidade de articular órgãos e entidades da Administração Pública Municipal para a promoção de um ambiente simplificado, eficaz e favorável à atração de novos investimentos do setor privado, bem como para a expansão daqueles já existentes (...). (UBERLÂNDIA-MG, 2018, p. 1)

Segundo o Diário Oficial do Município, o programa visa promover a cidade como um cenário desburocratizado, próspero e benéfico a novos negócios. O decreto propõe melhorias das leis municipais existentes, comissão para promover a atração de negócios através de reuniões e estudos técnicos, e envolve não somente a SEDEIT, mas também Secretarias como a de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UBERLÂNDIA-MG, 2018).

Além disso, como parte de várias iniciativas para a promoção de investimentos na cidade, a prefeitura apresenta o potencial local através do projeto “Vem viver, inovar e investir” com vídeo e portfólio, em português e inglês (G1, 2019a). Nesse projeto é colocado que Uberlândia-MG possui “ambiente atrativo, seguro e competitivo para negócios que já conquistou, de janeiro de 2017 a novembro de 2018, com mais de 1 bilhão e 300 milhões de reais em investimentos privados” (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2019a, p. 41). O projeto ainda coloca como fatores de atração de investimento o fato de a cidade ser polo logístico e tecnológico, possuir agronegócio consolidado, ser a 1º colocada em mercado consumidor do interior de Minas Gerais e 2ª em PIB do Estado, possuir grandes empresas nacionais e multinacionais, distrito industrial, porto seco e entreposto da Zona Franca de Manaus.

Logo, ao verificarmos o incremento de novas empresas em Uberlândia-MG, em 2019 houve um aumento de 12.69% comparado a 2018 (G1, 2020), sendo que em 2018 houve aumento de 24% comparado a 2017 (G1, 2019b). Ainda nesse tema, em 2019 o presidente do Grupo ABC anunciou o investimento de R\$48.5 milhões na cidade, o que representa mais de mil empregos diretos e indiretos, e afirmou ser a política de atração de negócios da prefeitura grande responsável pelo empreendimento (G1, 2019c).

Referente à relação com os ODS, Cezarino *et al.* (2019) analisam que esta ação se relaciona aos seguintes ODS: 1 (Erradicação da Pobreza), 8 (Trabalho decente e Crescimento Econômico) e 10 (Redução das Desigualdades). É possível verificarmos que a atração de investimento e empresas para a cidade visa principalmente a melhoria do desempenho econômico, a melhoria da renda da população e empregabilidade da cidade. Portanto, podemos considerar que a inserção de novas empresas na cidade poderá acarretar na mitigação da pobreza e tenderá a promover um crescimento econômico local que será inclusivo e sustentável, na medida em que seja orientada por uma boa governança da prefeitura. Essa melhoria econômica, consequentemente, auxilia na redução de desigualdade entre os países e entre as cidades.

Logo, conforme colocado no capítulo anterior, verificamos que, em conjunto, os ODS 1, 8 e 10 impactam nos seguintes fatores de internacionalização da cidade:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

4. Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;

(...)

7. Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);

(...)

10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais;

(...)

13. Tem uma população com composição étnica diversificada. (SOLDATOS, 1996, p. 216).

Ao falarmos dos ODS 1, 8 e 10, verificamos que todos atuam na atração de investimento, fluxo de comércio, fatores de produção, e instituições, assim como atraem população de outras localidades. O ODS 8 é o que influencia a exportação de fatores produção e o setor de apoio a estrangeiros, que serão obtidos a partir do desenvolvimento de novas empresas locais capazes de exportar produtos e serviços e que necessitarão de apoio para hospedar pessoas de outras localidades que venham à cidade fazer negócios.

Podemos ainda adicionar o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), pois a atração de investimentos atrairá também indústrias e, com isso, desenvolvimento da inovação e infraestrutura da cidade. Tal ODS impacta nos seguintes fatores de internacionalização da cidade: 2, 3, 4, 5, 6 e 10, adicionando à lista anterior o impacto sobre a comunicação e ligação com o exterior, presentes nos fatores: “multiplicidade de comunicações sociais com o exterior” e “diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações” (SOLDATOS, 1996, p. 216). Isso devido ao fato de as novas empresas precisarem de uma infraestrutura de comunicação e transporte que possibilite sua relação com o mercado.

3.2.2. Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

Outra ação identificada pelo projeto, que também se encontra na dimensão econômica, é a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa que, apesar de ser uma lei nacional, é algo que auxilia bastante na atração de novos negócios para a cidade.

Trata-se da Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006, e dispõe em seu artigo 1º:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (BRASIL, 2019c, p. 1).

No âmbito local, em 2013 a prefeitura de Uberlândia-MG decretou a Lei Complementar nº 573, instituindo o Programa Municipal de Desenvolvimento da Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual – MEI (alterando a lei complementar 537/2011). Esta lei dispõe em seus artigos 1º e 2º:

Art. 1º Esta Lei Complementar institui, no Município de Uberlândia-MG, o Programa Municipal de Desenvolvimento da Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual – MEI – PRÓ-MICRO.

§ 1º O PRÓ-MICRO congrega diversas ações que visam ao desenvolvimento das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais por meio da promoção de políticas públicas e apoio a iniciativas de fomento ao setor, com foco no resultado empresarial, nos termos da Lei Complementar nº 537, de 19 de dezembro de 2011.

§ 2º O Programa de que trata o caput deste artigo será gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo em parceria com outros órgãos e pessoas jurídicas da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e entidades de classe.

Art. 2º Beneficiam-se desta Lei Complementar as pessoas jurídicas classificadas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP – e o Microempreendedor Individual – MEI, de acordo com os parâmetros legais estabelecidos nas legislações de âmbito nacional, ressalvando-se as vedações, restrições e condicionantes vigentes. (UBERLÂNDIA-MG, 2013, p. 1).

Segundo a Confederação Nacional de Municípios e a Sebrae (2012), o maior entrave para o crescimento econômico no Brasil e criação de micro e pequenas empresas é a burocratização. Com isso, a Lei das MPEs surge justamente para facilitar esse processo e tornar a economia brasileira mais competitiva. As organizações ainda colocam “que cabe à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal desburocratizar e agilizar a abertura, fechamento e alteração cadastral dos pequenos empreendimentos empresariais, dando a esse segmento um tratamento diferenciado e favorecido” (CNM e SEBRAE, 2012, p.14).

No relatório de “Boa Práticas Municipais na Aplicação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas”, publicado em 2012 por Sebrae e CNM, a cidade de Uberlândia-MG é

colocada como destaque no processo de desburocratização para atender às micro e pequenas empresas, atuando em quatro iniciativas: Programa Minas Fácil, Nota Fiscal Eletrônica, Alvará de Funcionamento Provisório e Sistema Empresa Fácil. Veremos com um pouco mais de detalhe cada uma dessas iniciativas a seguir.

O Programa Minas Fácil foi criado pelo governo de Minas Gerais visando reunir em um só lugar os órgãos e entidades responsáveis pela abertura de uma empresa (JUCEMG, 2012). O Programa foi instaurado em Uberlândia-MG, em 2007, com o objetivo de formalizar a abertura de empresas em apenas quatro passos dentre os quais três são online (CNM e SEBRAE, 2012). Com isso, a abertura de empresas se torna algo mais ágil e descomplicado.

Outra ação importante para a agilidade na abertura de empresas se deu posteriormente com a criação da Sala Mineira do Empreendedor, através de uma parceria com o Sebrae Minas e a Junta Comercial do Estado de Minas (JUCEMG), a fim de melhorar e simplificar o ambiente de negócios e apoiar os empreendimentos do Estado de Minas Gerais (SEBRAEMG, 2020).

Já a iniciativa da Nota Fiscal Eletrônica foi instaurada para facilitar o preenchimento, manuseio e arquivamento de nota fiscal, que antes era feito de forma manual, demorado e com maior custo operacional (CNM e SEBRAE, 2012). Tal ação foi implementada pela Diretoria de Fiscalização e Rendas Tributárias da Secretaria Municipal de Finanças, e são armazenadas eletronicamente para registro das prestações de serviços (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2020a).

O Alvará de Funcionamento Provisório foi implementado na Prefeitura com a Lei Complementar nº 123/2006 (sobre Micro e Pequenas Empresas) e, posteriormente, com a Lei Ordinária nº 12.650/2017, que visam agilizar o processo de autorização de funcionamento de empresas de baixo risco, possibilitando a liberação do alvará pelo Programa Minas Fácil, sem necessidade de vistoria (CNM e SEBRAE, 2012; UBERLÂNDIA-MG, 2017a). Com isso, empresas que não se encaixam no perfil de empresas de alto risco conseguem ser abertas mais rapidamente.

E, por fim, o Sistema Empresa Fácil é um sistema online que permite a abertura de empresas na cidade de Uberlândia-MG, tornando o processo mais rápido, simplificado e ágil, reduzindo custos e aumentando o número de empregos na cidade (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2020b).

Essas ações voltadas para micro e pequenas empresas, segundo Cezarino *et al.* (2019), estão relacionados aos seguintes ODS: 1 (Erradicação da Pobreza), 8 (Trabalho decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 10 (Redução das Desigualdades). Podemos considerar os mesmos efeitos gerados pela Lei de Atração de Investimento - *Compliance* e Incentivo, uma vez que também atuará no incremento econômico da localidade, porém a partir de micro e pequenas empresas.

As MPEs são relevantes para o desenvolvimento econômico, uma vez que, segundo o Sebrae (2020), os pequenos negócios representam 27% do PIB e 52% dos empregos na economia brasileira.

Segundo Data SEBRAE, existem cerca de 30 mil micro e pequenas empresas na cidade de Uberlândia-MG. A facilidade para adquirir insumos, políticas públicas de incentivo e a agilidade em adaptar-se aos anseios dos consumidores, fizeram de Uberlândia-MG uma das cidades mineiras que mais empregaram trabalhadores em micro e pequenas empresas em 2017, com cerca de 1300 mil contratações (BDMG, 2019).

Importante afirmar que essa desburocratização do processo de abertura auxilia na geração de empregos locais, geração renda e redução de custos, tendo um peso muito maior nas empresas de pequeno e médio porte. Portanto, a população local conseguirá mais facilmente abrir seus empreendimentos, auxiliar na redução da pobreza através de geração de renda e emprego, e fazer parte da promoção do crescimento econômico local, desenvolvimento da indústria e infraestrutura locais e redução das desigualdades.

Verificamos, portanto, que esses programas e ações voltados para micro e pequenas empresas, ao influenciarem os ODS 1, 8, 9 e 10, irão impactar nos seguintes fatores de internacionalização da cidade:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
4. Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
5. Multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;
6. É diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações;

7. Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);

(...)

10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais;

(...)

13. Tem uma população com composição étnica diversificada. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

É possível compreendermos que com um cenário desburocratizado para a abertura de micro e pequenas empresas, o desenvolvimento econômico da localidade irá florescer, com maior quantidade de pessoas empregadas e maior potencial consumidor, além de atrair investimentos e empresas externas a se instalarem na cidade.

Nesse sentido, haverá um impacto na infraestrutura da cidade, devido ao desenvolvimento econômico e necessidade de estrutura logística e de comunicação para o melhor desempenho das empresas locais. Ademais, afetará na exportação de fatores locais e desenvolvimento da capacidade de atender o setor estrangeiro.

É importante destacar que aqui verificamos a existência da governança multinível, haja vista a atuação de diferentes níveis governamentais (federal, estadual e municipal) sobre o tema micro e pequenas empresas.

3.2.3. Programas e Ações de Internacionalização

No que diz respeito à internacionalização, a cidade de Uberlândia-MG, conforme identificado no projeto de Cezarino *et al.* (2019), vem atuando em algumas frentes, entre as quais se encontram o Programa de Internacionalização de Uberlândia-MG, Programa Municipal de Internacionalização de Negócios Locais, Projetos de Parceria com órgãos e entidades estrangeiras, Acordos de Cooperação Internacional, e Meeting de Internacionalização de Uberlândia-MG.

O Programa de Internacionalização de Uberlândia-MG se utiliza do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia-MG (CODEN Uberlândia 2100), do qual fazem parte representantes de diversos setores da cidade. O Conselho visa avançar o processo de

internacionalização de Uberlândia-MG e procura pensar de forma estratégica sobre o futuro da cidade (YAHN FILHO, 2019).

O projeto de Internacionalização de Uberlândia-MG está sendo realizado de forma coletiva e colaborativa por diversas entidades e instituições da cidade, como Associação Comercial e Industrial de Uberlândia-MG (Aciub), Fiemg, Prefeitura Municipal, Universidade Federal de Uberlândia-MG (UFU) e Sebrae Minas. “Elaboramos um plano de internacionalização composto por ações de qualificação de produtos e serviços, prospecção e promoção comercial, e capacitação e ampliação de network”, destaca a analista do Sebrae Minas, Fabiana Queiroz (ASN, 2017).

Já o Programa Municipal de Internacionalização de Negócios Locais, segundo Cezarino *et al.* (2019), busca ajudar as empresas locais a se internacionalizarem e procurar mercado no exterior, visando aumentar a base de produtos exportados pela cidade. A iniciativa seria executada em conjunto com outras associações, como o Sebrae e a Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG).

Os Projetos de parceria com órgão e entidades estrangeiras, os Acordos de Cooperação Internacional e o Meeting de Internacionalização de Uberlândia-MG são ações voltadas para alcançar acordos, negócios e projetos em parceria com instituições internacionais, cidades de outros países, bem como com outros atores estrangeiros. Segundo a então Coordenadora de Novos Negócios e Assuntos Internacionais da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo de Uberlândia-MG (SEDEIT), as parcerias inicialmente seriam no âmbito do comércio exterior, mas futuramente devem alcançar outros patamares (RODRIGUES, 2018). Ademais, o então Diretor de Promoção de Investimentos e Assuntos Internacionais da SEDEIT afirmou que foi executado um acordo com o Reino Unido sobre projetos nas áreas de inovação e sustentabilidade, negócios, abertura de mercados, e energia sustentável (ANDRADE, 2018).

Nesse quesito, a cidade vem se aproximando aos mercados internacionais, recebendo representantes da China, Grã Bretanha, Portugal, Emirados Árabes, Estados Unidos entre outros, a fim de intensificar a promoção de negócios e trocas culturais e comerciais (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2019a). E o Meeting de Internacionalização de Uberlândia-MG trata de seminários sobre o tema de internacionalização para empresários e empreendedores da região, realizados em parceria com o Sebrae (CEZARINO *et al.*, 2019).

Segundo o projeto em questão, Cezarino *et al.* (2019) afirmam que essas ações de internacionalização estão relacionadas às seguintes ODS: 1 (Erradicação da Pobreza), 4

(Educação de Qualidade), 7 (Energia Acessível e Limpa), 8 (Trabalho decente e Crescimento Econômico) , 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 17 (Parcerias de Meios de Implementação).

Essa relação é possível uma vez que a internacionalização trará o contato da cidade com projetos de sucesso de cidades estrangeiras ou de outros países, que poderão auxiliar o município a melhorar ou solucionar questões em aspectos sociais, econômicos e ambientais. Nesse sentido, com um setor de negociações internacionais a prefeitura pode conseguir acordos para atração de investimento e comércio, e projetos de cooperação internacional.

Logo, tais implicações impactam na erradicação da pobreza ao possibilitar a chegada de novas empresas e possibilidade de emprego e renda, assim como projetos de cooperação para melhoria socioeconômica. Projetos de cooperação podem trazer melhorias na infraestrutura, inovação, educação e energia da cidade. E a cidade tenderá a se adequar às diretrizes e regimes internacionais, a fim de se manter ativa dentro das organizações e acordos externos, como padrões de consumo, e produção e regulamentação das instituições internas.

Com isso, chegamos á conclusão de que os ODS vinculados aos Programas e Ações de Internacionalização de Uberlândia-MG influenciam em quase todos os fatores de internacionalização de uma cidade, como colocados abaixo:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
4. Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
5. Multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;
6. É diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações;
7. Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);
8. Tem uma mídia de repercussão e difusão internacionais;
9. Acolhe, regularmente, encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos, etc.);

10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais;

(...)

13. Tem uma população com composição étnica diversificada. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Tais características serão impactadas pelo fato de acordos e projetos de cooperação internacional permitirem que a cidade se torne mais atraente para novas empresas e investimentos, melhoria de renda e, consequentemente, atração de fluxo de comércio. Melhor educação e crescimento econômico da cidade possibilitam a exportação de fatores de produção. Nesse sentido, parte do crescimento econômico e a internacionalização influenciarão no setor de serviços de turismo e suporte a estrangeiros.

Internacionalização também pode trazer melhorias na infraestrutura da cidade, tornando-a mais conectada ao mundo física e virtualmente. Todas as melhorias trazidas pela atuação internacional atrairão pessoas de outras localidades. E, por fim, para o processo de internacionalização é necessário um setor de relações internacionais estruturado na prefeitura, ou seja, não somente uma simples paradiplomacia, mas uma verdadeira política externa municipal, tal como entendida por Salomón (2011).

Importante ressaltar que no programa de internacionalização são mais citadas ações voltadas para a paradiplomacia, como acordos e projetos de cooperação bilateral, sendo essa paradiplomacia um dos fatores que caracterizam uma cidade internacional, conforme Soldatos (1996).

Vale destacar também a presença e importância da governança multível, uma vez que diferentes atores, de diferentes níveis territoriais, se organizaram em um Conselho Municipal, o CODEN, a fim de incentivar e desenvolver o processo de internacionalização da cidade.

3.2.4. UberHub e UberHub Code Club

Dentre as ações executadas na área de inovação foi identificado o projeto UberHub, o qual se trata de uma iniciativa da prefeitura, em parceria com setor privado, instituições de ensino e sociedade civil, para a promoção do empreendedorismo de inovação, disseminar a cultura empreendedora e qualificar pessoas para o desenvolvimento tecnológico em Uberlândia-MG (BDMG, 2019).

O UberHub se define como um ecossistema para a inovação da cidade, onde se encontram as iniciativas, os grupos e as pessoas que são parte dos atores da inovação em Uberlândia-MG, buscando concentrar informações sobre startups, empresas, serviços, parcerias e eventos de tecnologia (UBERHUB, 2018). A Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios (2019) colocou o UberHub como um dos cinco polos de inovação que vêm ganhando força e mostrando bons resultados, o qual já foi capaz de revelar empresas como Sankhya, Softbox, Zup, Vitta, Alluagro e Social Bank.

Já o UberHub Code Club, projeto que integra o UberHub, foi lançado em março de 2018 e é destinado ao ensino de programação para jovens de 14 a 18 anos (DIÁRIO DE UBERLÂNDIA-MG, 2018). O projeto tem como objetivo iniciar 21 mil pessoas em tecnologia avançada até 2029, e transformar Uberlândia-MG em referência nacional de formação destes talentos (UBERHUB CODE CLUB, 2020).

O programa é realizado pelo Instituto UberHub Educação e o ecossistema de inovação de Uberlândia-MG, com apoio de diversos setores da cidade, utilizando um método desenvolvido por UFU, Harvard e Unicamp (UFU, 2019). Tal incentivo se dá devido à alta demanda por profissionais da área de TI na cidade de Uberlândia-MG.

Segundo Cezarino *et al.* (2019), o UberHub e o UberHub Code Club colaboram para o desenvolvimento dos ODS 8 (Trabalho descente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Ademais, eles estão intrinsecamente ligados ao fomento de trabalho descente e crescimento econômico, uma vez que estão profissionalizando jovens para uma área de mercado importante na cidade, possibilitando empregabilidade e futuro no mercado para as novas gerações uberlândenses. Nesse sentido, o ambiente de inovação permite a promoção de novas empresas e disseminação de ideias inovadoras. Sendo a inovação e tecnologia parte importante de uma cidade sustentável.

Os ODS 8, 9 e 11, desenvolvidos por UberHub UberHub Code Club, são relacionados impactam nos seguintes fatores de internacionalização de Uberlândia-MG:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
4. Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;

5. Multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;
 6. É diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações;
 7. Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);
- (...)
10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Um ambiente de estímulo à inovação, abundante em mão de obra profissionalizada irá atrair novas empresas, instituições e investimentos. Com o estímulo à tecnologia, inovação e desenvolvimento de uma cidade sustentável, os meios de comunicação serão promovidos. Indiretamente, o setor hoteleiro e o turismo de negócios serão também fomentados.

Enfim, podemos adicionar que o setor de relações internacionais se desenvolverá, uma vez que a cidade terá padrões de trabalho mais alinhados ao regime internacional, permitindo maior abertura a acordos bilaterais e projetos de cooperação no exterior. Interessante notar, novamente, a questão da governança multinível.

3.2.5. Projeto de Incentivo à Inovação Tecnológica

Outra ação levantada no âmbito de inovação é o próprio Projeto de Incentivo à Inovação, sancionado em 2017 sob o nome “Inova Uberlândia-MG”, a partir da Lei Complementar nº 629, a qual cria também o Polo Tecnológico Sul da Cidade. A Lei declara em seu artigo 1º:

Art. 1º Fica instituído o Programa Inova Uberlândia-MG, destinado a fortalecer a competitividade na oferta de serviços de tecnologia e outros correlatos, fomentar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e incentivar a geração e ampliação de postos de trabalho, mediante a concessão de incentivos fiscais em polos e micro polos de tecnologia e serviços, podendo haver a disponibilização de áreas públicas, nos termos de que trata esta Lei. (UBERLÂNDIA-MG, 2017b, p. 1)

Esta lei foi alterada em 2019 pela Lei Complementar nº 682, destacando-se os seguintes termos:

Art. 3º ...

I – empresas de base tecnológica: empresários individuais, empresas individuais de responsabilidade limitada e sociedades empresárias de qualquer porte que tenham como atividade principal prevista expressamente em seu contrato ou estatuto social a criação, a fabricação, o desenvolvimento, o aperfeiçoamento e o licenciamento de programas de computador customizáveis e não customizáveis, aplicativos para aparelhos eletrônicos, celulares, tablets ou dispositivos físicos de caráter inovador elaborados para utilização como ferramenta tecnológica apta a desenvolver ou facilitar o exercício de outras atividades econômicas existentes no mercado, consultoria em tecnologia da informação, bem como a pesquisa e desenvolvimento em inovação e tecnologia, identificadas pelos CNAEs de que trata o § 1º deste artigo;

(...)

IV – Polo Tecnológico: área caracterizada pela presença dominante de micro, pequenas, médias e grandes empresas, com área física superior a 50.000 m² (cinquenta mil metros quadrados), devidamente habilitada nos termos desta Lei e destinada a incentivar a estruturação de ambientes adequados ao desenvolvimento da competitividade na oferta dos serviços de tecnologia e outros serviços considerados de alto valor agregado;

V – Micropolo Tecnológico: área caracterizada pela presença dominante de micro, pequenas, médias e grandes empresas, com área física superior a 15.000 m² (quinze mil metros quadrados) e inferior a 50.000 m² (cinquenta mil metros quadrados), devidamente habilitada nos termos desta Lei e destinada a incentivar a estruturação de ambientes adequados ao desenvolvimento da competitividade na oferta dos serviços de tecnologia e outros serviços considerados de alto valor agregado; (UBERLÂNDIA-MG, 2019, p. 3).

O Programa, conforme Uberlândia-MG (2017b, p.1), procura alcançar os seguintes objetivos:

I - contribuir para o desenvolvimento econômico e social de Uberlândia-MG e região, a partir da atração e consolidação de investimentos e negócios em atividades de base tecnológica;

II - incentivar a criação de um ambiente de produção tecnológica, caracterizado pela presença de micros, pequenas, médias e grandes empresas na área de tecnológica em um mesmo local geográfico;

III - auxiliar no desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado;

IV - incentivar o intercâmbio de ideias capazes de fomentar o desenvolvimento de atividades de base tecnológica;

V - contribuir para o aumento da competitividade das empresas por meio de aumento do valor agregado pela inovação em produtos e serviços, bem como pelo desenvolvimento de novos negócios;

VI - incentivar a cooperação entre Governo, Empresa e Academia;

VII - promover o adensamento da cadeia produtiva nas áreas de atuação dos micrópolos e polos tecnológicos, buscando o fortalecimento de empresas de base tecnológica de diversos portes nos aspectos ligados à gestão empresarial, oferta de mão-de-obra qualificada, modernização de infraestrutura e acesso a fundos de investimento;

VIII - contribuir para o aumento da taxa de sobrevivência de empresas de base tecnológica;

IX - promover o fortalecimento do ecossistema empreendedor de base tecnológica do Município e região;

X - consolidar a inserção do Município de Uberlândia-MG no cenário internacional de inovação e tecnologia com a finalidade de promover novos negócios.

Como parte do programa, a Prefeitura de Uberlândia-MG (2020c) afirma que o Polo Tecnológico Sul oferece infraestrutura básica para os empreendedores e possibilita maior interação com o Ecossistema de Inovação da Cidade. A prefeitura ainda afirma que o Polo está sendo implementado em uma área municipal de 152.845 m² e disponibilizará de 30 lotes para a alocação de empresas tecnológicas dentre as quais serão reservados dois (com área de 1.665m² cada) para pequenas empresas e projetos menores, sejam startups ou prestadores de serviço para o Polo.

As empresas que ganharem o direito aos lotes por licitação receberão incentivos fiscais, como subsídio e isenção de imposto (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2020). Na mesma notícia é afirmado que cinco empresas haviam apresentado propostas para a compra de lotes, e juntas representavam mais de 700 empregos para a cidade.

Cezarino *et al.* (2019) entendem que esse projeto influencia nos seguintes ODS: 1 (Erradicação da Pobreza), 8 (Trabalho decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 10 (Redução das Desigualdades). Consequentemente, impactam os seguintes fatores de internacionalização da cidade:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

4. Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;

5. Multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;

6. É diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações;
 7. Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);
 - (...)
 10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais;
 - (...)
 13. Tem uma população com composição étnica diversificada.
- (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Por trabalhar o incentivo a novas empresas, o Polo e o programa de incentivo irão atrair investimento e novas instituições, bem como permitir que empresas sejam fundadas e capacitadas a exportar fatores de produção. Assim como o UberHub, irão desenvolver os meios de comunicação e transporte, assim como o turismo de negócios da cidade.

Esse incentivo atrairá novas empresas, trazendo novas possibilidades de emprego para a população e, consequentemente, melhorando a situação de renda e crescimento econômico local. Nesse sentido, atuarão na melhoria e desenvolvimento do setor de indústria e inovação, e também ajudarão a mitigar as desigualdades.

3.2.6. Eventos: Cities, Startup Weekend e Super

Cities, Startup Weekend e Super são eventos apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo de Uberlândia-MG (SEDEIT), em conjunto com outras organizações, e visam à promoção da inovação, empreendedorismo e sustentabilidade na cidade.

O Cities (Congresso Internacional de Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade) é um evento organizado pela Prefeitura de Uberlândia-MG junto com FIEMG, SEBRAE, Algar e Universidades de Uberlândia-MG, que busca promover a inovação na cidade e possibilita também o encontro com embaixadas e prospecção de novos negócios (CEZARINO *et al.*, 2019). Uberlândia-MG sediou a sua segunda edição, do qual participaram palestrantes e representantes de empresas nacionais e internacionais (G1, 2018b).

O evento possibilitou, através da rodada de negócios, R\$140 milhões em expectativas de negócios (nacionais e internacionais) a partir do encontro entre 285 empresários de micro e

pequenos negócios da cidade e região e grandes empresas nacionais e internacionais (ASN, 2018). O congresso foi importante para mostrar a necessidade de a cidade e seus empresários estarem preparados para o crescente cenário de inovação, e contou com 5500 visitantes, 70 palestras nacionais e 6 internacionais, mostra de 65 projetos de inovação, e 6 países apresentando propostas de intercâmbio (FIEMG, 2018).

O Startup Weekend, que já ocorreu em Uberlândia-MG por seis vezes, é um evento de imersão apoiado pela prefeitura, no qual potenciais empreendedores compartilham ideias e se conectam a recursos e pessoas, podendo formar equipes e lançar suas startups (STARTUP WEEKEND, 2020).

O evento dura 54 horas durante um final de semana, e os participantes têm o apoio de mentores especializados para desenvolver uma ideia, construir um modelo de negócio e criar um protótipo, sendo as melhores ideias premiadas no encerramento (DIÁRIO DE UBERLÂNDIA-MG, 2019). Com isso, as pessoas que têm interesse em montar uma startup conseguem experimentar o processo de criação. Além disso, podem encontrar pessoas que compartilhem ideias e possam auxiliá-las no desenvolvimento de uma empresa fora do evento.

Por fim, o evento Super (Sustentabilidade Urbana pelas Energias Renováveis) foi o primeiro fórum de discussão sobre eficiência energética, regulamentação e estruturação do setor. Reuniu representantes do setor público e privado, universitários, entre outros, e foi idealizado pela SEDEIT em parceria com o CODEN e a FIEMG (CIEMG, 2018).

Nesse quesito, Uberlândia-MG foi considerada como líder no ranking de cidades com “maior potência instalada de fonte de energia solar fotovoltaica no Brasil” segundo o relatório da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar). Isso se dá pela maior conscientização da população e investimentos privados (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2019, p.1). Este evento auxilia na conscientização e disseminação da cultura sustentável.

Segundo Cezarino *et al.* (2019), esses três eventos estão relacionados aos seguintes ODS: 8 (Trabalho descente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). Dessa forma, impactam nos seguintes fatores de internacionalização da cidade:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
4. Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
5. Multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;
6. É diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações;
7. Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);
- (...)
10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais. (SOLDATOS, 1996, p. 216).

Tais ações e eventos disseminam a inovação e sustentabilidade, fomentando o crescimento econômico e desenvolvimento de uma cidade sustentável, o que, consequentemente, irá fomentar o desenvolvimento de novas empresas, atração de novos negócios a partir de um ambiente propício a inovação. Nesse sentido, providenciará a base para uma cidade sustentável.

Enfim, podemos também afirmar que tais eventos permitem que a cidade “acolha, regularmente, encontros e outros tipos de atividades internacionais (congressos, exposições, festivais, jogos esportivos, etc.)” (SOLDATOS, 1996, p. 216), um dos 13 fatores que caracterizam uma cidade internacional.

3.2.7. Programa Municipal de Compras Públicas Sustentáveis

Outro programa importante a ser destacado é o Programa Municipal de Compras Públicas Sustentáveis. Conforme Cezarino *et al.* (2019), tal programa tem o intuito de fazer da compra pública uma alavanca para o desenvolvimento econômico e social da cidade, ao comprar de pequenos negócios e famílias agricultoras.

Segundo Andrade (2018), o governo federal obriga os municípios a fazer parte de suas compras e contratar serviços, editais de até R\$80 mil, de micro e pequenas empresas locais. Nesse sentido, a SEDEIT tem o intuito de ensinar empresários locais a vender seu produto para a prefeitura. Rezende (2018) afirma que 30% das compras municipais devem ser feitas

de pequenos produtores, e dentro do Programa Novo Agro a Secretaria auxilia essa população a embalar e conseguir vender para a prefeitura.

O Sebrae (2017) explica como a demanda de compras do Estado de Minas Gerais passou a ser compreendida como importante instrumento na redistribuição de recursos entre os atores econômicos.

Consumo público foi um tema central da Rio + 20 ! O Documento final declarou sobre o tema: É essencial que o Estado retome seu papel de indutor e regulador de desenvolvimento, incentivando a adoção de práticas econômicas e processos de produção inovadores, orientados para o uso racional e a proteção dos recursos naturais e da incorporação de pessoas excluídas da economia, por meio do acesso ao emprego, ao trabalho digno e ao desempenho. Por meio de instrumentos e políticas econômicas, o Estado deve remover barreiras e criar incentivos positivos que promovem a adesão do setor produtivo para padrões mais sustentáveis sob a ótica econômica, ambiental e social. O Estado pode, ainda, significativamente influenciar a adoção de modelos mais sustentáveis. As contratações públicas também devem desempenhar um papel nesse contexto. (SEBRAE, 2017, p. 16)

As compras públicas diferenciadas para pequeno e micro empresas estão descritas no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, mais especificamente pela Lei Complementar nº 147 de 2014, que afirma nos seguintes artigos:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; (BRASIL, 2014, p.1).

Em Uberlândia-MG, somente em Dezembro de 2019 foram gastos quase R\$ 50 milhões em compras (UBERLÂNDIA-MG, 2020a), o que demonstra o grande potencial de recursos que podem ser alocados em micro e pequenas empresas.

Com relação aos ODS, esse programa estimula, segundo Cesarino *et al.* (2019), os objetivos 8 (Trabalho decente e Crescimento Econômico) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis) Nesse sentido, podemos afirmar a sua influência nos seguintes fatores de internacionalização da cidade:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);
3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
4. Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
- (...)
7. Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);
- (...)
10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais;
11. Exerce uma paradiplomacia urbana (pública ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização;
12. Mantém entendimentos (acordos, protocolos, etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

A relação com os ODS condiz com o cerne do programa, que seria criar crescimento econômico e trabalho decente, ou seja, permitir que micro e pequenas empresas e pequenos agricultores vendam seus produtos à prefeitura. Inclui-se também a questão do consumo e produção sustentável, uma vez que o programa incentiva a produção agrícola familiar e, ao comprar localmente, existe uma menor poluição com transporte e gastos logísticos.

Com isso, acaba por influenciar na geração de renda e emprego da localidade, com maior distribuição de renda o que melhorará a qualidade de vida da população, e com isso

atrairá novas empresas e instituições. O setor hoteleiro entra mais na questão do crescimento econômico e necessidade de infraestrutura para negócios. E as questões paradiplomáticas poderão ser impactadas por melhorar a imagem local perante a comunidade internacional.

3.2.8. Novo Agro

No setor de turismo um programa bastante conhecido é o Novo Agro, que “é um programa de fomento aos pequenos e médios produtores rurais, promovido pela Prefeitura de Uberlândia-MG, que tem o objetivo de potencializar e transformar atuações já existentes no campo em atividades comerciais de alta sustentabilidade e rentabilidade” (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2020d, p. 1). Segundo Silva *et al.* (2018), em entrevista (ver Anexo I), o programa “visa o fomento de novos negócios rurais contando com iniciativas para o desenvolvimento do agronegócio do município, estímulo mercadológico para agronegócios de pequeno porte, gastronomia local, com o intuito de regulamentar e auxiliar os pequenos agricultores”.

Tal projeto foi instaurado em 2017 e elaborado pela Secretaria de Agropecuária, Abastecimento e Distrito, junto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo, e ajudou mais de duas mil pessoas em dois anos (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2019b). O programa trabalha sobre seis pilares: Agroindústria, Agroecologia, Avicultura, Piscicultura, Turismo Rural e Gastronomia.

- **Agroindústria:** Queijo artesanal, requeijão, doces e inúmeros outros produtos tão comuns na mesa da população só são obtidos graças à agroindústria, que é a transformação de matérias-primas obtidas pelas atividades agrícolas, florestais ou agropecuárias em novos produtos. Neste pilar, o foco da Prefeitura é melhorar a qualidade higiênico-sanitária das iguarias, auxiliar os produtores no processo de regularização para diminuir o comércio de mercadorias clandestinas, fomentar novos mercados à agricultura familiar e de pequeno porte, promover melhorias nos rótulos e agregar valor aos itens.

- **Agroecologia:** Esta técnica consiste em um sistema de produção que elimina o uso de agrotóxicos e adubos sintéticos, prezando por práticas totalmente naturais no cultivo. Neste pilar, foram implementados 23 sistemas agroflorestais, que só foram possíveis através de capacitações, visitas à propriedade de outros municípios e workshops.

- **Avicultura Caipira:** Esse é o mais recente pilar inserido no programa Novo Agro. A inclusão do ramo aconteceu devido à importância do frango caipira para a economia regional e o volume de comercialização dos ovos e da carne. Em pouco mais de um ano de atividades, foram 186 produtores atendidos, 193 visitas realizadas e 37 plantéis legalizados.

- **Piscicultura:** Uma nova legislação, reabertura de um centro de pesquisa e capacitações gratuitas. Essas foram algumas das conquistas que beneficiaram dezenas de produtores de peixe.

- **Turismo rural:** Uma extensa área verde, recursos hídricos e estabelecimentos especializados em lazer fora do ambiente urbano são alguns dos atrativos de Uberlândia-MG. Depois de ser excluído do Mapa do Turismo Brasileiro em 2016, o município voltou a figurar no documento oficial que reúne os principais atrativos do país. Entre as ações da gestão está a catalogação de atrativos, que mapeou os serviços e infraestruturas capazes de atrair pessoas para lazer ou negócios, como hotéis fazenda, pesque-pagues e restaurantes.

- **Gastronomia:** A riqueza da culinária mineira é reconhecida pela sua alta qualidade e diversidade. Por isso, a Prefeitura tem feito uma série de eventos para valorizar as delícias regionais. O Mercado Municipal, um dos pontos turísticos mais tradicionais da cidade, sediou três edições do Circuito Gastronômico, que teve objetivo de fomentar a cozinha local por meio da elaboração de receitas típicas utilizando ingredientes fornecidos por produtores cadastrados. A cada edição, um ingrediente foi o grande protagonista- são eles: queijo mineiro, pescado e o frango caipira. (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2019b, p. 1).

O programa visa incentivar o empreendedorismo rural de pequeno e médio porte, auxilia os produtores rurais, a partir de apoio técnico, a profissionalizar seu negócio (G1, 2018c). E “o programa conta com uma parceria com IMATER, EMBRAPA, IFTM, SEBRAE, SENAC, SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA”(SILVA *et al.* , 2018).

Segundo Cezarino *et al.* (2019), essa ação impacta no desenvolvimento dos seguintes ODS: 1 (Erradicação da Pobreza), 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 8 (Trabalho decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Estes, por sua vez, influenciam nos seguintes fatores de internacionalização da cidade:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);

4. Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;

(...)

7. Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);

(...)

10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais;

(...)

13. Tem uma população com composição étnica diversificada.
(SOLDATOS, 1996, p. 216)

Esse projeto, por envolver vários setores de economia sustentável rural e influenciar no turismo, irá gerar grande influxo de renda para a população, mitigando a pobreza local. Por envolver produção agrícola e animal, irá melhorar a questão da fome na cidade, além do fato de as famílias poderem produzir e gerar renda sustentável.

Nesse sentido, a prefeitura busca efetuar compras sustentáveis, permitindo um mercado para essas famílias, o que faz parte de uma cidade sustentável. E as famílias conseguem um trabalho decente, de modo a diminuir a desigualdade local. Com esse desenvolvimento econômico e melhoria na qualidade de vida, novas instituições e pessoas de outras localidades serão atraídas a se instalarem na cidade.

Novamente vale ressaltar a importância da atuação de vários atores, em diferentes níveis territoriais, para se alcançar o desenvolvimento de um projeto como esse, destacando-se a existência de uma governança multinível.

3.2.9. COMTUR E AMITAM

Dentre outras ações na área de turismo, podemos citar o COMTUR e a participação da cidade na AMITAM. O primeiro é o Conselho Municipal de Turismo que, segundo Cezarino *et al.* (2019), existe para estruturar o turismo na cidade, promovendo, divulgando, apoiando e facilitando ações turísticas. A Lei 7.951, de 5 de Março de 2002, estabelece que:

Art. 2. Compete ao Conselho Municipal de Turismo:

I – estabelecer diretrizes para o trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infraestrutura necessária à implantação do turismo;

II – propor resoluções ou instruções regulamentares necessárias ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares a fim de facilitar as atividades do turismo;

III – estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do Município, a fim de contar com dados necessários para um adequado controle técnico;

IV – promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;

V – apoiar, em nome da Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG, a realização de congressos, seminários e convenções, de relevante interesse para o implemento turístico do Município;

VI – implementar convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais de turismo, com o objetivo de proceder a intercâmbios de interesse turístico;

VII – propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas;

VIII – implantar, regulamentar e administrar o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;

IX – desenvolver demais atividades afins. (UBERLÂNDIA-MG, 2020b, p. 407).

Nesse sentido, em 2020 a SEDEIT elaborou junto ao COMTUR o Plano Municipal de Turismo (PMTur), o qual define estratégias, ações e metas para os anos de 2020 a 2023 no setor turístico da cidade (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2020e). O plano define que:

Na implementação do PMTur deverão ser seguidos os seguintes pilares para o setor turístico:

- Captação de Eventos e de Recursos Financeiros;
- Capacitação Profissional;
- Fortalecimento do Turismo de Negócios;
- Promoção do Turismo Rural, Cultural, de Entretenimento, Religioso e Gastronômico;
- Estímulo à Comercialização e Prospecção do Destino;
- Fortalecimento da Infraestrutura Urbana e Turística;
- Consolidação do Sistema de Atendimento ao Turista (Priorizar o melhor atendimento ao turista em consonância com a atuação e atribuição da sociedade);
- Estímulo à Geração de emprego e renda associada a Indústria do Turismo. (UBERLÂNDIA-MG, 2020b, p. 409)

O próprio PMTur já cita a participação da cidade no circuito turístico AMITAM (Associação dos Municípios de Interesse Turístico da Alta Mogiana). O convênio foi celebrado em 2015, pelo Decreto nº 16.237, de 30 de Dezembro de 2015, cujo artigo 1º estabelece:

Art. 1º Fica a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, autorizada a representar o Município de Uberlândia-MG perante Associação dos Municípios de Interesse Turístico da Alta Mogiana – AMITAM, Circuito Alta Mogiana, com objetivo de promover o desenvolvimento do turismo na cidade e a participação no Programa de Regionalização do Turismo no Estado de Minas Gerais. (UBERLÂNDIA-MG, 2015, p. 7 e 8)

O circuito abrange 29 municípios do nordeste do Estado de São Paulo e do Triângulo Mineiro, e tem como objetivo resgatar a história e, ao mesmo tempo, promover setores econômicos e sociais das cidades que eram atravessadas pela linha férrea Alta Mogiana (UBERLÂNDIA-MG, 2020b).

O COMTUR e a AMITAM visam à promoção do turismo da cidade, sendo que a SEDEIT considera o turismo como “um fenômeno econômico e social capaz de gerar emprego e renda, com potencial de contribuir significativamente com o desenvolvimento econômico de um destino por meio de políticas públicas adequadas, capazes de estimular e fomentar o seu desenvolvimento” (UBERLÂNDIA-MG, 2020b, p. 405).

Interessante destacar que, segundo a Prefeitura de Uberlândia-MG (2019c), a cidade subiu de categoria no Ministério de Turismo, sendo considerada, em 2019, uma das cidades que mais recebem turistas, tendo a maior quantidade de emprego e estabelecimentos no setor de hospedagem. Uberlândia-MG tem forte vocação para o turismo de negócios e conta com mais de 5,5 mil leitos hoteleiros.

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2019d, p.1), somente 62 municípios do país se encaixam nessa “categoria A”, que “representa as capitais e os municípios com maior fluxo turístico, maior número estabelecimentos, empregos e arrecadação de impostos federais no setor de hospedagem”.

Ainda segundo o Ministério, o turismo de Uberlândia-MG, em 2019, empregou 907 pessoas em 54 estabelecimentos, recebeu 18.732 visitas (3% das visitas nacionais) e arrecadou R\$ 15.911.440,00.

Considerando seus impactos nos ODS, Cezarino *et al.* (2019) afirma que essas ações relativas ao turismo geram influência nos objetivos 8 (Trabalho decente e Crescimento Econômico), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis). Assim sendo, essas ações irão influenciar nos seguintes fatores de internacionalização da cidade:

2. Recebe fatores de produção estrangeiros (investimento, mão-de-obra, etc.) e fluxo de comércio (mercadorias e serviços);

3. Abriga instituições estrangeiras e internacionais (empresas, bancos e diversas outras instituições socioeconômicas, culturais e científicas; organizações internacionais; etc.);
 4. Exporta fatores de produção e suas instituições econômicas, sociais, culturais e científicas têm presença no exterior;
 5. Multiplicidade de comunicações sociais com o exterior;
 6. É diretamente interligada com o exterior por meios de transportes e de comunicações;
 7. Possui um setor de serviços voltado para o exterior e oferecendo um sistema de suporte aos atores estrangeiros ou internacionais (hotéis, escolas internacionais, centros de convenções, etc.);
 - (...)
10. Abriga instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais;
 11. Exerce uma paradiplomacia urbana (pública ou privada), apoiada em serviços especializados de relações internacionais e em estratégias de internacionalização;
 12. Mantém entendimentos (acordos, protocolos, etc.) com atores estrangeiros ou internacionais e participa das redes internacionais de cidades ou de instituições de cidades. (SOLDATOS, 1996, p. 216)

Essas relações podem ser feitas uma vez que o turismo gera renda e emprego para a população local e acaba fomentando o desenvolvimento econômico da cidade. O desenvolvimento econômico, por sua vez, gera avanço na indústria, infraestrutura e inovação. E, no que tange a consumo e produção sustentáveis, está relacionado à preocupação com a preservação histórica e ambiental, às quais circuitos turísticos como a AMITAM dão enfoque.

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico gerará fluxo de comércio e incentivo a alocação de novas instituições na cidade. Nesse sentido, irá gerar novos empreendimentos que poderão exportar fatores de produção, além do intercâmbio cultural. Com isso, gerará necessidade de comunicação da cidade com o exterior, seja de forma digital ou física, e desenvolverá o setor de paradiplomacia na busca de novos negócios e turistas.

CONCLUSÃO

A partir deste estudo, podemos concluir que, apesar da ter criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CODEN “Uberlândia 2100”) para a inserção internacional do município, fica claro que tal processo ainda está muito incipiente e tem certa descontinuidade.

O processo de internacionalização de Uberlândia-MG não está seguindo os preceitos de uma política externa municipal, conforme definida por Mónica Salomón, de modo a não agir forma estratégica. É visível que a atuação internacional da cidade vem sendo executada por atores de forma desarticulada, seja pela prefeitura, por empresas, universidades, e outras instituições. Dessa forma, não se vê continuidade nos acordos e projetos internacionais.

À primeira vista, o processo de implementação dos ODS está mais presente na cidade por já ter programas e projetos que acabam por trabalhar tais metas e objetivos, mesmo que de forma não proposital.

Os projetos estimulados pela Prefeitura de Uberlândia-MG, em parceria com outros atores, permitiram identificar em que medida o município já vem implementando os ODS. Mesmo que de forma não intencional, tais programas estão fomentando áreas essenciais para o sucesso da Agenda 2030 da ONU, ao mesmo tempo em que acabam por desenvolver campos elementares para a internacionalização da cidade.

Ao implementar programas de incentivo ao investimento e atração de empresas, a Prefeitura, além de estar trabalhando para a melhoria do desenvolvimento econômico da cidade e qualidade de vida da sua população, está também criando uma base para que sejam alcançados os seguintes fatores de internacionalização (dentre todos os 13 estabelecidos por Panayotis Soldatos para caracterizar uma cidade internacional): receber fatores de produção estrangeiros e fluxo de comércio; abrigar instituições estrangeiras e internacionais; e abrigar instituições nacionais, regionais e locais de reputação internacional ou ativas no âmbito das relações internacionais.

Ao incentivar e coordenar ações voltadas ao turismo, a Prefeitura trabalha também com a melhoria da renda e qualidade de vida da população, mas está criando o alicerce para outro fator de internacionalização, que se refere ao setor de apoio ao estrangeiro.

Em contrapartida, apesar de a Prefeitura participar do CODEN na iniciativa de tentar coordenar estrategicamente a internacionalização da cidade, o município não tem um setor de Relações Internacionais institucionalizado, o que explica em parte o motivo de a

paradiplomacia da cidade ser razoavelmente fraca, longe de se chegar a uma política externa municipal. Além disso, o CODEN depende de infraestrutura do município para poder colocar em prática os 13 fatores de internacionalização apontados por Soldatos. Ademais, não fica claro se o CODEN está trabalhando para alcançar tais fatores, ou mesmo se ainda está na ativa.

Nesse sentido, este trabalho mostra que o município deve continuar focado na implementação dos ODS de forma mais comprometida, pois com isso a cidade irá criar uma melhor base para o seu processo de internacionalização, haja vista o forte impacto dos objetivos da Agenda 2030 nos fatores que contribuem para que a cidade se torne internacional.

À medida que a cidade cria melhor qualidade de vida para sua população, cria também, em trabalho conjunto com atores dos níveis estadual e federal, saúde e educação mais coerente e resiliente, possibilita um mercado de trabalho mais pulsante e mais atraente para investimentos e empresas internacionais. Trata-se, portanto, de uma governança multinível. Além disso, com os ODS a cidade cria uma imagem mais atraente no cenário internacional, o que é importante para a atuação externa, conforme o marketing de cidades definido por Mónica Salomón.

Portanto, fica claro que a cidade deve se preocupar, primeiramente, em implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma vez que estes já estão em andamento através dos programas municipais e servirão como parte de uma estratégia para se alcançar a internacionalização da cidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS – ASN. **Internacionalização de Uberlândia é destaque em evento em BH.** Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<http://www.mg.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/MG/internacionalizacao-de-uberlandia-e-destaque-em-evento-em-bh,e43d40a14594f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS – ASN. **R\$ 140 milhões é a marca da Rodada de Negócios do Sebrae no CITIES.** Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://www.mg.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/MG/r-140-milhoes-e-a-marca-da-rodada-de-negocios-do-sebrae-no-cities,4285561b47f95610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

ALBU, Angela. Industrial Symbiosis: An Innovative Tool for Promoting Green Growth. 2017. In: LEAL FILHO, Walter; POCIOVALISTEANU, Diana-Mihaela; AL-AMIN, Abul Quasem (ed.). **Sustainable Economic Development: Green Economy and Green Growth.** Switzerland: Springer International Publishing, 2017.

ANDRADE, Leandro. **Entrevista Políticas Públicas Sedeit.** Entrevista concedida a Luciana Cezarino na Prefeitura de Uberlândia, em 09 de julho de 2018.

ATLAS BRASIL. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil:** Uberlândia-MG, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/uberlandia_mg>. Acesso em: 29 Maio 2020.

AUDET, René; GENDRON, Corinne. The Social and Political Construction of Sustainable Development in Quebec: A Critical Analysis of the Quebec Sustainable Development Policy. In: BRUYNINCKX, Hans; HAPPAERTS, Sander; VAN DEN BRANDE, Karoline (ed.). **Sustainable Development and Subnational Governments - Policy-Making and Multi-Level Interactions.** Hampshire, UK: Palgrave Macmillan, 2012. p. 27-48. https://doi.org/10.1057/9781137005427_2.

BACHE, Ian; FLINDERS, Matthew. **Multi-level Governance.** New York: Oxford University Press Inc., 2004. <https://doi.org/10.1093/0199259259.001.0001>.

BACHUS, Kris; SPILLEMAEKERS, Sophie. Inclusive Governance or Incrementalism? The Choice of a Sustainable Development Governance Model for Flanders. In: BRUYNINCKX, Hans; HAPPAERTS, Sander; VAN DEN BRANDE, Karoline (ed.). **Sustainable Development and Subnational Governments - Policy-Making and Multi-Level Interactions.** Hampshire, UK: Palgrave Macmillan, 2012. p. 49-66.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS – BDMG. **Série Cidades Mineiras: Uberlândia.** Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://bdmgorienta.bdmg.mg.gov.br/uberlandia-cidades-mineiras>>. Acesso em: 26 Maio 2020.

BANDOS, Melissa F.C.; MAGLIO, Andréia C. R. A teoria de sistemas aplicada em um projeto de política pública de desenvolvimento regional sustentável. **7º Congresso de**

Iniciação Científica: Teorias e práticas em pesquisas multidisciplinares. Franca: Uni-Facef, 2011.

BIGGERI, Mario; FERRANNINI, Andrea. **Sustainable Human Development: A New Territorial and People-Centred Perspective.** Hampshire, UK: Palgrave Macmillan, 2014. <https://doi.org/10.1057/9781137380296>.

BORBÉLY, Emese. The Relevance of Cultural Diversity in Ethical and Green Finance. In: LEAL FILHO, Walter; POCIOVALISTEANU, Diana-Mihaela; AL-AMIN, Abul Quasem (ed.). **Sustainable Economic Development: Green Economy and Green Growth.** Switzerland: Springer International Publishing, 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar Nº 147, de 7 de Agosto de 2014.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LCP/Lcp147.htm>. Acesso em: 20 Maio 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Agendas ODS no SIOP: Relatório Anual de Monitoramento, Ano-base 2017.** Brasília-DF, 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/123456789/1075/Volum_e%20I%20-%20ODS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Ministério Das Relações Exteriores – MRE. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, 2019a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em: 20 maio 2019.

BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência Da República – SEGOV. **Governança Nacional para os ODS.** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Brasília, 2019b. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ods/noticias/governanca-nacional-para-os-ods>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar No. 123, de 14 de Dezembro de 2006.** Brasília, 2019c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 25 Maio 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo** – Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. Brasília, 2019d. Disponível em: <http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=272>. Acesso em: 13 Maio 2020

BURITY, Valéria et al. **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CAIADO, Rodrigo G.G. et al. A literature-based review on potentials and constraints in the implementation of the sustainable development goals. **Journal of Cleaner Production**, Vol. 198, p. 1276-1288, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.07.102>.

CAMPBELL, Tim; FUHR, Harald. Introduction and Preview. In: CAMPBELL, Tim; FUHR, Harald (ed.). **Leadership and Innovation in Subnational Government: Case Studies from Latin America.** Washington, DC: The World Bank, 2004. p. 3-10.

CENTER FOR ECONOMIC AND SOCIAL RIGHTS – CESR. **From Disparity to Dignity: Tackling economic inequality through the Sustainable Development Goals.** New York, 2016. Disponível em: <https://www.cesr.org/sites/default/files/disparity_to_dignity_SDG10.pdf>. Acesso em: 10 Maio 2020.

CENTRO INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DE MINAS GERAIS – CIEMG. **Energias renováveis em pauta:** SUPER - Sustentabilidade Urbana pelas Energias Renováveis tem apoio do PCIR. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://www7.fiemg.com.br/ciemg/eventos/detalhe/Energias-renovaveis-em-pauta->>. Acesso em: 05 Maio 2020.

CEZARINO, Luciana O. et al. **Localização de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo da Prefeitura Municipal de Uberlândia - MG.** Working Paper: Relatório de Projeto de Extensão SIEX – FAGEN/UFU, 2018/2019.

CHALOUX, Annie; PAQUIN, Stéphane. Green Paradiplomacy in North America: Successes and Limits of the NEG-ECP. In: BRUYNINCKX, Hans; HAPPAERTS, Sander; VAN DEN BRANDE, Karoline (ed.). **Sustainable Development and Subnational Governments - Policy-Making and Multi-Level Interactions.** Hampshire, UK: Palgrave Macmillan, 2012. p. 1-26. https://doi.org/10.1057/9781137005427_12.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Boas Práticas Municipais na Aplicação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.** Brasília-DF, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **Práticas e ações internacionais:** Como meu Município pode ser Parte? Brasília, 2018. Disponível em: <[https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Praticas%20e%20Acoes%20Internacionais%20\(2018\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Praticas%20e%20Acoes%20Internacionais%20(2018).pdf)>. Acesso em: 10 out. 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **Mandala Municipal – Uberlândia/ MG.** Brasília, 2020. Disponível em: <<http://ods.cnm.org.br/mandala-municipal>>. Acesso em: 29 Maio 2020.

DATA VIVA. **Uberlândia-MG.** Uberlândia, 2020. Disponível em: <<http://dataviva.info/pt/location/4mg080609>>. Acesso em: 26 Maio 2020.

DEMETRIADES, Panicos O.; MAMUNEAS, Theofanis P. Intertemporal Output and Employment Effects of Public Infrastructure Capital: Evidence from 12 OECD Economies. **The Economic Journal**, vol. 110, n. 465, p. 687-712, 2000. Disponível: <www.jstor.org/stable/2565922>. Acesso em: 26 Jun. 2020. <https://doi.org/10.1111/1468-0297.00561>.

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA-MG. **Empreendedorismo:** Ecossistema reforça o conceito de cidade inovadora. Uberlândia, 2018. Disponível em: <<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/17791/empreendedorismo>>. Acesso em: 10 Jan. 2019.

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA-MG. **Uberlândia recebe Startup Weekend voltado para diversidade e inclusão social.** Uberlândia, 2019. Disponível em:

<<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/23000/uberlandia-recebe-startup-weekend-voltado-para-diversidade-e-inclusao-social>>. Acesso em: 04 Maio 2020.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. Uberlândia lidera ranking nacional de energia solar. Uberlândia, 2019. Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/negocios/uberlandia-lidera-ranking-nacional-de-energia-solar>>. Acesso em: 05 Maio 2020.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. Uberlândia faz licitação de lotes do Polo Tecnológico. Uberlândia, 2020. Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/exclusivo/uberlandia-lanca-edital-de-r-75-mi-para-venda-de-lotes>>. Acesso em: 05 Maio 2020.

DUCHACEK, Ivo D. Perforated Sovereignties: Towards a Typology of New Actors in International Relations. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis (org). **Federalism and International Relations: the role of subnational units**. Oxford: Oxford University Press, 1990, p. 1-33.

EMBRAPA. Erradicação da Pobreza: contribuições da Embrapa. Brasília-DF, 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes-/publicacao/1099041/erradicacao-da-pobreza-contribuicoes-da-embrapa>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

ESTRATÉGIA ODS. O que são os ODS?: História. 2018. Disponível em: <<http://www.estategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/historia>>. Acesso em: 2 set. 2018.

FEDERAÇÃO DA INDÚSTRIA MINEIRA – FIEMG. CITIES 2018 é encerrado em Uberlândia com resultados que superaram as expectativas. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<https://www7.fiemg.com.br/regionais/vale-do-paranaiba/noticias/detalhe/cities-2018-e-encerrado-em-uberlandia-com-resultados-que-superaram-as-expectativas>>. Acesso em: 08 Jul. 2019.

FERREIRA, Marcos A.S.V. ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 255-268.

FERRI, Giovanni; SEDEHI, Habib. The System view of the Sustainable Development Goals. **Center for Relationship Banking of Economic and Political Sciences and of Modern Languages - Working Paper**, n. 28, 2018. DOI: 10.13140/RG.2.2.21412.32641. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3287918>.

FLORINI, Ann; PAULI, Markus. **Collaborative governance for the Sustainable Development Goals.** Asia and the Pacific Policy Studies. Wiley, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/app5.252>>. Acesso em: 05 de Dez. 2018.

FOURNIER, Jean-Marc. The Positive Effect of Public Investment on Potential Growth. **OECD Economics Department Working Papers**, n. 1347, 2016. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/economics/the-positive-effect-of-public-investment-on-potential-growth_15e400d4-en>. Acesso em: 25 Jun. 2020.

G1 – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. Uberlândia assina acordo de cooperação internacional com Reino Unido. Uberlândia, 2018a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/uberlandia-assina-acordo-de-cooperacao-internacional-com-reino-unido.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

G1 – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. Uberlândia é sede do 2º Congresso Internacional de Tecnologia, Inovação, Empreendedorismo e Sustentabilidade. Uberlândia, 2018b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/uberlandia-assina-acordo-de-cooperacao-internacional-com-reino-unido.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

G1 – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. Programa de incentivo ao empreendedorismo rural tem início em Uberlândia. Uberlândia, 2018c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/programa-de-incentivo-ao-empreendedorismo-rural-tem-inicio-em-uberlandia.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

G1 – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. Prefeitura de Uberlândia lança projeto econômico para atrair investimentos nacionais e internacionais. Uberlândia, 2019a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/02/20/prefeitura-de-uberlandia-lanca-projeto-economico-para-atrair-investimentos-nacionais-e-internacionais.ghtml>>. Acesso em: 2 Maio 2020.

G1 – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. Uberlândia registra aumento de 24% no número de novas empresas. Uberlândia, 2019b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/01/17/uberlandia-registra-aumento-de-24-no-numero-de-novas-empresas.ghtml>>. Acesso em: 2 Maio 2020.

G1 – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. Rede de supermercados pretende abrir 5 lojas em Uberlândia e gerar mais de 1 mil empregos na cidade até dezembro. Uberlândia, 2019c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/02/22/rede-de-supermercados-pretende-abrir-5-lojas-em-uberlandia-e-gerar-mais-de-1-mil-empregos-na-cidade-ate-dezembro.ghtml>>. Acesso em: 2 Maio 2020.

G1 – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. Cresce o número de novas empresas em Uberlândia e Uberaba, aponta Junta Comercial. Uberlândia, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/01/27/cresce-o-numero-de-novas-empresas-em-uberlandia-e-uberaba-aponta-junta-comercial.ghtml>>. Acesso em: 2 de Maio 2020.

GALVÃO, Thiago G. ODS 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais.** João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 209-234.

GALVÃO, Thiago G.; MONTEIRO, Guilherme A. ODS 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais.** João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 117-138.

GIANNINI, Renata Avelar. ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas sustentável. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos**

de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 95-116.

GONÇALVES, Alcindo. O conceito de governança. **XIV Encontro do Conpedi**, p. 16, 2005. Disponível em: <https://social.stoa.usp.br/articles/0016/1432/Governanca_a100913.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GRAY, Peter; DILYARD, John. Increasing the Contribution of Foreign Investment to Sustainable Development: Domestic and International Policy Measures. In: UNITED NATIONS. **Finance for Sustainable Development Testing New Policy Approaches**. Proceedings of the Fifth Expert Group Meeting on Finance for Sustainable Development. New York: United Nations Publication, 2002. p. 135-158.

GUAY, Terrence. Local Government and Global Politics: The Implications of Massachusetts' "Burma Law". **Political Science Quarterly**, Vol. 115, n. 3, pp. 353-376, 2000. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2658123>>. Acesso em: 13 Maio 2019. <https://doi.org/10.2307/2658123>.

HÁK, Tomás; JANOUSKOVÁ, Svatava; MOLDAN, Bedrich. Sustainable Development Goals: A need for relevant indicators. **Ecological Indicators**, Vol. 60, p. 565-573, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2015.08.003>.

HALATI, Abolhassan; HE, Yuanjie. Intersection of economic and environmental goals of sustainable development initiatives. **Journal of Cleaner Production**, vol. 189, p. 813-829, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.03.322>.

HOCKING, Brian. Patrolling the 'Frontier': Globalization, Localization and the 'Actorness' of Non-Central Governments. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael. **Paradiplomacy in Action**: The Foreign Relations of Subnational Governments. Oxon: Routledge, 2013. p. 17-39.

HOOGHE, Liesbert; MARKS Gary. Types of multi-level governance. **European Integration online Papers**, v. 5, n. 11, 2001. Disponível em: <<http://eiop.or.at/eiop/texte/2001-011.htm>>. Acesso em: 20 maio 2018.

HURRELL, Andrew. International society and global governance. **Lua Nova**, n.46, pp. 55-75, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n46/a03n46.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000100003>.

ICHIKAWA, Hiroo; YAMATO, Norio; DUSTAN, Peter. Competitiveness of Global Cities from the Perspective of the Global Power City Index. **Procedia Engineering**, Vol. 198, p. 736-742, 2017. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877705817329727#bibl0005>>. Acesso em: 29 Out. 2018. <https://doi.org/10.1016/j.proeng.2017.07.125>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Portal Cidades – Uberlândia - Panorama**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>>. Acesso em: 26 Maio 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2018. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nacionais_obj_de_desenv_sustentavel_propos_de_adequa.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY – IEA; INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY – IRENA; UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION – UNSD; WORLD BANK GROUP; WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Tracking SDG 7: The Energy Progress Report 2019.** Washington, DC, 2019. Disponível em: <https://www.seforall.org/sites/default/files/2019-05/TrackingSDG7_report-2019.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

JAIN, Purnendra. **Japan's subnational governments in international affairs.** Oxon: Routledge, 2005. <https://doi.org/10.4324/9780203413906>.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – JUCEMG. **Governo de Minas e Jucemg lançam o serviço Minas Fácil para 59 municípios mineiros.** Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://jucemg.mg.gov.br/noticia/278/Governo+de+Minas+e+Jucemg+lan%C3%A7am+o+servi%C3%A7o+Minas+F%C3%A1cil+para+59+munic%C3%ADpios+mineiros>>. Acesso em: 25 Maio 2020.

KEATING, Michael. *Regiones y Assuntos Internacionales: Motivos, Oportunidades y Estrategias.* 2000. In: VIGEVANI, Tullo et al.(org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais.** São Paulo: EDUC; Bauru, SP: Fundação Editora da Unesp; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence.** United States: Person Education, Inc., 4ed., 2012.

KLOPP, Jacqueline M.; PETRETTA, Danielle L. The urban sustainable development goal: Indicators, complexity and the politics of measuring cities. **Cities**, Volume 63, p. 92-97, Elsevier, 2017. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264275116303122>>. Acesso em: 27 de Agosto de 2018. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2016.12.019>.

LE BLANC, David. Towards Integration at Last? The Sustainable Development Goals as a Network of Targets. **DESA Working Paper**, No. 141, Março, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/esa/desa/papers/2015/wp141_2015.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

LIMA, Thiago. ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais.** João Pessoa: Editora UFPB, 2019, p. 43-62.

LOCAL AUTHORITIES MAJOR GROUP. **Position Paper on the High-level Political Forum.** Sustainable Development Knowledge Platform, 2018. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=30022&nr=270&menu=3170#>>. Acesso em: 02 de jul. 2018.

LOPES, Ademil L. Globalização, Governança e Novos Atores. **Revista ReBraM**, v. 11, n. 2, p. 130-139, 2015. Disponível em:

<<http://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/182>>. Acesso em 15 de novembro 2017. <https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBrA/2007.v11i2.182>.

MARKS, Gary; HOOGHE, Liesbert. Contrasting visions of multi-level governance, 2004. In: Ian Bache e Matthew Flinders (Ed.). **Multi-level governance**. Oxford, UK: Oxford University Press Inc., 2004. p. 15-30. <https://doi.org/10.1093/0199259259.003.0002>.

MELAMED, Claire; SCOTT, Lucy. **After 2015:** Progress and Challenges for Development. Overseas Development Institute, Março, 2011. Disponível em: <<https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7061.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

MENEZES, Henrique Z. ODS 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. 2019a. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p.189-208.

MENEZES, Henrique Z. Introdução: Apresentando os objetivos de desenvolvimento sustentável. 2019a. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p.11-20.

MENEZES, Henrique Z.; BORGES, Luciana C.; PRANDI, Daniela. ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades. 2019. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p.63-78.

MICHELMANN, Hans J. Conclusion. 1990. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis (org). **Federalism and International Relations**: the role of subnational units. Oxford: Oxford University Press, 1990. p.299-315.

MINILLO, Xaman K. P.; LIMA, Marne T. L. S. ODS 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 269-286.

MOREIRA, Helena M. ODS 13 “Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos” (ODS12, ODS14, ODS15). 2019. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019, p. 235-254.

NAÇÕES UNIDAS. **Rio+20 termina e documento final ‘O Futuro que Queremos’ é aprovado com elogios e reservas**. Nova York, 2012. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/rio20-termina-e-documento-final-o-futuro-que-queremos-e-aprovado-com-elogios-e-reservas/>>. Acesso em 20 jul. 2018.

NAÇÕES UNIDAS, **17 Objetivos para transformar nosso mundo**. Nova York, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Nações Unidas do Brasil – Conheça – História**. Nova York, 2018a. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>>. Acesso em 20 de nov. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Nações Unidas no Brasil. Nova York, 2018b. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/tema/odm/>>. Acesso em: 02 set. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nações Unidas no Brasil. Nova York, 2018c. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. **Como Funciona.** Nações Unidas no Brasil. Nova York, 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/>>. Acesso em: 02 de julho 2019.

NETWORK OF REGIONAL GOVERNMENTS FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT - NRG4SD. **SDGs at the Subnational Level: Regional Governments in the Voluntary National Reviews.** 2018. Disponível em: <<http://www.nrg4sd.org/wp-content/uploads/2017/07/SDGsatSubnationalLevel.pdf>>. Acesso em: 02 de jul. 2018.

NU, Chandrasekhara Rao; BATHLA, Seema; KUMAR, Anjani; JHA, Girish. **Agriculture and sustainable development goals: an overview and issues.** Agricultural Economics Research Review. 31, Novembro 2018. DOI: 10.5958/0974-0279.2018.00016.2. <https://doi.org/10.5958/0974-0279.2018.00016.2>.

ODM BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Open Government:** The Global Context and the Way Forward. Paris: OECD Publishing, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264268104-en>>. Acesso em: 15 Mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO – OMC. **Aid for Trade at a Glance 2017:** Promoting Trade, Inclusiveness and Connectivity for Sustainable Development. Genebra: OMC; Paris: OECD Publishing, 2017. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/development/aid-for-trade-at-a-glance-2017_aid_glance-2017-en>. Acesso em: 05 Maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL - ONUBR. **Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** orientações para organizações políticas e a cidadania. ONU no Brasil-DF, 2018. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/articulando-os-programas-de-governos-com-a-agenda-2030-para-o-de.html>>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL - ONUBR. **Documentos temáticos:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 6 - 7 - 11 - 12 – 15. Brasília-DF: 2018a. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/documentos-tematicos---ods-6---ods-7---ods-11---ods-12-e-ods-15.html>>. Acesso em: 18 Fev. 2020.

PAIVA, Iure. ODS 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 139-152.

PEDERSEN, Claus S. The UN Sustainable Development Goals (SDGs) are a great gift to business! **25th CIRP Life Cycle Engineering (LCE) Conference**. Copenhagen: Elsevier, 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212827118300040>>. Acesso em: 27 Ago. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**: Subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/acompanhando-a-agenda-2030.html>>. Acesso em: 1 de Dez. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **O que é o IDHM**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>>. Acesso em: 21 Mar 2020.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Projeto de Lei Complementar No. 023/2017**. Uberlândia, 2017. Disponível em: <http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/18270.pdf>. Acesso em: 29 Maio 2020.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Vem Viver Inovar Investir**. Uberlândia, 2019a. Disponível em: <<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Vem-Viver-Inovar-Investir.pdf>>. Acesso em: 29 Mar 2020.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Programa Novo Agro comemora 2 anos com mais de 2 mil produtores beneficiados**. Uberlândia, 2019b. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/2019/11/29/programa-novo-agro-comemora-2-anos-com-mais-de-2-mil-produtores-beneficiados/>>. Acesso em: 29 de Mar 2020.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Uberlândia sobe de categoria em novo Mapa do Turismo Brasileiro**. Uberlândia, 2019c. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/2019/09/02/uberlandia-sobe-de-categoria-em-novo-mapado-turismo-brasileiro/>>. Acesso em: 29 Mar 2020.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **O que é Nota Fiscal de Serviços Eletrônica?** Uberlândia, 2020a. Disponível em: <<https://udigital.uberlandia.mg.gov.br/NotaFiscal/>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Empresa Fácil**. Uberlândia, 2020b. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/desenvolvimento-economico-inovacao-e-turismo/empresa-facil-2/>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. Polo Tecnológico. Uberlândia, 2020c. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/desenvolvimento-econômico-inovacao-e-turismo/polo-tecnologico/>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. Vem Investir. Uberlândia, 2020d. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/vem-investir/>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. Novo Plano Municipal de Turismo é desenvolvido. Uberlândia, 2020e. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/01/22/novo-plano-municipal-de-turismo-e-desenvolvido/>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

PROYECTO ALLAS. A irreversível internacionalização dos governos locais. Cidade do México, 2015. Disponível em: <<https://proyectoallas.net/wp-content/uploads/2018/01/Prácticas-y-Estrategias-de-Cooperación-Internacional-para-el-Desarrollo-Económico-Local.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

REVISTA PEQUENAS EMPRESAS & GRANDES NEGÓCIOS. Rapadura Valley? 5 polos de empreendedorismo que ganham força no Brasil: Conheça cidades que proporcionam as condições ideais para o surgimento de startups de sucesso. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Startups/noticia/2019/01/rapadura-valley-5-polos-de-empreendedorismo-que-ganham-forca-no-brasil.html>>. Acesso em: 10 Mar 2020.

REZENDE, Renato. **Entrevista Políticas Públicas Sedeit.** Entrevista concedida a Mariana Ferreira Seyfried e George Bandeira na Prefeitura de Uberlândia, em 04 de julho de 2018.

RIBEIRO, Maria Clotilde M. **Globalização e novos atores:** a paradiplomacia das cidades brasileiras. Salvador: EDUFBA, 2009. <https://doi.org/10.7476/9788523212018>.

RODRIGUES, Gilberto M. A. **Política Externa Federativa:** análise de ações internacionais de Estados e Municípios brasileiros. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Tatiana. **Entrevista Políticas Públicas Sedeit.** Entrevista concedida a Jéssica Damasceno na Prefeitura de Uberlândia, em 25 de junho 2018.

ROMANO, André L.; VALDÉS, Edmundo E.; TEIXEIRA, Isabela T.; SILVA, Íris B. Investimento em sustentabilidade corporativa versus retorno financeiro: abordagem integrada. **7º Congresso de Iniciação Científica:** Teorias e práticas em pesquisas multidisciplinares. Congresso Brasileiro de Sistemas. Franca: Uni-Facef, 2011.

ROSENAU, James N. Strong Demand, Huge Supply: Governance in an Emerging Epoch. In: BACHE, Ian Bache; FLINDERS, Matthew (Ed.). **Multi-level governance.** Oxford: Oxford University Press Inc., 2004. p. 31-48. <https://doi.org/10.1093/0199259259.003.0003>.

ROSENAU, James N. **The Study of World Politics - Volume 2:** globalization and governance. Oxon: Routledge, 2006. <https://doi.org/10.4324/9780203087787>.

SACHS, Jeffrey D. **The End of Poverty:** Economic Possibilities for Our Time. New York: The Penguin Press, 2005.

SACHS, Jeffrey et al. **SDG Index and Dashboards – Global Report**. New York: Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network (SDSN), 2016.

SALOMÓN, Mônica. A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas. In: Pinheiro, L.; Milani, C. R. (Org.). **Política Externa Brasileira: a prática das políticas e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011. p. 269-300.

SANTORO, Roberto; LEITMANN, Josef. Innovative Urban Transport in Curitiba, Brazil. 2004. In: CAMPBELL, Tim; FUHR, Harald (ed.). **Leadership and Innovation in Subnational Government**: Case Studies from Latin America. Washington, DC: The World Bank, 2004. p. 235-258.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Cartilha de Compras Sustentáveis Municipais**. Brasília- DF: Sebrae, 2017. Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/SEBRAE/Compras-Sustentaveis-Municipais.pdf>>. Acesso em: 11 Abr. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS – SEBRAE-MG. **A importância dos ODS para os pequenos negócios**. Belo Horizonte, 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS DE MINAS GERAIS – SEBRAE-MG. **Sala Mineira do Empreendedor**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <<https://sebraemg.com.br/salamineiradoempreendedor/>>. Acesso em: 10 maio 2020.

SILVA, Luciene A.; SANTOS, Giovana N. C.; LIMA, Thiago C. **Entrevista Políticas Públicas Sedeit**. Entrevista concedida a Mariana Ferreira Seyfried e George Bandeira na Prefeitura de Uberlândia, em 4 de julho de 2018.

SOLDATOS, Panayotis. An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign-policy Actors. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis (org.). **Federalism and International Relations**: the role of subnational units. Oxford: Oxford University Press, 1990. p.34-53.

SOLDATOS, Panayotis. La nouvelle génération de villes internationales: phénomène de segmentation dès roles traditionnels de l'état-nation. In: PHILIP, Christian; SOLDATOS, Panayotis (Ed.). **Au-delà et en deçà de l'état-nation**. Bruxelas: Bruylant, 1996. p. 203-236.

SOLDATOS, Panayotis. **Le Rôle International des Villes à L'aube du Millénaire**: Paradiplomatie, Gouvernance et Planification Stratégique Innovantes. Bruxelas: Bruylant, 2003.

STARTUP WEEKEND. **Startup Weekend**. 2020. Disponível em: <<https://startupweekend.org/>>. Acesso em: 04 Maio 2020.

SUSTAINABLE ENERGY FOR ALL – SEFORALL. **Energy Safety Nets: Using Social Assistance Mechanisms to Close Affordability Gaps for the Poor.** 2020. Disponível em: <<https://www.seforall.org/sites/default/files/2020-02/ESN-SEforall.pdf>>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

THE WORLD IN 2050 – TWI2050. **Transformations to Achieve the Sustainable Development Goals.** Report prepared by The World in 2050 initiative. International Institute for Applied Systems Analysis (IIASA), Laxenburg, Austria, 2018. Disponível em: <<http://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/15347/>>. Acesso em: 05 de Dezembro 2018.

UBERHUB. **Uberhub.** Uberlândia, 2018. Disponível em: <<http://www.uberhub.com.br>>. Acesso em: 10 Maio 2020.

UBERHUB CODE CLUB. **Quem Somos.** Uberlândia, 2020. Disponível em: <<https://uberhubcode.com.br>>. Acesso em: 10 Maio 2020.

UBERLÂNDIA-MG. **Atos do Poder Executivo - Administração Direta.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2013. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/4256-A-EspeciaL.pdf>>. Acesso em: 22 Maio 2020.

UBERLÂNDIA-MG. **Atos do Poder Executivo - Administração Direta.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2015. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/4800-Parte-2.pdf>>. Acesso em: 25 Maio 2020.

UBERLÂNDIA-MG. **Atos do Poder Executivo - Administração Direta.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2017a. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/5116.pdf>>. Acesso em: 22 Maio 2020.

UBERLÂNDIA-MG. **Atos do Poder Executivo - Administração Direta.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2017b. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/5272.pdf>>. Acesso em: 22 Maio 2020.

UBERLÂNDIA-MG. **Atos do Poder Executivo - Administração Direta.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2018. Disponível em: <<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/5431.pdf>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

UBERLÂNDIA-MG. Diário Oficial do Município. **Atos do Poder Executivo - Administração Direta.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2019. Disponível em: <<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/5646.pdf>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

UBERLÂNDIA-MG. **Compras Efetuadas por Período de 01/12/2019 até 31/12/2019.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2020a. Disponível em: <<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/Relat%C3%A7%C3%ADo-de-Compras-Efetuadas-DEZEMBRO-2019.pdf>>. Acesso em: 20 Abr. 2020.

UBERLÂNDIA-MG. **Atos do Poder Executivo - Administração Direta.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2020b. Disponível em: <<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/5779.pdf>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

UNITED NATIONS. **Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015.** New York, 2015. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf>. Acesso em 03 set. 2018.

UNITED NATIONS DOCUMENTS. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future.** New York, 2018. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 20 mar 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. **Programa de incentivo a programadores de softwares seleciona novos participantes.** Uberlândia, 2019. Disponível em: <<http://www.comunica.ufu.br/noticia/2019/07/programa-de-incentivo-programadores-de-softwares-seleciona-novos-participantes>>. Acesso em: 10 Maio 2020.

VAN DEN BRANDE, Karoline; BRUYNINCKX, Hans; HAPPAERTS, Sander. Introduction. In: BRUYNINCKX, Hans; HAPPAERTS, Sander; VAN DEN BRANDE, Karoline (ed.). **Sustainable Development and Subnational Governments - Policy-Making and Multi-Level Interactions.** Hampshire, UK: Palgrave Macmillan, 2012. p. 1-26. https://doi.org/10.1057/9781137005427_1.

VARGAS, Mojana. ODS 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. In: MENEZES, Henrique Zeferino de (org.). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais.** João Pessoa: Editora UFPB, 2019. p. 79-94.

WILLIAMS, Christopher; MARTINEZ, Candace A. Martinez. Government Effectiveness, the Global Financial Crisis, and Multinational Enterprise Internationalization. **Journal of International Marketing**, vol. 20, no. 3, 2012, pp. 65–78. Disponível em: <www.jstor.org/stable/23268740>. Acesso em: 4 Maio 2020. <https://doi.org/10.1509/jim.12.0078>.

YAHN FILHO, Armando G. A inserção internacional da cidade de Uberlândia-MG: um processo em evolução. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 8, 2019, p. 69-96. <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2019.v8n1.05.p69>.

ANEXO

Entrevistas Prefeitura de Uberlândia-MG – SEDEIT – como parte do Projeto executado “Localização de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo da Prefeitura Municipal de Uberlândia-MG – MG” pela Universidade Federal de Uberlândia-MG – Fagen

Entrevista I

ANDRADE, Leandro. Entrevista Políticas Públicas Sedeit. Prefeitura de Uberlândia-MG, 09 de julho 2018. Entrevista concedida a Luciana Cezarino.

NOME: Leandro Silva Andrade

CARGO: Diretor de Promoção de Investimentos e assuntos internacionais

() concursado (x) confiança

Qual seu nome completo? Leandro Silva Andrade.

Qual seu cargo? Diretor de promoção de investimentos e assuntos internacionais.

Você está começando essa gestão na prefeitura, ou você já vem de alguma gestão anterior? Não, eu passei por aqui na primeira gestão. Do segundo mandato do Odelmo eu tive o convite para vir na época para assumir a área de negócios, eu sou empresário, tenho empresas em outras áreas. E fiquei três anos e alguma coisa da outra gestão. E logo que virou o governo, veio o convite, e a gente veio.

E você é cargo de confiança? É.

Então me fala agora tenta me dar uma sequência de projetos que hoje você gerencia, qual seria o seu principal projeto? Acho que passaram para vocês aquele holograma com a estrutura da Secretaria. Os projetos da Diretoria de promoções de investimentos é gerar negócios. Então que é gerar negócios, gerar negócio primeiro é você trabalhar para o ambiente econômico da cidade seja propício à atração de recursos, de investidores, novas empresas, seja de próprio desenvolvimento econômico local e então é a diretoria que está mais ligada diretamente ao âmbito da Secretaria que é o Desenvolvimento Econômico. E aí nós temos três áreas específicas, uma área de projetos, onde toda a parte de infraestrutura empresarial, projetos de incentivo, grandes projetos, fica nessa coordenação. Nós temos uma área nova que é o núcleo de novos negócios e assuntos internacionais que foi criado em função do projeto de internacionalização da cidade, esse é um projeto que a gente, vem trabalhando muito no sentido de gerar competitividade. E essa, é inserir o município, inserir os negócios e inserir os projetos no contexto internacional. Nós entendemos que hoje é o

caminho para que o município se torne competitivo. E o terceiro eixo é o eixo de micro e pequenas empresas. Nós entendemos como sendo de fundamental importância o foco aos micro e pequenos negócios. Com políticas de fomento porque nós acreditamos que esse é um setor da economia que é diretamente sensível à política pública. Uma grande empresa tem lá suas áreas de estratégia e gestão, tem dinheiro para pagar consultoria, arquitetura tributária, e os pequenos negócios não. Da outra gestão, minha primeira passagem aqui eu foquei muito nos projetos de micro e pequena empresa, eu tinha acabado de fundar uma empresa na época. E o município gastava cerca de 90 dias para emissão de um alvará de funcionamento. E eu fiquei muito inquieto naquela ocasião quando me convidaram, eu falei a minha primeira bandeira vai se trabalhar com eixo de desburocratizar. Nós fizemos um trabalho grande aqui. Em cima disso. Nós sancionamos naquela época a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Era uma obrigatoriedade. Uma lei municipal. Essa lei ela traz a obrigação do município de trabalhar a micro e pequena empresa em vários eixos, desde a desburocratização, acesso a mercados, acesso a crédito, a própria educação empreendedora. Então foi uma lei que quando foi sancionada ela foi sancionada 100% e implementada com projetos em todos os seus capítulos. E ela nasceu da maneira inversa, porque quando nós propomos a lei o município foi contra. E aí ao nos deparar com um muro, o que nós fizemos, nós fomos construir os projetos que deveriam ser trabalhados na lei e fizemos essa agenda reversa. No momento que os projetos estavam todos desenvolvidos e que nós já tínhamos os dados a serem coletados, nós construímos uma minuta de lei implementada, então foi uma experiência de uma agenda reversa mesmo, antes de trabalhar a prática , de trabalhar a experiência, e depois a gente formalizar num instrumento jurídico, instrumento legal. Então essa lei nasceu 100% implementada, dela nós criamos o alvará provisório, que era a prerrogativa para a emissão de alvarás de modo imediato para empresas de baixo grau de risco. Fizemos um trabalho grande de classificação de cnais, para identificar aqueles negócios que não necessitavam de fiscalização para serem regulamentados, de baixa periculosidade, de baixo risco ambiental, de saúde, meio ambiente.

Então você pega lá uma consultoria, porque que eu vou demorar 90 dias para dar um alvará para uma consultoria, uma costureira, um escritório de advocacia. E aí nós fomos perceber que 80 por cento, 85 por cento dos negócios de uma cidade eram de baixo risco, e a cidade estava burocratizado. Então nós criamos esse trabalho, com a liberação do alvará, do alvará provisório. Muito bacana porque logo em seguida nós compramos um sistema que pegou todo esses processos legais, e nós amarramos num sistema que pudesse integrar aos outros entes, e

integrar a Junta Comercial, integrar a Receita Federal. E aí nós criamos, o Empresa Fácil que é um projeto, que tornou digital o processo de constituição empresarial de Uberlândia-MG e o alvará sai pra baixo grau de risco sem qualquer necessidade do empresário ou do contador vir à prefeitura, ele emite o alvará na casa dele. E aí nós caímos, com a Empresa Fácil, com o alvará provisório e o Minas fácil, nós saímos dos 90 fomos pra 15, 10 e hoje nós tivemos esse ano um recorde metro de abertura de empresas em Uberlândia-MG, em maio uma empresa que foi aberta em 57 minutos. Nós abrimos 245 empresas em maio, dessas 245, 52 por cento delas foram abertas em até três dias. Nós estamos com uma média de 6 dias. Então foi um trabalho grande, a cidade se tornou referência em desburocratização. Tem muito problema ainda, muito problema. Essas mesmas leis que nós, que nós aprovamos nessa época, e esses projetos que nós fizemos, estão sendo necessárias as suas revisões.

Me dá um horizonte de tempo, desde quando você começou com essa primeira, com a ideia da lei da Micro e Pequena Empresa, depois a criação dos projetos que trouxe essa agenda reversa, até você conseguir implementar esse alvará provisório, quando? De 2007 a 2012, foi o prazo que a gente completou todo esse processo. Ai em 13 houve uma desconstrução muito forte do processo, porque o conteúdo daquela história do Ministério Público, acessibilidade, foi uma coisa muito forte.

Então, essa é próxima pergunta inclusive. Quais foram as maiores dificuldades? A primeira dificuldade do projeto é você sensibilizar o servidor público que está acostumado com uma forma de trabalhar, e dizer para ele que a partir de agora ele não tem o carimbo mais. Então, que os processos, que as tomadas de decisão passariam a ser automático, isso gera um desconforto, isso gera uma insegurança até do ponto de vista jurídico, porque ele fala como assim eu vou liberar o alvará para as pessoas sem saber quem elas são. Só que a estrutura pública não cresce proporcional ao crescimento de uma cidade. Então, o convencimento interno foi a primeira barreira depois foi a gente poder sensibilizar os entes, né, então convencer uma Junta Comercial do Estado a fazer uma parceria. com um município nesse nível de integração foi outro desafio, porque são 853 municípios no Estado. Então a Jucemg topou a duras penas. E hoje o resultado de Uberlândia-MG é dispêndio para ela. E as próprias desconstruções, veio o Ministério Público exigiu que essas empresas não tivessem alvará liberado porque deveria ter habite, deveria ter acessibilidade. No auge do problema, eu estava o diretor da Aciub na época fui diretor da Aciub até recente. Por várias e várias vezes

ameaçaram fechar mais de quatro mil empresas em Uberlândia-MG. Então ao retomarmos o governo, a primeira ação foi o que, vamos ver onde que era o gargalo.

Desculpa, mas o Ministério Público chegou a entrar com tac? Chegou, chegou foi feito o Tac e tal. E aí a área de planejamento da prefeitura veio com uma proposta de também dar prazo aos empresários, mas fazendo com que isso não evitasse a liberação de alvarás. Porque são duas leis que se conflitam diretamente. A primeira é a lei do, realmente do alvará provisório, que é a rede sim, nacional. E a segunda é a lei da acessibilidade. Uma fala que o Habite-se não pode ser entrave para liberação de negócios. E a outra fala que nenhuma empresa pode ser regulamentada sem acessibilidade. Então são coisas que travam e aí você vai no contexto político e legal onde é que o Ministério Público quer focar. Como essa secretaria é uma secretaria que está no ambiente público mas ela é essencialmente privada. Ela tem ter visão privada, se ela não tiver visão privada ela não trabalha com negócios. Empresário que somos todos nós né, O Dilson é executivo, foi executivo da Algar a vida toda, foi vice presidente da Algar. Eu sou discípulo da Algar também, tenho meus negócios. Gustavo é empresário. Renato é o empresário. Rafael foi executivo da empresa. Então, boa parte das pessoas que estão aqui são pessoas de negócios que vêm para cá e o que a gente procura fazer é não aprender a trabalhar com gestão pública. Mas sim trabalhar para mudar a gestão pública. Então quando você pega lá o cara que a vida inteira regulamentou processos. A coisa foi mais ou menos assim. Transformar isso aqui em um ambiente político, pessoas que não têm ligação realmente com área de negócios do setor privado você perde interlocução. Então todos os projetos que a gente trata aqui a gente trata de uma maneira muito técnica.

Esse projeto não tem um nome propriamente dito, a gente pode chamar de desburocratização? Ele tem o nome de empresa fácil.

Esse empresa fácil é um projeto da prefeitura? E você falou também que tem o Minas Fácil? É o Minas Fácil é um projeto do governo do Estado é o integrador. Imagina assim, que para você abrir uma empresa você tem município, estado, União. O Estado e a União haviam integrado seus processos que é o Minas Fácil. A integração interna do município junto com esse integrador de cima chama Empresa Fácil. Então o processo de desburocratização local é

o Empresa Fácil. E aí a partir dele a gente veio desdobrando. Então está sendo inaugurada no próximo mês, a sala mineira do empreendedor. O que é a sala Mineira do Empreendedor.

Então o Empresa Fácil é o guarda-chuva desses outros projetos que você vai falar agora? Não, a Empresa Fácil é um projeto de desburocratização que vai permitir que agora a gente possa ramificar outras ações de desburocratização. Não é bem um guarda-chuva, é um porto de partida porque eu não poderia falar de desburocratização de processos sendo que o principal que é a abertura de empresas não seja fácil. Ou seja é o primeiro passo, é o primeiro e o mais complexo. Agora vem uma estrutura. A gente não gostaria que o empresário fizesse via sacra na prefeitura porque a prefeitura são várias prefeituras, dentro. Então tem secretarias que cooperam um pouco mais, tem secretaria que não coopera, tem midset diferente e tal. Então a ideia da Sala Mineira é o empresário resolver todas as suas questões num único local. Então eu quero abrir uma empresa. Eu não sei onde ir, ele vai na Sala Mineira. Eu quero saber o que eu preciso fazer para ter o alvará sanitário. Eu não sei onde ir, vai na Sala Mineira. Eu quero emitir uma guia de pagamento, para emitir nota fiscal, vai na Sala Mineira. Quero formalizar como microempreendedor individual, vai na Sala Mineira. Eu quero uma lista de contadores para poder me ajudar, vai lá. Quero tratar na junta comercial, Sala Mineira. Então tudo o que nós pudermos fazer a gente vai centralizar naquele local. Então esse projeto de parceria com o Sebrae e a Jucemg, vai acontecer lá na sede da Junta Comercial. Que deixará de ser Junta Comercial e vai se transformar em Sala Mineira. Nossas equipes de prefeitura estarão trabalhando junto com eles. E porque que eu falo que ramifica, que é uma consequência da Empresa Fácil. Você imagina que se eu não tivesse um processo sem um processo eletrônico e o processo integrado. Eu não conseguiria, atender e abrir uma empresa na hora ali. Que o papel tinha que rodar. As pessoas teriam que avaliar.

Sim, é mais ou menos o que acontece no Poupa Tempo, né? O Poupa Tempo tem no Estado de São Paulo, você alguns alguns órgãos você faz a coisa em um minuto e alguns órgãos parece que é o perde tempo. O Poupa Tempo ele é amplo, ele tem todos os serviços públicos ali dentro daquele guarda chuva. Esse nosso vai ser só para o empresário. E o foco dele é o empresário. Inclusive o coordenador que vai conduzir esse processo que é o Adélio. O Adélio é aquele cara que a missão dele é a seguinte o que não conseguir ser resolvido lá, é ele e a equipe dele que vai atrás. Não manda o empresário não. Se determinada resposta não puder ser dada na hora para o empresário, então que faça uma agenda para o dia seguinte para

o empresário voltar ali, e coloca a pessoa da área que vai responder junto com ele. Então, esse princípio que ele é religião.

E como foi o processo de acordo, de parceria desses três entes para definir a Sala? O Minas Fácil de Estado, ele evoluiu muito ao ponto de se tornar realmente digital. A Junta Comercial de Minas Gerais é uma das mais avançadas em tecnologia do Brasil e ela caminhou tanto que ela olhou para a estrutura dela e falou de si para que serve essa estrutura. Então a nível de Estado eles pensaram, a Sala do Empreendedor era um projeto do Sebrae. Eles se uniram com o Sebrae e resolveram trazer os municípios. Em Uberlândia-MG, essa tentativa já aconteceu duas vezes, tentaram abrir a sala no Aciub não deu certo por falta de processo. E depois inauguraram, a gestão passada inaugurou a toque de caixa esse mesmo processo, projeto lá na Junta Comercial também não andou. Quando nós chegamos aqui nós falamos assim, não, pára tudo. E vamos criar o projeto. Nós entendemos que a Sala Mineira é uma empresa de atendimento, então se é uma empresa ela tem que ter pessoas, portfólio e processo. Então nós fomos identificar as pessoas com o perfil de atendimento. Qual, quais eram os serviços que deveriam ser feitos e quais os processos que deveriam ser tratados. Concluindo isso agora nós vamos assinar inclusive a minha sugestão ao prefeito foi que não fizesse inauguração, banda de música, nada disso. Vamos assinar e por para rodar. Lá na frente se estiver rodando direitinho a gente pode fazer até um anúncio ou uma inauguração. Mas não vamos queimar mais cartucho.

Agora me lista as dificuldades que você teve e quanto tempo durou o processo? Esse Sala Mineira de janeiro agora a julho. E as dificuldades são justamente integrar os entes e construir o processo de atendimento centralizado, agora muitas coisas vão ser capilarizadas na Sala Mineira, aí ela vai ser guarda-chuva. Por exemplo, compras públicas, existe lei que obriga os municípios brasileiros a destinar, a dar tratamento diferenciado às compras municipais. Editais de até 80 mil devem ser obrigatoriamente feitos com micro e pequenas empresas e uma série de outros. A vantagem do leilão, 5% de preço. Isso tudo empresário não sabe. Então o cara pode se tornar um, ele chega na Sala Mineira informal, sou um marceneiro por exemplo, vou lá formaliza a minha marcenaria. Se a prefeitura estiver contratando, já com edital aberto para contratar marcenaria para as escolas, o próprio atendente da sala já pode indicar para ele aquela oportunidade. Não pode ser só um instrumento de atendimento burocrático, tem que ser um atendimento, tem que ser uma estrutura para gerar oportunidades.

Então a área de compras vai vir muito então dentro da sala tem sala de treinamento. Então nós vamos fazer várias oficinas de Compras Públicas para ensinar o empresário a vender para a área pública. O Sebrae vai vir com todos os produtos de consultoria dela, consultoria de marketing, de finanças e tudo mais. A OAB já se prontificou de ter um ponto de atendimento dentro da Sala Mineira para colocar os estagiários e estrutura jurídica. O próprio NEJ da UFU já se manifestou de querer ir para lá também para colocar os alunos para pilotar com as novas empresas. A Aciub também tem um projeto dela que ela quer colocar lá dentro. Microcrédito. Então ali vai virar uma agência de micro e pequenas empresas. Então vários outros projetos entrarão nesse arcabouço. A preocupação nossa nesse momento é preocupar com a entrega pública que é aquilo que é essencial. Então a partir do momento que o serviço público estiver fazendo um trabalho lá dentro bem feito. Eu tenho condições de trazer os parceiros. Enquanto a gente não tiver essa medição, os parceiros vão ficar esperando a gente. Que foi outro erro do passado. Fizeram muito barulho, com as parcerias e esqueceram de olhar para dentro. Então aí nós temos vários projetos, estão nesse eixo de micro pequenas empresas, o foco é criar ambiência para os empreendedores.

Como você vê isso no futuro? Quais são as perspectivas futuras? Eu vejo isso com muita preocupação porque o princípio de descontinuidade de projetos na área pública é um problema muito sério. Uma coisa que eu falo, o Dilson fala, os meninos o Renato o Gustavo que tudo que a gente criar aqui não pode ser liderado pelo serviço público não pode ser liderado. Não pode, por quê. Porque eu estou aqui hoje, amanhã pode ser que eu não esteja, por razões minhas, por razões políticas, por razões financeiras, por morte. Então a gente, os projetos não podem ser ligados às pessoas. E o processo público ele atrapalha muito isso. Então a gente esperava dar continuidade com muita coisa que foi feita lá atrás em 2012. Eu não sou político partidário, mas fizeram. Desculpa assim. Atrapalharam com muita coisa que estava construído, tivemos que reconstruir muita coisa, isso vai tempo, vai dinheiro. Né. Leandro custa muito para o município. Tatiana custa muito para o município. Dilson custa muito para o município. Nós não podemos estar aqui reconstruindo sempre. Então acho que as coisas tem que acontecer de uma maneira melhor. As entidades têm que ser emponderadas. A Sala Mineira por exemplo, o Sebrae deve assumir isso no futuro. E assim a gente vai trabalhando. Problema sempre tem. Temos um problema sério hoje com vigilância sanitária, sério do ponto de vista de comportamento, de visão, planejamento nós tínhamos problema o secretário hoje é um super parceiro tem uma visão muito privada de negócio. Porque que eu

fico batendo tanto no privado, quando a gente olha para os melhores países do mundo, a força está na iniciativa privada. Para cada mil que uma startup investe em Israel, o governo de Israel investe 2 mil. Olha o que eles fazem, a própria Coreia, a Califórnia. Só que infelizmente essa não é a mentalidade ainda dessa secretaria. Quiseramos fosse da prefeitura. Então a gente vem trabalhando devagarzinho e eu acho que os empresários têm que passar por aqui. Sim. Se a gente quer construir uma visão, um ambiente para os nossos negócios lá fora, nós temos que passar por aqui. Tem que, porque quem nunca teve um CNPJ na vida nunca vai ter condições de trabalhar no desenvolvimento econômico. Então a gente fecha a parte de micro pequenas empresas e aí a gente entra na área de grandes projetos, na área de projetos. Essa está sendo um desafio muito grande para mim e eu trago, eu trouxe ela comigo eu não tenho um executivo nessa área hoje. Porque Uberlândia-MG tem grandes desafios. E a gente divide esses desafios em dois. Aquilo que a gente de chama de infra estrutura empresarial, Distrito Industrial, polo tecnológico, Parque Tecnológico, onde é que essas empresas, essas indústrias vão operar. E a outra parte é o ambiente, os incentivos, o compliance do município para com a atuação de investimentos. Nós temos uma negociação muito avançada com a CODEMIG para a municipalizar o Centro Distrital. De Uberlândia-MG trazer isso para o estado. Eu recomendei ao prefeito que essa assinatura pudesse ser feita há 15 dias atrás. Estamos concluindo as negociações. E o prefeito por razões dele não quis assinar. Mas, espero que isso seja feito em muito breve. No passado eu trabalhei com essa ideia de municipalizar o distrito.

Mas me explica, me convença do projeto porque a gente tem que municipalizar o distrito? O Distrito industrial de uma cidade ele é o principal instrumento para a impulsão da economia. A maior parte dos empregos, a maior parte da renda estão nas indústrias de uma área industrial. Quando você tem esse distrito na mão de um estado, o estado não sabe também a sua dona, ele está lá. Então ele torna isso como sendo um objeto comercial. Por ser um objeto comercial, qual que é a visão do estado com o distrito industrial, não é gerar desenvolvimento é gerar negócio. Ele quer comprar área, vender área e fazer dinheiro com isso. O município tem a responsabilidade da área pública do Distrito, ruas, avenidas, energia elétrica, esgoto. Então o ônus fica com o município e o bônus? Além disso nós não temos condições de trabalhar o distrito de maneira estratégica. O distrito de Uberlândia-MG foi inaugurado na década de 60, naquela época só tinha caminhão pequeno. Caminhões toco de um eixo. Tem lugares no distrito que uma carreta não entra. Então é preciso revitalizar. Quando uma indústria bate aqui, eu tenho que saber quais são as áreas possíveis e disponíveis

para que eu possa acolher essa indústria. Eu tenho área livre lá, mas as áreas estão sendo negociadas, elas não estão sendo usadas enquanto objeto de desenvolvimento. E a municipalização, primeiro traz para o município a condição de dar a estratégia do distrito, de usar o distrito enquanto instrumento de desenvolvimento, que eu posso criar uma lei onde conforme for projeto essa empresa vai ter a área ali incentivada. Aquele empresário que comprou a área, que teve incentivo lá atrás do distrito e ele não usou a área ou a empresa quebrou, a empresa está lá parada, essa área tem que ser revertida. Eu tenho que ter gestão eu tenho que virar para o empresário e aí não está funcionando mais não, então volta ela. E boa parte das áreas do Distrito industrial são incentivadas. Saiu dinheiro público para aquilo ali. Só que essa gestão o município não faz. E isso precisa de vir para nós. Porque boa parte dos projetos que chegam em Uberlândia-MG ou qualquer outra cidade, a primeira coisa que o empresário fala, ele pergunta tem área? Não é o caso de uma grande indústria, da grande indústria um terreno é o menor ativo utilizado, às vezes uma máquina de uma grande indústria custa mais que um terreno. Mas para uma média empresa, para uma empresa que tenha expansão quando o município pede incentivo 40, 50, 60, 90 por cento. Uberaba ontem deu uma notícia que assinou 11 protocolos de intenção com empresas, mas porque que assinaram isso? Porque eles tem área, eles receberam área. Então o terreno é o arroz com feijão de um objeto de troca.

E os terrenos ali são de maioria propriedade do Estado de Minas? É o distrito é de gestão do Estado, a maioria é privada. Né. Só que eles estão lá. Então quer dizer eu tenho um problema no distrito aqui que eu não consigo resolver por aqui eu tenho que pegar um avião e ir pra lá e muitas das vezes não se resolve. No passado a municipalização era inviável. Nós inclusive emitimos, eu emiti vários pareceres aqui de inviabilidade de municipalizar em função dos passivos que existiam ali, passivo ambiental. Do ano passado pra cá, nós voltamos a negociar e conseguimos equalizar isso com o Estado então nós chegamos no ponto de realmente assinar. Mas aí tem outras coisas que movem as coisas. Então o distrito Industrial de Uberlândia-MG está pronto para ser municipalizado. Além disso tem outros dois distritos industriais ou empresariais privados, um é o Centro Empresarial Leste na saída para Araxá e o outro é o da CTL do lado do centro industrial da Codemig. Nós também temos que utilizar esses, por mais que sejam privados, como instrumento de desenvolvimento. Estamos com projeto para poder transformar essas áreas em áreas incentivadas. Então a empresa que entrar ali vai ter conforme o projeto 10 anos de IPTU, vai ter desconto no TDI ou vai ter um

desconto ali outro acolá. Porque imagine o seguinte Uberlândia-MG é um produto. E nós do desenvolvimento somos vendedores, temos que ser vendedores. Quando a gente chega, hoje de manhã por exemplo estava Dilson e eu num call de uma hora e meia com Stutgard. Pra um investidor de Stutgard. E ai a gente vai vender a cidade como se eu fosse vender o meu celular. Mas não é só vender o atributo, o que eu tenho para oferecer. E a área empresarial é fundamental. Então a gente vem trabalhando muito essa questão de infra estrutura.

Essas áreas novas já estão com infra estrutura de iluminação, pavimentação, de esgoto, tudo? É. Eu acho muito difícil um município com a prioridade que tem de saúde e educação sair desapropriando terreno para fazer área industrial. Agora tem que ter recurso para fazer parceria. Por exemplo, a Luciana tem uma área grande na saída para Uberaba. Luciana você transformar essa área em um distrito, quero, vamos fazer um acordo, vamos, quanto que fica a infra estrutura, fica em tanto. Eu vou pagar a infra estrutura, vou fazer pavimento, esgoto, água, energia, vou pagar tudo isso lá, quantos lotes, dá 200 lotes então vamos converter isso aqui em 50 lotes para o município tudo bem? E faz uma parceria. Então nós temos que ter recursos para trabalhar com isso e a gente vem trabalhando, o polo tecnológico deve ser entregue até o fim do mandato. O Rafael trabalha muito nisso junto comigo para entregar o pólo tecnológico. Então, é um eixo dessa parte de projetos, trabalhar com a infra estrutura empresarial, a outra é trabalhar compliance. Que o município tem para atração de investimento? Então, nós estamos trabalhando numa lei de atração de investimentos. Onde é que vai atuar essa lei? Primeiro em disciplinar o que é incentivo. Nós podemos transformar o momento econômico em balcão de negócios. Isso gera corrupção. Quando a gente fala, de estrutra de open governo, a gente tem que ser muito transparente realmente ter a participação das pessoas. Então o seguinte o que faz a empresa A ter determinado incentivo e a B não ter? Critério. Então uma lei que vai estabelecer critérios técnicos. Esses critérios vão ser avaliados mediante a apresentação do próprio projeto. A avaliação não pode ser do Leandro ou do Dilson tem que ser de um colegiado. Um Conselho de Desenvolvimento ou próprio Codem para avaliar aquele e chancelar o que o empresário vai e isso aprovado inclusive mediante lei. Por Quê? Porque se eu tenho área e se eu tenho o projeto, e eu tenho condição de incentivar negócios, com imposto e uma série de coisas, eu não posso tomar essa decisão de modo pessoal. É até uma situação delicada, não pode ser pessoal, tenho que ter critério. E o empresário tem que entender disso. Porque a gente ouve muita besteira de empresário aqui. O próprio empresário querendo destruir o processo. Então a gente não trabalha assim. Então essa

lei de incentivo deve nascer agora nos próximos 60 dias. É uma lei que vai também ser instrumento de competitividade para o desenvolvimento, para atração de negócios, vai entrar incentivo tributário, entrar incentivo estrutural, processual. Quer dizer determinados projetos não posso ter burocracia interna. Ai entra o político, se de repente amanhã a gente ter um alinhamento político com o Estado eu posso até estudar um protocolo com o Estado para que o Estado também possa entrar nessa lei de incentivos principalmente em áreas incentivadas. Até porque foi um que eu fiz para o Estado esse ano. Os Estados brasileiros eles tem é a cultura de incentivar empresas, não incentivar empresas na carga fiscal, porque a gente vai incentivar empresas e não incentivar territórios? Então distrito empresarial, o Cel aqui, o Centro Empresarial Leste, quantas empresas cabem ali? Ali cabem 50 empresas. Então porque eu não posso pegar aquele lugar e transformar e em uma zona franca tributária? Primeiro para beneficiar o empreendedor que construiu, e para fazer com que os negócios se instalem ali.

Não tem essa cultura né? Normalmente é de empresa a empresa? Temos que provocar. Nós provocamos. Agora a gente tem que alinhar com o próximo governo do Estado seja ele quem for. Com o PT eu sei que não vai acontecer, porque não é a visão deles a menos que mude o secretário. Mas eu não sei se vai acontecer.

E você acha que o fato de você incentivar a localidade acaba tendo uma consequência para o desenvolvimento econômico local maior do que fazer um processo empresa-empresa? Sim. Até porque você padroniza. Agora é óbvio que isso não vai escapar o empresa-empresa, então vai chegar uma Ambev, vai chegar uma coisa. Haverão exceções.

Mas para média, pelo que eu estou entendendo vocês estão trabalhando nas três portes né? A pequena empresa na Sala, o médio porte no desenvolvimento territorial dos distritos e no grande porte nas negociações mais individuais? É. Entendo, o que eu estou falando, a cidade tem que ter uma política pública de desenvolvimento econômico, hoje a cidade não tem essa política.

Então isso que ia te falar. A política está baseada em leis né? É. Nós criamos agora, está saindo decreto essa semana agora, a estratégia municipal de atração de investimentos. O que é a estratégia? Primeira coisa, ela cria uma comissão especial formada por secretários. Eu não participo dela por exemplo. Secretários para tratar projetos de desenvolvimento. Porque foi

preciso fazer isso? Porque eu preciso de por os secretários na mesa. Se vai entrar uma indústria de alimento. Eu não posso deixar o fiscal de vigilância sanitária deliberando. É uma maior, tem que subir. Tem que ir para o Secretário de saúde. Vai entrar uma indústria de produção de energia, eu tenho que por o secretário de meio ambiente, eu posso deixar para o técnico dele. Eu não estou menosprezando o técnico mas eu tenho que criar um corredor de viabilidade. Tenho que criar um fluxo aqui. Então eu propus a estratégia, o Dilson levou ao prefeito, que aceitou. A ideia é que essa comissão regulamente essa lei de atração de investimentos. Porque? Porque se eu crio uma lei aqui eu vou começar a fazer uma via sacra interna de convencimento. Então o ideal é o que? Eu chegar com a primeira versão e deixar que os secretários cheguem no final com essa proposta de valor, proposta de valor Uberlândia-MG.

Até porque cada um deles é um Stakeholder que vai influenciar no investimento, né? É. Então, eu acho que nós precisamos realmente assim de pensar nisso, compliance e tal. E acho que é importante.

E ai de novo a pergunta, a dificuldade do projeto e as perspectivas futuras? A dificuldade do projeto é que de novo quando você fala em uma Lei de Incentivo você sempre vem na questão da Lei da Responsabilidade Fiscal e os impactos tributários. Né. É óbvio que a gente vai fazer isso com muita responsabilidade. Mas. E o próprio convencimento interno.

Você tem esses cálculos de quanto negócios são atraídos, de empregos gerados compensam a isenção fiscal? Sim. A gente tem a diretoria de BI, vocês estiveram com o Rafael? O Rafael é da área de BI tem um mapa, poderia ter muitos dados, muitos dados que a própria prefeitura guarda para si e para secretarias que guardam para si. Mas quando a gente entra numa negociação, tivemos em três grandes negociações nesses últimos meses agora. A gente tem que entrar com informações estratégicas. E projeção futura. Vou dar um exemplo. Eu ajudei a construir a Lei de Incentivo de Uberaba. Uberaba hoje é a locomotiva de negócios do triângulo é Uberaba. Porque? Porque eles receberam distrito industrial livre e desimpedido com mais de 300 lotes livres para negociar, para construir. Imagine você pegar o distrito de Uberlândia-MG ter ele na mão para você formar um distrito industrial. Eles receberam e eles têm uma lei de incentivos lá. Muito ousada que permite inclusive o município investir na empresa, alugar um galpão, construir um prédio. Eles conseguem. Mas porque eles

conseguiram fazer isso? Quando eu estava ajudando a construir esse processo lá, o prefeito assumiu a liderança do projeto. O mind set do prefeito é de desenvolvimento econômico tanto é que ele apanha na área da saúde, na área da educação, saneamento. A cabeça dele é focada em desenvolvimento. Ele acredita que se se desenvolveu a economia, o social vem. E é uma visão que a gente concorda muito. Mas nós precisamos de trazer essa visão de negócio para cá. Essa secretaria por exemplo não tem orçamento. A questão dela é custeio. As pessoas que estão aqui, muitas das coisas que a gente faz, faz tirando leite de pedra. Então uma das coisas que a gente vem lutando é pelo orçamento para poder trabalhar. Mas como a gente sabe também que tem muito das coisas que são necessárias, são necessárias sem recurso, é um processo, é uma lei, é um projeto, é uma coisa, a gente vem conseguindo trabalhando resultados. Então essa é a visão dessa área de projeto. Por fim a área internacional. Porque? Nós temos um volume muito grande de negócios, de projetos, de ações acadêmicas das universidades, Uberlândia-MG se relaciona com o mundo hoje, isso é muito claro. Olha a quantidade de acordos que a UFU tem, o Rotary a quantidade de intercambistas que o Rotary traz. Nós precisamos começar a conversar mais.

Quando a gente tenta vender Uberlândia-MG para os pesquisadores internacionais e para os professores internacionais a gente tem muita dificuldade até de ter material em inglês, até a gente ter os pontos turísticos no mínimo em um catálogo em inglês. Então vamos lá. Você vai ter no mês que vem um material completo da cidade, um book de mais de 50 páginas em português e em inglês. Falando de todos os dados da cidade. Um material realmente promocional. Nós vamos ter um hotsite de investimentos, fora do site da prefeitura, que é um hotsite de negócios. Também em português e inglês. E nós vamos ter um vídeo de dois minutos também em português e inglês para falar da cidade. Então vocês se apropriem disso.

Isso vai ser aberto? Nós vamos produzir isso conforme a demanda. Então Leandro nós vamos precisar mandar um material para o Japão. Quanto? Preciso mandar tantos books. Vem aqui busca tantos books e manda. Entendeu? É um material da cidade da cidade. O video está sendo produzido já. Então agora nós precisamos de trocar. Né, porque muitos dos acordos de cooperação, não só da UFU como de todos os organismos da cidade. Nós podemos beber dessa água. Nós estamos trabalhando agora, notícia recente, fizemos aquele acordo com o Reino Unido. Tem um plano de trabalho ali grande que muitos podem se beneficiar dele.

Estamos fazendo agora uma irmanamento com Stutgard. Tem coisas ali, então você fala assim vou trabalhar um acordo com a Alemanha. Quantos acordos com Alemanha que a UFU tem que de repente pode vir e somar a esses acordos que a prefeitura está trabalhando.

Você conhece o Brafitec? Não.

Brafitec é um dos acordos mais antigos da UFU ele vem do governo federal, mas UFU foi uma das pioneiras assim em se desenvolver e que tem muitos alunos. Ele é um acordo com a França para a internacionalização das engenharias. Então assim, a gente tem tudo muito organizado. Todo o processo muito bem feito já há muitos anos com parcerias muito sólidas com a França. E assim a gente poderia expandir isso de uma forma muito interessante a gente pode colocar os meninos da engenharia para trabalhar por exemplo com problemas municipais que é uma coisa que eles são super interessados em fazer. De gestão, trabalhando com problemas de gestão então a gente teria várias expertises ali que a gente poderia juntar com os alunos estrangeiros. Tipo um Hackaton né. Eu preciso de um sistema para atendimento, um processo para isso. Acho que tem que haver essa integração. Eu acho que é um dever de casa. Nós podemos propor algumas áreas e construir um convênio entre a prefeitura e a UFU. Alguns projetos na área de desenvolvimento econômico, então que a UFU tem que ela pode contribuir para o desenvolvimento econômico? E a gente construir isso. Acho que é isso, a porta está aberta para a gente pensar nisso. Mas internacionalização, nós percebemos né o volume de empresas que estão fora né. A Algar Tech está na Colômbia, está nos Estados Unidos, na Argentina. A Aladi que está na Tailândia. Quantas outras empresas que estão aí no mercado internacional há tanto tempo. Nós temos um volume muito grande, tínhamos um volume muito grande boa por agora que virou o couro da JBS, boa parte do couro ia para o Vietnã né. Nós temos um estudo aqui, para onde estão indo os nossos produtos. Nós temos um estudo. Então acho muito importante a gente saber disso, e aí o projeto de Internacionalização ele vem no sentido primeiro de convergir esses atores, de criar uma proposta de valor e um posicionamento da cidade. Então é um projeto em parceria com o Sebrae principalmente, entra a Aciub a Fiemg, Contion Bureau, Universidades, Rotary. E aí nós montamos uma estrutura de internacionalização, inclusive com alunos vocês, O Geraldo que veio para cá técnico e soma com a gente de modo técnico. E o objetivo é a gente realmente criar esses posicionamentos e incluir a cidade no radar.

E esse não tem nada a ver com o Codem? Ele é um projeto parceiro do Codem, porque hoje é um projeto que está na Câmara do Codem. Então é um projeto só, mas que a gente que opera no dia a dia porque nós temos uma estrutura para isso.

E não existe uma câmara dessa pra sustentabilidade, para desenvolvimento sustentável?

Sim dentro do Codem.

Mas e tem gente trabalhando nisso? Tem. Aqui na secretaria tem na área de inovação. Você tem uma coordenação de cidades inteligentes e sustentáveis. Vocês estiveram com o Walber, com o Walber não com a Carol. Então é trabalha aqui e no Codem a gente estrutura.

E nós conseguimos algumas coisas interessantes com a Internacionalização. A primeira meta de internacionalização do nosso world map é a inclusão da cidade nas redes internacionais. Hoje nós estamos na mercocidades. Estamos entrando, cabeceando para estarmos no Eclay. E o Fonari que é o nacional né o Forum Nacional de Secretarias de Cidades com gestão internacional. O Fonari são cinco regiões, são cinco vice presidências. A vice presidência com o Sudeste sempre esteve com o Rio de Janeiro principalmente em função do Acordo Rio-Paris, que o Fonari foi um dos intervenientes do acordo na época para repurificação da zona portuária. E aí nós ocupamos o lugar do Rio na vice presidência. A vice presidência para a região Sudeste para assuntos internacionais é conosco, é Uberlândia-MG. E a gente inclusive mapeou todas as cidades que tem área internacional nas suas estruturas de governo. E nós estamos criando um ecossistema de cidades internacionais, para trocar ideias, e trocar projetos, fazer benchmark e aprender com eles. Outro ponto são as questões que se referem às atitudes institucionais. Os materiais bilingue, a forma como a gente comunica, o posicionamento da cidade, placa de trânsito, algumas posturas públicas que devem ser tomadas do ponto de vista internacional. Esse ano devem sair as primeiras placas bilíngues. É um processo construtivo, de novo muda a gestão a área internacional vira um cargo político e não se fala mais de internacional, as vezes coloca um cara aqui que não sabe nem o que é internacionalização. Acho que esse é um desafio. Então as atitudes institucionais a gente vem trabalhando muito isso. Além disso os próprios acordos de cooperação. Nunca o Reino Unido havia assinado um acordo com uma cidade no Brasil.

Me fala um pouquinho desses acordos, tanto do Stutgard quanto do Reino Unido. Qual que é a finalidade ? Como que funciona? É o Reino Unido é um acordo que prevê a gente poder tramitar projetos em quatro áreas, inovação e sustentabilidade, negócios, abertura de mercados, energia sustentável, e PPP. Então nós temos grupos de investidores que têm interesse na PPP em Uberlândia-MG, são ingleses. Nós temos alguns projetos e recursos internacionais que estão vindo para abastecer e para incentivar empresas na área de energia. Em inovação já temos alguns fundos também, estão sendo trabalhados esses são os temas do acordo. Com Stutgard...

Basicamente é atrair investimento? É atração de investimento e também benchmark, aprender processo e muito mais. Eles estão mandando uma equipe especializada em PPP na Inglaterra para vir formar nossa equipe aqui.

Com Stutgard, ainda está verde, nós estamos encaminhando agora tudo. A ideia é trabalhar a mobilidade. Eles têm um recurso para a mobilidade, recurso não reembolsável de 50 por cento. E tem que trabalhar com mínimo de 2 milhões de dólares na área de mobilidade. Vamos entrar também com energia porque a gente tem vários projetos aqui na parte principalmente de biogás com eles. E também em inovação com tecnologia, tem algumas coisas voltada para a tecnologia.

E esses acordos eles são fechados diretamente com o governo ou são câmaras de comércio que intermediam? Não. A gente não faz acordo com câmara de comércio a gente faz acordo direto com o governo. Não quer dizer que amanhã eu não possa fazer.

E da onde vem essas ideias, esses contatos, da onde vieram? Contatos pessoais de vocês mesmo? O da Inglaterra veio o cônsul do Reino Unido aqui por conta do Cities. E sempre que vem essas pessoas aqui, a primeira coisa que a gente faz é a agenda. Então assim com a lista de missões para ir trocar cartão, nos apresentar, conversar e fazer negócios. E aí abre-se as possibilidades. Quando eu estive com o Thomas a primeira vez, o cônsul Britânico, começamos a conversar e eu virei para ele no final da reunião e falei assim, e ai podemos fazer um acordo de cooperação? Nunca fizemos, então vamos fazer. Fomos lá, propomos e fizemos. Com Stutgard, foi da mesma forma, nós tivemos um colega que esteve recente na

Alemanha em uma feira de energia, trouxe um contato de lá, a gente começou a fazer videoconferências com eles e saber o que eles estavam fazendo, e as coisas vão acontecendo.

É tudo no âmbito de gestão de cidades? Tudo no âmbito de cidades. Boston, recente a gente conheceu o secretário de Planejamento de Boston, que é brasileiro. E ai, nós começamos a fazer um, tentar costurar um acordo para fazer, focado com educação focado com Harvard. Tinha um contato nos Estados Unidos. Fui lá fiz alguns contatos. Conhecemos as pessoas. Então assim, a gente que é de negócios a gente sai conversando com todo mundo. A gente sai conversando com todo mundo então temos uma já, uma manifestação de interesses de irmanamento com Berlim. Desculpa com Medelín. Para área de inovação. O prefeito já abriu uma agenda para nos receber lá. Isso é o que diz respeito à área pública. A mesma coisa é abertura de mercados, vamos ter uma porrada de empresa aqui que vai ser levada para o Reino Unido que o próprio cônsul vai abrir mercado para que essas empresas estejam lá. E ai você tem que ter uma estratégia. Nós demoramos a aprender isso, quando um país vem aqui fazer um seminário, Portugal , Japão, nós vamos ter agora em junho um seminário aqui com os árabes, o pessoal de Dubai Então quando eles vem aqui o que eles querem. Eles querem vender o seu país. Para gerar negócio lá, para levar dinheiro para lá, eles não querem vir pra cá para trazer dinheiro para aqui. Isso não acontece de forma natural. Então quando um cônsul chega aqui com o objetivo de promoção do país dele, do nosso lado nós temos que fazer, que ter uma habilidade de fazer uma conversão disso. Então queremos internacionalizar empresas de Uberlândia-MG, queremos. Só que antes de internacionalizar, eu tenho que abrir o mercado, nenhuma empresa vai para um outro país sem acessar aquele mercado. Então o Comex, ele é fase de internacionalização ele é pressuposto. Mas se eu chegar com cônsul e falar de comex com ele, ele vai levantar da mesa, com qualquer país esse cara vai levantar da mesa. Então eu tenho que falar de internacionalização de negócios, mas entender que primeiro esse mercado tem que ser aberto. Então se você parar para pensar assim, qual que é o papel do poder público com tudo isso? É ser meio. É gerar essas oportunidades e trabalhar isso institucionalmente. E é o que a gente vem trabalhando para fazer. De um modo sucinto e é isso que eu faço.

Entrevista II

RODRIGUES, Tatiana. Entrevista Políticas Públicas Sedeit. Prefeitura de Uberlândia-MG, 25 de junho 2018. Entrevista concedida a Jéssica Damasceno.

Nome: Tatiana Flores Rodrigues

Cargo: coordenadora de novos negócios e assuntos internacionais

(X) concursado () comissariado

1) Conte um pouco sobre o seu trabalho na prefeitura.

Tomou posse na prefeitura em 2005, na secretaria de Educação, sendo seu cargo o de assistente administrativo. Foi exercido o trabalho em uma escola por três anos e, em sequência foi iniciado um período de dois anos de licença, no qual ficou afastada do município e em que trabalhou na área privada.

Quando voltou estava fazendo pós-graduação em logística e retornou para essa secretaria, cujo secretário era o Dílson. Havia o projeto Plataforma de Valor do Brasil Central, a qual era de logística, sobre o qual possuía interesse de fazer seu TCC sobre ele. Entrou como assistente desse projeto, o qual durou pouco tempo.

Em meio a isso, foi desenvolvido o interesse pela área de Turismo. Em 2002 havia um link muito forte para a Copa e jogos de maneira geral, existindo inclusive um projeto para receber delegações. Assim, houve uma troca de área de atuação, da logística, para o turismo.

Em 2013 foi trocada a gestão e foi criada uma área de Turismo Esportivo e a Tatiana assumiu. O objetivo era atrair investimento a partir de uma área esportiva que cidade possuía e estava subutilizada, por meio da atração de campeonatos e seleções que viriam para a Copa. Devido a esse esforço, em 2016, as equipes do Egito, Sérvia, Honduras, Irlanda, Bélgica.

Em 2016 houve uma nova mudança de gestão e esse programa foi cancelado e houve o convite para coordenar uma nova área, de novos negócios e assuntos internacionais.

2) Descreva os projetos que está envolvido na prefeitura.

2.1) Internacionalização

Da parte de internacionalização da cidade é pensado o desenvolvimento da área de comércio exterior e, junto com o CODEN, implementar os ODS e cadastrar outros projetos da prefeitura em prêmios – no prêmio ODS será cadastrado um projeto com o setor da

agropecuária - e programas de investimentos internacionais, principalmente porque o orçamento está contingenciado.

2.2) Comércio Exterior

Na parte de comércio exterior foi desenvolvido um projeto (ainda não efetivado) para trabalhar o Plano Nacional de Comercialização e Internacionalização das empresas a nível local. O objetivo seria promover a internacionalização em parceria com empresas locais (Sebrae, Fiemg, câmeras, parceria com o Reino Unido). Por enquanto o projeto está em stand-by por questões de disponibilidade de verba por parte da prefeitura e de seus parceiros, mas pretende-se reativá-lo ano que vem (a verba que ele possuía foi cortada).

Foi iniciado em maio/2017, sendo a maior dificuldade verba (prefeitura parceiros). Houve um problema jurídico quanto a forma como as parcerias seriam estabelecidas. Busca-se um aprofundamento e ampliação do projeto.

2.3) Parceria com órgãos e entidades estrangeiras

Iniciou a procura por meio de países que já haviam cooperado na área esportiva, no entanto, não houve sucesso. Assim, agora, o contato é feito de acordo com as demandas que surgem. Por exemplo, com o Reino Unido o contato foi buscado pela secretaria por meio dos comitês que na época haviam ficado em Belo Horizonte para disputas esportivas. Nesse momento, foi estabelecido o contato e o cônsul britânico visitou Uberlândia-MG para participar de um evento sobre inovação. A vertente inicial de cooperação seria o comércio exterior, porém há também o intuito de ampliar essa parceria para outras áreas.

A exemplo, no Reino Unido há uma forte expertise em parceria público privada, carros elétricos e cidades inteligentes e humanas, algo que não é bem desenvolvido aqui no município ainda , assim seria interessante buscar a a aquisição desse conhecimento por meio da cooperação. (área de inovação).

Foi iniciado também o contato com Barcelona, principalmente para a parte de Turismo, mas com a questão separatista (plebiscito) o contato foi diminuído. Foi iniciado em maio/2017, sendo a maior dificuldade verba (prefeitura e parceiros). Busca-se um aprofundamento e ampliação do projeto. Houve um problema jurídico quanto a forma como as parcerias seriam estabelecidas.

2.4) Instituto de Desenvolvimento Integrado de MG (INDI)

Entra muito em contato para a prefeitura intermediar relações com empresários, principalmente na área de comércio exterior, porém isso pode ser ampliado para outras áreas. Por exemplo, o China Day foi realizado duas vezes e ele consiste em levar empresários do estado para uma exposição de alimentos e bebidas na China e há suporte completo do INDI (tradução, mudanças necessárias no produto, dentre outros).

Foram convidados para uma reunião com um grupo dos Emirados Árabes Unidos que possui interesse em investir na cidade. Seria uma via de mão dupla, Uberlândia-MG investiria em alguma coisa lá e eles em algo aqui. O foco deles é na área de inovação e alimentos. Estão organizando uma reunião para agosto/2018, na qual estarão presentes entre 15 e 20 empresários para analisar qual tipo de parceria pode ser feita. Essa possibilidade pode ser ampliada para outras áreas por intermédio do consulado.

*** Para o servidor pública essa área internacional é muito nova, então há um forte trabalho interno para divulgação da área, já que poucos sabem que a área existe e não há uma centralização da intermediação com o exterior. Assim, uma dificuldade que é perceptível é a dificuldade de atuação das secretarias de maneira integrada.

2.5) Implementação ODS

O primeiro projeto que está em caminho é essa parceria. A grande dificuldade é fazer as pessoas saberem o que é, que elas entendam como funciona e principalmente que vejam eficiência em levantar os dados necessários para a realização deles.

3) Você conhece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

- a. () Não conheço. b. () Já ouvi falar. c. (X) Conheço um pouco. d. () Conheço bem.
- e. () Conheço e consigo aplicar em meu cotidiano de trabalho.

Entrevista III

SILVA, Luciene Alves da; SANTOS, Giovana Natalie Carvalho; LIMA, Thiago Correia. Entrevista Políticas Públicas Sedeit. Prefeitura de Uberlândia-MG, 04 de julho 2018. Entrevista concedida a Mariana Ferreira Seyfried e George Bandeira

1.

NOME: Luciene Alves da Silva

CARGO: Coordenadora de Programas e projetos **(x) concursado** **(x)**
confiança

2.

NOME: Giovana Natalie Carvalho Santos

CARGO: Assessora de projetos e programas **(x) concursado** **(x)**
confiança

3.

NOME: Thiago Correia Lima

CARGO: Assistente de Turismo **(x) concursado** **(x)**
confiança

1) Conte um pouco de sua trajetória de trabalho na prefeitura.

1: Entrou em 2006 como oficial administrativo, trabalho probatório na Secretaria de Administração na Diretoria de Desenvolvimento Humano (RH). E está na secretaria de Turismo desde 2009 sempre trabalhou na área de turismo.

2: Entrou em 2012 no RH onde ficou durante 3 anos, tirou uma licença, e voltou em 2016 para diretoria de turismo.

3: Entrou na prefeitura em 2012 direto na secretaria, mas ficava externo fazia o receptivo de turismos na rodoviária e no aeroporto e em 2017 veio para dentro da secretaria quando mudou a gestão.

2) Descreva os projetos que está envolvido na prefeitura.

Programa Novo Agro: visa o fomento de novos negócios rurais contando com iniciativas para o desenvolvimento do agronegócio do município, estímulo mercadológico para agronegócios de pequeno porte, gastronomia local, com o

intuito de regulamentar e auxiliar os pequenos agricultores. O programa conta com uma parceria com IMATER, EMBRAPA, IFTM, SEBRAE, SENAC, SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA. Se sustenta em cinco pilares: Agronegócio de pequeno porte, agroecologia, agricultura, ecoturismo e gastronomia.

Projeto Viva cidade: busca desenvolvimento econômico nos distritos de Uberlândia-MG, com promoção de eventos e feiras de artesanato, através do turismo como desenvolvimento. Programa feito em parceria com as Secretarias de Agropecuária, Cultura, Meio Ambiente, e a Futel.

a. Qual a sua função no projeto?

Sem função determinada.

b. De onde surgiu a ideia do projeto?

Surgiu entre as secretarias, desenvolver negócios agro, rumo natural, estruturar essas atividades (articulação os empreendedores).

c. Quando o projeto foi iniciado? E quando deve ser finalizado?
Novembro de 2017. Políticas Públicas para não mudar com a gestão, criar leis.

d. Quais as principais dificuldades do projeto?

Prefeitura em crise financeira, catalogação exige tempo e pessoas, fazendeiros que não querem que divulgue a cachoeira, pessoal e financeiro. Parcerias – desestímulo

e. Qual a perspectiva futura do projeto?

Contínuo – acredita que conseguirá implantar

3) Você conhece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

a. () Não conheço

b. (x) Já ouvi falar

c. () Conheço um pouco

d. () Conheço bem

**e. () Conheço e consigo aplicar em meu cotidiano de trabalho.
Explique.**

Luciene e Thiago não conhecem os ODS, mas Giovana tem uma noção.

TRANSCRIÇÃO PARCIAL ENTREVISTA:

Luciene: Entrou em 2006 como oficial administrativo, trabalho probatório na Secretaria de Administração na Diretoria de Desenvolvimento Humano (RH). E está na secretaria de Turismo desde 2009 sempre trabalhou na área de turismo.

Giovana: Entrou em 2012 no RH onde ficou durante 3 anos, tirou uma licença, e voltou em 2016 para diretoria de turismo.

Thiago: Entrou na prefeitura em 2012 direto na secretaria, mas ficava externo fazia o receptivo de turismos na rodoviária e no aeroporto e em 2017 veio para dentro da secretaria quando mudou a gestão.

A gente trabalha de forma geral em comum, estamos com dois programas, o Novo Agro ele é para desenvolvimento de novos negócios rurais o qual tem 5 pilares, é a soma de diversas iniciativas que promovem uma nova fase de desenvolvimento para o agronegócio do município, assistindo e fomentando novas atividades, os cinco pilares são: agronegócio de pequeno porte, agroecologia, agricultura, ecoturismo e gastronomia.

São várias secretarias que participam e parceiros como: IMATER, EMBRAPA, IFTM, SEBRAE, SENAC, SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA.

O lançamento foi em novembro do ano passado.

A lei geral para esse programa foi encaminhada mas ainda não foi aprovada.

Em cada um desses pilares já está encaminhando.

No turismo rural estamos na fase de catalogação das cachoeiras.

Objetivo principal é desenvolver e auxiliar os empreendedores rurais. Estruturar e articular essas atividades dos empreendedores da zona rural.

A ideia é criar políticas públicas para que o programa não morra nessa gestão.

Principais dificuldades, catalogação das cachoeiras, primeiro que a prefeitura está em crise financeira, não é fácil de se fazer esse mapeamento, precisa de tempo e pessoas, as vezes os fazendeiros dificultam. Desestímulo dos parceiros também que acabam desistindo dos programas. Falta de dinheiro também.

Acredito que conseguimos fazer o projeto sim, mas não sei em quanto tempo.

Luciene e Thiago não conhecem os ODS, mas Giovana tem uma noção.

Tem outro projeto que é o Viva a Cidade, é um programa para fomentar o desenvolvimento econômico dos distritos de Uberlândia-MG e para gerar fluxo turístico para esses distritos, através da promoção de eventos como show e feiras de artesanato e gastronomia, para melhorar a qualidade de vida dessa população da zona rural e mostrar a importância do turismo. Também com parceiros como a secretaria de Cultura, Agropecuária, a Futel. A Futel é responsável pelo poliesportivo e escolinhas. A Futel faz geralmente um campeonato de alunos e leva os alunos para esses distritos, as vezes leva pintura de rostos, faz trabalho de prevenção ao uso de drogas junto com a secretaria de prevenção as drogas e defesa civil. Esse

foi lançado como programa também para não acabar nessa gestão. Se você estimular esses distritos, depois os próprios distritos poderão tomar iniciativas próprias para fomentar sua economia. Dentro do projeto Viva a Cidade tem o projeto de embaixador mirim com as escolas para entenderem a importância do turismo, a importância dos patrimônios culturais.

Entrevista IV

REZENDE, Renato. Entrevista Políticas Públicas Sedeit. Prefeitura de Uberlândia-MG, 04 de julho 2018. Entrevista concedida a Mariana Ferreira Seyfried e George Bandeira

NOME: Renato Rezende

CARGO: Diretor de Turismo

() concursado

(x) confiança

- 1) Conte um pouco de sua trajetória de trabalho na prefeitura.**

Assumi em 2016, sou turismólogo de formação, e eu trabalho muito essa questão da integração do turismo como ferramenta de desenvolvimento.

- 2) Descreva os projetos que está envolvido na prefeitura.**

Estou envolvido em vários programas. O turismo entra numa questão estrutural dos programas muito grande, pois todo programa tem eventos, então a gente acaba se envolvendo, sendo parceiro como o Cities. Nós tivemos uma interação nessa gestão, que foi aproveitar um potencial do turismo que ainda não foi aproveitado. O turismo tem duas características, tem o primário no qual a pessoa veio para cá para fazer isso, o primário nosso é o negócio não existe outro, e você tem o secundário, quer dizer estou na cidade por isso e vou ficar mais por outra coisa, nós não temos o secundário aqui bem estabelecido, não temos identidade gastronômica, não temos o turismo rural com grande potencial que dá para ser estabelecido. Nós temos projetos ligados as represas, que já é uma realidade, nós temos 1500 chácaras onde estão as represas e que não é um produto turístico ainda. Então a gente começou a trabalhar essas áreas, foi nessa convergência que vim para secretaria de agropecuária e criamos o Novo Agro, que hoje deve ser um dos maiores programas aqui da prefeitura, e um dos pilares do Novo Agro é o turismo rural e a gastronomia que é dessa secretaria, e o outro é a agroindústria de pequeno porte – que é a agricultura familiar, depois tem a piscicultura que é uma coisa que era necessária, e até tivemos que fazer o peixamento dos rios, ou seja povoamento dos rios, e também é base para a pesca esportiva, turismo de pesca, o outro é a agroecologia, que é uma agricultura totalmente sustentável, onde uma cultura se apoia na outra para se ter nutrientes no solo para as culturas, poda de árvore nossa é entregue para o agricultor fazer compostagem da terra, então a gente

une a cadeia toda, entao esse programa pega a cadeia desde a produção até a comercialização. E dentro dele tem o programa Viva a Cidade, que nada mais é que instituir o turismo nos distritos, temos feiras ecológicos, horas sustentáveis projeto que é dentro da escola na qual se institui uma horta toda agroecológica e depois coloca a criança para cozinhar o alimento também, entao ela aprende a plantar e depois a preparar também assim como comer saudável. Embaixador mirim que ambienta as pessoas a receber, vender a cidade, interação com as crianças. Tem alguns projetos de inclusão que são muito interessantes que a gente faz parte do turismo, o assentado que vem da reforma agrária, a gente tem um fomento da atividade da culinária rural para resgatar a identidade e dar empregabilidade para eles, entao temos uma feira só de assentados, no qual a gente capacita eles para o atendimento, controle de custos, como promover, faz uma logomarca para cada um, faz a identidade dela, para que eles tenham a capacidade de vender diferenciada, essa uma atividade que o turismo faz para a gastronomia. Em paralelo a gente esta levantando a identidade cultural, as receitas que são daqui, tanto é que o programa foi modificado para uma dessas coisas, 90% do turismo em Minas é ligado a gastronomia, a memória gastronômica de Minas é muito forte, então voce se pergunta o que é típico daqui, nós temos a galinha caipira que é de raiz, entao a gente instituiu dentro do programa a avicultura caipira, que ai o que ela permite, ela permite que essas aves sejam produzidas, que elas sejam certificadas pelos órgãos e tudo mais para que eles criem ave caipira, isso permite que a gente atinja uma meta da prefeitura, no qual 30% das compras da prefeitura devem ser feitas dos pequenos produtores só que a gente não consegue fazer isso fora da agroecologia, a ave pode ser o caminho para cumprir essa meta, e ai a gente faz a embalagem para que eles consigam vender tanto para a prefeitura quanto para ter valor agregado, nesse projeto entra os empreendedores rurais de pequeno porte.

a. Qual a sua função no projeto?

Depende do projeto – geralmente moderador (grupos de trabalho)

b. De onde surgiu a ideia do projeto?

Novo agro (fomento de novos negócios rurais) / Demanda de prefeito trabalhar secretarias juntos

- c. Quando o projeto foi iniciado? E quando deve ser finalizado?
- d. Quais as principais dificuldades do projeto?

Principal dificuldade: orçamentaria, o ambiente político atrapalha muito - as diferenças entre município e estado, falta de harmonia entre eles, a burocracia por ser muito burocrático, o próprio funcionalismo público que atrapalha muito não tem dinamismo, e o restante é a interação com quebrar a massa do assistencialismo, que sempre tem aquela conotação eu vou no setor público que que você vai fazer por mim e hoje é o contrário , produtor o que precisa para fazer mais, essa mudança é muito difícil, o assentado fica esperando o que a gente vai levar para ele.

- e. Qual a perspectiva futura do projeto?

Todos estão se instituindo por projetos de lei, procura calcar por lei. E depois trazer a iniciativa privada para que eles levem para frente o projeto.

3) Você conhece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

- a. () Não conheço
- b. () Já ouvi falar
- c. () Conheço um pouco
- d. (x) Conheço bem
- e. () Conheço e consigo aplicar em meu cotidiano de trabalho.
Explique.

Conheço bem pelo Geraldo, faço parte do Codem Uberlandia, e tive aula mais recente sobre ODS – ONU.

TRANSCRIÇÃO PARCIAL ENTREVISTA:

Sua trajetória? EU comecei em 2016 eu sou turismólogo de formação, e sou muito ligado com essa questão do turismo como meio de desenvolvimento não tanto com o turismo de passeio, até pela característica da cidade.

E está desde 2016 nessa área como diretor de turismo.

Descreva um projeto que esteja envolvido diretamente? Estou envolvido em vários programas. O turismo entra numa questão estrutural dos programas muito grande, pois todo programa tem eventos, então a gente acaba se envolvendo, sendo parceiro como o Cities. Nós tivemos uma interação nessa gestão, que foi aproveitar um potencial do turismo que ainda não foi aproveitado. O turismo tem duas características, tem o primário no qual a pessoa veio para cá para fazer isso, o primário nosso é o negócio não existe outro, e você tem o secundário,

quer dizer estou na cidade por isso e vou ficar mais por outra coisa, nós não temos o secundário aqui bem estabelecido, não temos identidade gastronômica, não temos o turismo rural com grande potencial que da para ser estabelecido. Nós temos projetos ligados as represas, que já é uma realidade, nós temos 1500 chácaras onde estão as represas e que não é um produto turístico ainda. Entao a gente começou a trabalhar essas áreas, foi nessa convergência que vim para secretaria de agropecuária e criamos o Novo Agro, que hoje deve ser um dos maiores programas aqui da prefeitura, e um dos pilares do Novo Agro é o turismo rural e a gastronomia que é dessa secretaria, e o outro é a agroindústria de pequeno porte – que é a agricultura familiar, depois tem a piscicultura que é uma coisa que era necessária, e até tivemos que fazer o peixamento dos rios, ou seja povoamento dos rios, e também é base para a pesca esportiva, turismo de pesca, o outro é a agroecologia, que é uma agricultura totalmente sustentável, onde uma cultura se apoia na outra para se ter nutrientes no solo para as culturas, poda de arvore nossa é entregue para o agricultor fazer compostagem da terra, entao a gente une a cadeia toda, entao esse programa pega a cadeia desde a produção até a comercialização. E dentro dele tem o programa Viva a Cidade, que nada mais é que instituir o turismo nos distritos, temos feiras ecológicos, horas sustentáveis projeto que é dentro da escola na qual se institui uma horta toda agroecológica e depois coloca a criança para cozinhar o alimento também, entao ela aprende a plantar e depois a preparar também assim como comer saudável. Embaixador mirim que ambienta as pessoas a receber, vender a cidade, interação com as crianças. Tem alguns projetos de inclusão que são muito interessantes que a gente faz parte do turismo, o assentado que vem da reforma agrária, a gente tem um fomento da atividade da culinária rural para resgatar a identidade e dar empregabilidade para eles, entao temos uma feira só de assentados, no qual a gente capacita eles para o atendimento, controle de custos, como promover, faz uma logomarca para cada um, faz a identidade dela, para que eles tenham a capacidade de vender diferenciada, essa uma atividade que o turismo faz para a gastronomia. Em paralelo a gente esta levantando a identidade cultural, as receitas que são daqui, tanto é que o programa foi modificado para uma dessas coisas, 90% do turismo em Minas é ligado a gastronomia, a memória gastronômica de Minas é muito forte, então voce se pergunta o que que é típico daqui, nós temos a galinha caipira que é de raiz, entao a gente instituiu dentro do programa a avicultura caipira, que ai o que ela permite, ela permite que essas aves sejam produzidas, que elas sejam certificadas pelos órgãos e tudo mais para que eles criem ave caipira, isso permite que a gente atinja uma meta da prefeitura, no qual 30% das compras da prefeitura devem ser feitas dos pequenos produtores só que a gente não

consegue fazer isso fora da agroecologia, a ave pode ser o caminho para cumprir essa meta, e ai a gente faz a embalagem para que eles consigam vender tanto para a prefeitura quanto para ter valor agregado, nesse projeto entra os empreendedores rurais de pequeno porte.

Tem uma noção de quando esses projetos surgiram? O Novo Agro é totalmente inédito, totalmente criado nessa gestão.

Depende do projeto muda a minha função. Voce passa a ser moderador, faz parte de grupo de trabalhos.

O Viva a Cidade é dentro do Novo Agro.

A ideia do Novo Agro, fomento de novos negócios rurais. E veio de uma demanda do prefeito de que as secretarias trabalhem juntas.

Principais dificuldades dos projetos? Principal dificuldade: orçamentaria, o ambiente politico atrapalha muito - as diferenças entre município e estado, falta de harmonia entre eles, a burocracia por ser muito burocrático, o próprio funcionalismo publico que atrapalha muito não tem dinamismo, e o restante é a interação com quebrar a massa do assistencialismo, que sempre tem aquela conotação eu vou no setor publico que que voce vai fazer por mim e hoje é o contrario , produtor o que precisa para fazer mais, essa mudança é muito difícil, o assentado fica esperando o que a gente vai levar para ele.

As perspectivas? Todos estão se instituindo por projetos de lei, procura calcar por lei. E depois trazer a iniciativa privada para que eles levem para frente o projeto.